



BRASIL
Edição 29 – ano VI – 2007

filantropia

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Captação de recursos

Financiamento internacional impulsiona novo modelo para as ONGs brasileiras, mas iniciativa exige persistência

Legislação

Contratação de mão-de-obra terceirizada diante de convênio requer cautela, para que a entidade social não assuma os prejuízos no final

Contabilidade digital

Tecnologia dará novo impulso à gestão de entidades sociais, garantindo profissionalização e agilidade na relação com o Fisco



TRANSPARÊNCIA

e ética no Terceiro Setor

Elementos fundamentais de projetos que dão novo colorido à sociedade

Entrevista

Gerente para a América Latina da AFP destaca a necessidade de se valorizar a "cultura da doação" no Brasil

Brad Henderson



diálogo social

AGENDA DE CURSOS E WORKSHOPS

TERCEIRO SETOR

João Pessoa, 13 de julho

Captação de Recursos e Mobilização de Voluntários no Terceiro Setor - *Felipe Mello e Roberto Ravagnani.*

São Paulo, 20 de julho

Gestão Eficaz de Projetos Sociais de Empresas e Organizações - *Lívio Giosa*

São Paulo, 24 a 27 de julho

Oficina de Elaboração de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos - *Ricardo Falcão*

João Pessoa, 10 de agosto

Elaboração de Projetos Sociais e Culturais e sua captação de recursos - *Ricardo Falcão*

Em Santos, 24 de agosto

Congresso Nacional de Gestão do Terceiro Setor

Aguarde informações no site

Informações e inscrições:

www.dialogosocial.com.br

Consulte outros temas abordados:

- Elaboração de Projetos Sociais
- Administração Financeira de ONGs
- Gestão e Motivação de Voluntariado
- Captação de Recursos e Planejamento de Eventos
- Incentivos Fiscais
- Elaboração de Projetos Culturais
- Voluntariado Empresarial

OUTRAS INFORMAÇÕES

dialogo@dialogosocial.com.br

(11) 6281-9643

(11) 7186-9906

Parceira oficial:

filantropia
Responsabilidade Social | Terceiro Setor

Consulte-nos sobre consultoria e cursos *In Company*

Ser ou fazer?

Dia desses, assisti a uma palestra do Felipe Mello, um de nossos articulistas, em que ele, doutrinando acerca de nossas missões de vida, sugeriu o seguinte questionamento aos espectadores presentes: o importante é **ser** ou **fazer**? Imediatamente, a maioria dos participantes respondeu que é sumariamente mais importante o que **se é** e não o que **se faz**.

Justamente daí surge uma incógnita que paira sobre grande parte das filosofias ou missões presentes nos estatutos sociais das organizações do Terceiro Setor. Apesar de, teoricamente, todas elas terem nascido sob a égide do “fazer o bem”, tendo como filosofia **ser** uma representatividade perante uma parcela da população desprovida de algum benefício social, nem todas elas **fazem** disso uma realidade. Ficar anos e anos **sendo** e não **fazendo** decreta uma morbidade perene.

Além de fazer bem feito, como a própria **Revista Filantropia** sugere em seu *slogan*, as organizações do Terceiro Setor devem sair do espectro de serem “a solução do mundo justo” e, definitivamente, partirem para a ação, dentro de sua capacidade e campo de atuação, sem tentar “abraçar o mundo”. Devem simplesmente ser boas no que **fazem**, deixando de tentar ser ótimas no que **são**.

Em outra vertente, ONGs de diversas especialidades curvam-se às tentações da corrupção de nosso Primeiro Setor e, agora, “são o que não deveriam ser”, além de não fazerem nada ao que se propuseram fazer.

Por conta disso, a matéria de capa desta edição traz uma reportagem especial sobre ética e transparência – dois ingredientes essenciais para que se faça o bem de maneira bem feita, especialmente precavendo instituições de possíveis golpes dados por empresas ou setores do governo.

São mais de 300 mil* ONGs no Brasil, o que não garante igualdade social ou, ao menos, a não-exclusão social, se não estiverem aliados a governo e empresariado. Não precisamos de mais reflexões, não precisamos de mais ONGs, não precisamos tampouco de mais ministérios ou secretarias que subcategorizem nosso povo, formado por mais de 50 milhões de habitantes que vivem abaixo da linha da pobreza.



Precisamos de ação sem coação. Precisamos de ação sem corrupção. Precisamos de imposição do poder que o Terceiro Setor já é, simplesmente fazendo o que sabe fazer!

*Dados não-oficiais. O último dado do IBGE data de 2002, e aponta a existência de 276 mil ONGs no país.

“O ser humano
nunca tem
tempo de ser.
Ele só tem o tempo
de se tornar”

George Poulet
(escritor belga)

Marcio Zeppelini
editor@revistafilantropia.com.br

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia.** 



Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 6978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini

Coordenação editorial
Paola Martins Viveiros

Administração
Mauro Zeppelini

Revisão
Viviane Rodrigues

Coordenação
Priscila Centin Thuller

Diagramação
Adriano Aguiar
Maurício Esquiavoi
Renata Ariane Rosa

Assistente
Taís Fraile

Comercial
Hilton Rocha da Justa

Atendimento
Stefany Herrán Martins

Jornalista responsável
Elaine Iorio (MTB 43.306/SP)

Assistente editorial
Paula Craveiro (MTB 39.316/SP)

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 6824-3005 / Fax (11) 3151-4500

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello

Marcio Zeppelini

Marcos Biasoli

Mauro Zeppelini

Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta

Anísia Sukadolnik

Antonio Brito

Custódio Pereira

Felipe Mello

Fernando Credidio

Milú Villela

Ricardo Falcão

Roberto Ravagnani

Idealizadores



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelini.com.br

Organizações parceiras



www.acaovoluntaria.org.br



www.apaebrazil.org.br



www.advbfilm.org.br



www.cantcidadadao.org.br



www.voluntariado.org.br



www.facaparte.org.br



www.gife.org.br



mcvolunt@terra.com.br



www.sp.senac.br

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.

www.revistafilantropia.com.br

14 Entrevista

Brad Henderson

Segundo o gerente para a América Latina da AFP, a carreira de captador de recursos é para pessoas especiais, criativas e otimistas



34 Capa

Quanto mais transparente, mais colorido é o Terceiro Setor

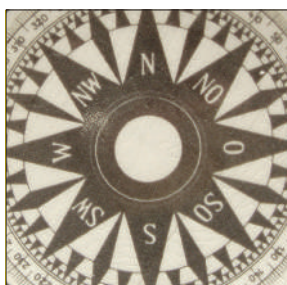
Reflexão sobre a gestão das associações sem fins lucrativos no Brasil, a fim de que seus projetos recebam a devida administração e possam colorir vidas



54 Reflexão

Caminhos do Paraíso

“Os caminhos do Paraíso existem e parecem estar mais próximos de nós do que podemos supor”



56 Eficiência

Turismo sem limites

Pessoas com deficiência ainda encontram obstáculos como o preconceito e a falta de treinamento no turismo brasileiro



Gente que faz o bem **04**

06 Mão Dupla

Acontece **08**

12 Notícias do Planalto

Captação de recursos **18**

20 Legislação

Contabilidade **26**

28 Especial

Responsabilidade social **40**

50 Voluntariado

Entidade representativa **53**

60 Serviços

Vitrine social **64**

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



A arte de fazer o bem

Casal de atores dá show de talento e solidariedade

Paula Craveiro

Quem nunca ouviu falar em Nicette Bruno e Paulo Goulart? Quem nunca assistiu a uma novela, filme ou peça teatral com esse famoso casal de atores? Afinal, ambos desfrutaram de mais de 50 anos de carreira, sempre pontuada por personagens marcantes e atuações memoráveis. Entretanto, o que o casal faz longe dos palcos pode não ser – ainda – do conhecimento de todos.

Casados há 53 anos e pais de três filhos – os também atores Paulo Goulart Jr., Beth e Bárbara –, Paulo e Nicette compartilham

não apenas a paixão pela arte e pela família. Solidariedade é outro elemento fundamental no dia-a-dia do casal. E é justamente esse sentimento que está impresso em seus trabalhos paralelos, como na instituição filantrópica Casa da Fraternidade, onde Nicette atua como presidente, e no projeto Teatro nas Universidades, criado e posto em prática pelo casal há aproximadamente três anos.

Nesta entrevista exclusiva à **Revista Filantropia**, os atores falam sobre sua atuação no campo social, os trabalhos que desenvolvem e o Terceiro Setor.

Revista Filantropia: *Quando e como foi o início de seu engajamento na área social?*

Paulo Goulart: Nosso ofício de ator, por si só, já possui um fim social. Mas, de forma direta, começamos a atuar nessa área há mais de 40 anos, por meio da Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SBEE), localizada em Curitiba (PR), sob orientação do professor Maury Rodrigues da Cruz.

Filantropia: *Que tipo de trabalhos são desenvolvidos pela Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas?*

Paulo: Entre 1962 e 1968 residimos em Curitiba. E, nessa mesma época, iniciamos nossos estudos na SBEE. Além dos atendimentos doutrinários e dos estudos sobre a doutrina espírita oferecidos, a entidade também mantém o Museu Espírita, o Lar Escola Dr. Leocádio José Correia, a Falec, que é a primeira faculdade de teologia espírita, e o Centro Cultural.

Filantropia: *O envolvimento com a doutrina espírita, que tem como um de seus princípios básicos a prática da caridade, foi fator determinante para o engajamento de ambos em trabalhos de cunho social? Ou o interesse por essas atividades veio antes mesmo de tomarem contato com o Espiritismo?*

Nicette Bruno: Na realidade, sempre houve em nós a preocupação com o social.


O envolvimento com a doutrina espírita apenas aperfeiçoou nossas ações. Não apenas no sentido da caridade, mas, também, na conscientização do aprendizado continuado para alcançarmos o conhecimento, facilitando o diálogo e o aprimoramento da individualidade para que possamos agir de forma equilibrada no coletivo.

Filantropia: *O que é a Casa da Fraternidade? Conte-nos sobre ela.*

Nicette: A Casa da Fraternidade está localizada no bairro de Pirituba, em São Paulo, e é um núcleo da Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas. Inicialmente, atendíamos apenas à comunidade local. Mas, agora, também prestamos atendimento à população mais necessitada da região. A instituição é mantida por meio de doações e do Bazar da Fraternidade, realizado uma vez por ano.

A Casa já é reconhecida como uma entidade de utilidade pública, mas ainda não conta com nenhum tipo de subvenção para atendimento social. Nossos trabalhos são desenvolvidos com o auxílio de voluntários nas áreas de artesanato, atendimento médico, psicológico, fonoaudiológico e odontológico. Os atendimentos ao público são feitos às segundas e quartas-feiras.

Além disso, contamos com distribuição de 150 cestas básicas para os moradores da



“No momento em que a informatização passa a ganhar muita importância na formação do jovem, é fundamental que, simultaneamente, seja estimulada a humanização”
Paulo Goulart



Favela Saloá e para portadores do vírus HIV, doadas por empresas parceiras. A entidade também oferece estudos sobre a doutrina espírita todas as terças e quintas-feiras. Agora, em 2007, também pretendemos implantar cursos de informatização.

Filantropia: *Como você se tornou presidente da entidade?*

Nicette: Foi o professor Maury Rodrigues da Cruz, que o Paulo citou, presidente da SBEE, que me designou esta função, sendo posteriormente eleita pela diretoria. Minha primeira gestão foi no período de março de 1979 a março de 1986. Agora, estou em minha segunda gestão, iniciada em março de 2004.

Filantropia: *Sobre o projeto Teatro nas Universidades, qual é seu objetivo?*

Paulo: O Teatro nas Universidades possui vários intuitos. Ele tem a função de prover fomento ao teatro; promover a integração dos alunos das faculdades participantes com o espetáculo, por meio dos debates após a apresentação teatral; além de incentivar o surgimento de futuros empreendedores.

Filantropia: *Explique a interação que o projeto faz entre teatro/cultura e cidadania.*

Paulo: A meta é ampliar a visão crítica do estudante com relação ao mundo. No

momento em que a informatização passa a ganhar muita importância na formação do jovem, é fundamental que, simultaneamente, seja estimulada a humanização. Afinal, estamos no século 21. O teatro conceitua, a informática informa.

Filantropia: *O Teatro nas Universidades atua apenas em São Paulo?*

Paulo: Por enquanto, estamos desenvolvendo este trabalho apenas em São Paulo. Mas nossa intenção é tornar o projeto mais abrangente, a fim de ser ampliado para outras regiões do Brasil, onde o acesso à cultura é mais limitado. Para isso, primeiro necessitamos da formação de núcleos em outros estados.

Filantropia: *Toda a família está envolvida em projetos sociais?*

Nicette: Claro, com certeza! Somos artistas e todo artista condensa uma ação social.

Filantropia: *Recentemente, você foi condecorada com a Comenda da Paz Chico Xavier. O que essa premiação representou para você?*

Nicette: Foi um misto de surpresa e honra. Mas, acima de tudo, essa homenagem aumentou minha responsabilidade em relação ao trabalho de promoção do ser humano. Fez

com que eu desejasse me empenhar cada vez mais para isso.

Filantropia: *Como vocês conseguem conciliar profissão, vida em família e trabalhos sociais?*

Paulo: Só Deus sabe! Mas é preciso dividir nossas vidas, tanto profissional quanto particular, social e religiosa. É o princípio básico da fraternidade e do conhecimento. É um trabalho de equipe! O mais difícil em nossa carreira é saber administrar. Não confundir ou misturar as coisas. Acho que até estamos indo bem nesse ponto.

Filantropia: *Qual a visão de vocês sobre o Terceiro Setor no país?*

Paulo: Organizações não-governamentais. Essa é a primeira idéia que me vem à mente. Acreditamos que a sociedade deve participar cada vez mais de projetos sociais, desde que sigam os princípios das essências e valores, pelos quais cada um é responsável por seus atos.

Filantropia: *Quais seriam os setores mais necessitados de atenção, tanto por parte do governo quanto das ONGs?*

Nicette: Fundamentalmente, a educação. Somente por meio da educação e da cultura é que formaremos cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. ☺

Mão dupla

Organizações que VOCÊ pode ajudar

Por meio de doações, você pode auxiliar essas instituições a seguir sua trajetória de cidadania. Em alguma delas sua solidariedade irá se encaixar!

ONG Vida e Arte



O projeto social da ONG Vida e Arte atende 90 meninas carentes, na faixa etária de 7 a 14 anos, oferecendo complementos necessários à sua formação psicossocial, por meio do desenvolvimento de habilidades, aptidões, conhecimentos, valores e éticas morais. As meninas recebem diariamente almoço, reforço escolar e participam de aulas de artesanato, reciclagem, culinária, bordados, tricô, crochê, administração do lar e musicalidade, além de palestras informativas.

A ONG conta com uma cozinheira, três professoras e uma assistente social, além de 20 voluntários, e, atualmente, trabalha para a ampliação de suas atividades com a criação de uma sala de informática e de uma brinquedoteca. Por ainda não ter alcançado a auto-sustentabilidade, a entidade sobrevive por meio de doações, promoção de bazares e comercialização de produtos alimentícios produzidos pelo grupo.

Necessidades:

- Livros
- Brinquedos
- Computadores e impressoras
- Máquina fotográfica digital
- Materiais de artesanato

Doações:

Banco do Brasil
Agência: 0359
Conta-corrente: 3315-4
CNPJ: 78.014.529/0001-51

i Rua Ave Lira, 186
Arapongas/PR
CEP 86707-060
www.assvidaearte.com.br
fale@assvidaearte.com.br
(43) 3252-4200

Socorro aos Necessitados



A Socorro aos Necessitados é uma associação civil, de caráter filantrópico, com fins não-econômicos, fundada em 1921 por um grupo de pessoas sensibilizadas com a pobreza da época. Sua missão é prestar assistência a idosos e crianças carentes, abrigando-os em lugares apropriados, como creches e instituições de longa permanência.

A entidade é mantenedora do Lar dos Idosos Recanto do Tarumã, que atende 80 idosos, e do Centro de Educação Infantil Meu Pequeno Reino, com 160 crianças. A Socorro aos Necessitados dispõe de uma equipe de 77 funcionários, 12 estagiários e 120 voluntários. Considerada uma das mais tradicionais entidades assistenciais do Paraná, recebeu por duas vezes o Prêmio Bem Eficiente, em 2002 e 2005.

Necessidades:

- Alimentos não-perecíveis
- Roupas, sapatos e acessórios
- Produtos de higiene e limpeza
- Material de construção
- Material escolar
- Fralda geriátrica
- Computadores

Doações:

Banco Itaú
Agência: 0414
Conta-corrente: 25902-4
CNPJ: 76.614.379/0001-91

i Rua Konrad Adenauer, 576
Curitiba/PR
CEP 82820-540
www.socorroaosnecessitados.org.br
marketing@sociedadesocorro.org.br
(41) 3266-3813

Centro Formação Profissional Camp-Guarujá



Doações:

Banco Nossa Caixa
Agência: 0216-0
Conta-corrente: 04 001821-5
CNPJ: 48.707.319/0001-88

i Av. Adriano Dias dos Santos, 700
Guarujá/SP
CEP 11470-220
www.camp-guaruja.org.br
camp@camp-guaruja.org.br
servicosocial@camp-guaruja.org.br
(13) 3355-7906

Desde sua fundação, em 1968, o Camp-Guarujá formou e inseriu no mercado de trabalho mais de 12 mil adolescentes. O Projeto de Formação Humana tem como objetivo diminuir a distância existente entre a necessidade de mercado e o perfil do adolescente com vulnerabilidade social. Já são mais de 58 empresas conveniadas, voltadas para a empregabilidade dos jovens formandos.

A missão do Camp-Guarujá é "proporcionar educação, formação, capacitação e qualificação humana e profissional para adolescentes e jovens de 14 a 21 anos, sem distinção de sexo, raça e cor, priorizando aqueles com necessidades econômicas, sociais e educativas. Visa ainda promover seu crescimento pessoal, o potencial intrínseco de cada um, e sua integração social e profissional".

Atualmente, a entidade tem 50 funcionários e atende 464 adolescentes em regime de aprendizagem, além do público em período integral de formação, 200 por mês.

Necessidades:

- Materiais de construção

Projeto Bom Pastor



Doações:

Banco Bradesco
Agência: 0462-6
Conta-corrente: 66194-5
CNPJ: 00.067.952/0001-22



Rua Santo Antônio do Amparo, 207
Sabará/MG
CEP 34600-650
www.projetobompastor.com.br
contato@projetobompastor.com.br
(31) 3672-2277

Integrante da Missão Cristã Urbana, que existe há 14 anos, a entidade tem como missão promover o desenvolvimento integral e prestar assistência à comunidade do Fátima, em Sabará (MG), de acordo com princípios religiosos.

Entre os programas desenvolvidos, estão: Casa Lar, que oferece abrigo para 12 crianças de 2 a 12 anos; Clubinho Aprisco, espaço educacional, esportivo, recreativo, evangelístico para 48 crianças; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que faz atendimento socioeducacional a 78 crianças e adolescentes de 7 a 15 anos; Escola de Informática e Cidadania (EIC), que promove curso de informática para cerca de 70 alunos; Biblioteca Popular, com cerca de 800 volumes; assistência a famílias pobres, prestando apoio emocional e espiritual; e igreja local. Atualmente, o Projeto Bom Pastor passa por sérias dificuldades financeiras para manter suas ações e, por isso, busca atrair novos padrinhos para as crianças assistidas na Casa Lar.

Necessidades:

- Computador
- Filmadora
- Instrumentos musicais
- Alimentos não-perecíveis
- Produtos de higiene

Assistência e Promoção Social Exército de Salvação (Aproses)



O Exército de Salvação surgiu na Inglaterra, em 1865, em meio à Revolução Industrial. Desde cedo, o slogan "Sopa, Sabão e Salvação" tornou-se um marco do trabalho. Com a chegada do Exército de Salvação no Brasil, em 1922, as atividades se concentraram na distribuição de refeições e no atendimento às vítimas das enchentes. Em seguida, a entidade iniciou atendimento a marinheiros em Santos e, posteriormente, programas de educação e saúde, ampliando seu atendimento para lares de crianças. A Assistência e Promoção Social Exército de Salvação (Aproses) – nome adotado em 1973 – é uma entidade de natureza assistencial, promocional e educacional sem fins lucrativos, voltado para: assistência a gestantes, mães solteiras, crianças, adolescentes e pessoas idosas; promoção de cursos profissionalizantes e de capacitação pessoal. No cumprimento de seus objetivos, a Aproses não faz distinção de raça, cor, credo, sexo e religião.

Necessidades:

- Eletrodomésticos
- Computador
- Alimentos não-perecíveis
- Produtos de higiene
- Roupas
- Móveis

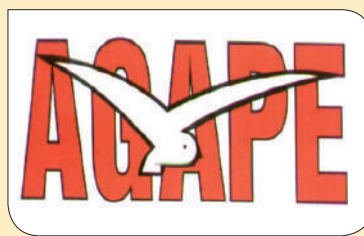
Doações:

Banco Itaú
Agência: 1000
Conta-corrente: 62232-2
CNPJ: 43.898.923/0051-84



Av. Santa Catarina, 1.781
São Paulo/SP
CEP 04378-300
www.exercitodesalvacao.org.br
exercitodoacoes@terra.com.br
(11) 5562-2285

Ágape – Núcleo de Apoio à Reintegração Social



A Ágape, constituída em 1991, é uma associação civil, de direito privado e sem fins lucrativos que atende cerca de 120 adolescentes por mês. Sediada em Santo André (SP), tem como missão: "Promover integralmente adolescentes, jovens e adultos dependentes químicos e seus respectivos familiares, e/ou pessoa em situação de risco pessoal e social, contribuindo com sua dignidade e pleno exercício da cidadania". A partir de 2002, a Ágape passou a executar também o atendimento a adolescentes infratores, por meio da medida socioeducativa de liberdade assistida, em convênio com a Fundação Casa (ex-Febem). A entidade destaca-se ainda pelo conjunto de ações educativas e preventivas que realiza junto a empresas, escolas, associações e outras organizações interessadas, incluindo palestras, consultorias, implantação de programas preventivos, treinamentos de equipes, promoção de campanhas e elaboração de materiais didáticos voltados para questões da dependência química.

Necessidades:

- Cestas básicas
- Máquina copiadora
- TV 29" colorida
- Ar condicionado

Doações:

Banco Itaú
Agência: 0435
Conta-corrente: 07171-7
CNPJ: 66.847.062/0001-41



Av. Industrial, 139
Santo André/SP
CEP 09080-510
www.agapebrasil.org.br
agape.org@terra.com.br
(11) 4452-1199
(11) 4437-2288

ONG constrói moradias no Brasil

Presente em nove países da América Latina, onde já construiu 34 mil moradias de emergência para famílias pobres, a ONG Um Teto Para Meu País (UTPMP) começa a atuar no Brasil. Com a colaboração de 22 estudantes voluntários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade de São Paulo (USP), a entidade viabilizou a construção de duas habitações para famílias em situação de extrema pobreza da favela Itapegica, em Guarulhos (SP). As moradias foram entregues no dia 15 de abril. A intenção do projeto no Brasil é construir 50 moradias de emergência até o final deste ano.

www.umtetoparameupais.org



Voluntários durante construção de moradia em favela

Expedicionários da Saúde em viagem de solidariedade

Entre os meses de abril e maio, os Expedicionários da Saúde, com uma equipe de 16 profissionais, estiveram por duas semanas nas comunidades indígenas de Pari Cachoiera (AM), perto da fronteira com a Colômbia. A bagagem incluiu cinco toneladas de materiais, entre repelentes, remédios, bisturis e outros objetos, que, depois de montados, se transformam em um centro cirúrgico moderno, com ar-condicionado e gerador. Essa foi a oitava iniciativa dos Expedicionários, formado por oftalmologistas, clínicos gerais, ortopedistas, pediatras e ginecologistas, além de quatro anestesistas, um enfermeiro, o pessoal de logística e um documentarista.

www.expedicionariosdasaude.com.br

Americanos conhecem afilhados brasileiros durante Study Tour 2007

O Study Tour 2007, evento organizado anualmente pelo Fundo Cristão para Crianças (FCC), promove o encontro de padrinhos estrangeiros que colaboram com o desenvolvimento de seus afilhados brasileiros. Antes do evento, o contato é mantido basicamente por correspondências periódicas e fotografias, que seguem rigorosamente a Política de Proteção à Criança e ao Adolescente do FCC. No dia 30 de maio, o grupo de 27 padrinhos norte-americanos visitaram, em Fortaleza (CE), o Projeto Bem-Estar Comunitário. Já em Cumbuco (CE), eles finalmente conheceram os afilhados cearenses: 15 crianças e adolescentes, com idades entre 5 e 15 anos. Em Belo Horizonte (MG), o encontro entre os padrinhos norte-americanos e 12 crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos, aconteceu no dia 2 de junho. Antes de retornar aos Estados Unidos, o grupo ainda visitou a Associação Projeto Providência Taquaril, na capital mineira, com o objetivo de conhecer os projetos sociais oferecidos às crianças.

www.apadrinhamento.org.br



O texano Phil conheceu seu afilhado Leandro, de Belo Horizonte

Jovem dá volta ao mundo e conhece projetos sociais

Jovens empreendedores sociais, dispostos a buscar soluções para suas comunidades, estão criando projetos que transformam a realidade de muitas pessoas. Para conhecer e incentivar esses jovens, Kyle Taylor, do Youth Venture – projeto mundial da Ashoka Empreendedores Sociais –, iniciou uma viagem de quatro meses, em que visitará 11 países. Em passagem pelo Brasil, em maio, Kyle conheceu o Geração MudaMundo (GMM), que atualmente apóia mais de 60 jovens empreendedores sociais. Entre eles, está o aluno do Projeto Arrastão Gabriel Bastos, que reuniu os amigos e criou a produtora Além do Vídeo, com o objetivo de popularizar a linguagem audiovisual na periferia. Kyle visitou também os projetos afiliados às organizações parceiras do GMM: Fundação Gol de Letra, Lua Nova, Centro de Profissionalização de Adolescentes (CPA), Programa Aprendiz Comgás (PAC), Neurônio e Instituto Cidadania Ativa.

www.gmm.org.br



Grupo de trabalho do GMM

Pacto de combate à corrupção

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e o Instituto Ethos fizeram em 9 de maio o lançamento do Pacto Empresarial pela Integridade Contra a Corrupção. Em todo o país, já são 327 empresas e 73 entidades signatárias, que se comprometem a combater corrupção, improbidade administrativa, fraudes e crimes contra a ordem econômica, mantendo essa postura em todas as relações com fornecedores, governos e funcionários. Para isso, as organizações devem observar seis compromissos: fazer a lei ser conhecida internamente; divulgar, orientar e responder os princípios legais de sua atividade; proibir subornos; esclarecer e seguir os meios legais de doação para campanhas políticas; propagar a cultura anticorrupção; e investigar todo e qualquer desvio.

www.firjan.org.br

Care Brasil promove neutralização de CO₂

A Care Brasil realizou a neutralização das emissões de gases de efeito estufa (GEE) decorrentes das atividades de sua sede brasileira, localizada em São Paulo. O objetivo da ação é contribuir para o esforço global de mitigar as mudanças climáticas. Foram neutralizadas 173 toneladas de CO₂, correspondentes às emissões do ano de 2006. O projeto Substituição de Combustível da Cerâmica São Judas Tadeu, localizado no município de Palmas (TO), foi o escolhido para compensar as emissões da Care. Sua atividade reduz as emissões de gases de efeito estufa por meio da substituição de biomassa não-renovável (madeira) por biomassa renovável (palha de arroz) para a geração de energia térmica. A Care planeja neutralizar todas as emissões de CO₂ dos escritórios regionais no Brasil até junho de 2007 e anualmente neutralizar as emissões no Brasil.

www.care.org.br



ECOLÓGICA ASBEBDRIA

Palha de arroz substitui a madeira na produção de energia

Dia Global do Voluntariado Jovem

A 8ª edição do Dia Global do Voluntariado Jovem, promovido anualmente em mais de 120 países desde 2000, foi realizada nos dias 27, 28 e 29 de abril, em 346 cidades nos 26 estados e no Distrito Federal. O evento – que no Brasil é organizado pelo Natal Voluntários – contou com a participação de mais de 141 mil voluntários, distribuídos em 959 grupos, que trabalharam em conjunto com a sociedade civil organizada e com as iniciativas pública e privada. Foram 1.473 ações, sendo 90% delas relacionadas aos Objetivos do Milênio. A distribuição das ações ficou assim: 692 foram na Região Nordeste, 138 na Região Norte, 373 na Região Sudeste, 163 na Região Sul e 67 na Região Centro-Oeste. O estado mais atuante foi o Rio Grande do Norte, com 327 ações inscritas; em seguida veio São Paulo com 216 ações realizadas e o Piauí, em terceiro lugar, com 156 ações.

www.diaglobal.org.br



DIVULGAÇÃO

Museu itinerante, em Natal (RN)

Congresso discute sustentabilidade em São Paulo

Entre os dias 24 e 26 de abril, aconteceu em São Paulo o Congresso Ibero-Americano Sobre Desenvolvimento Sustentável – Sustentável 2007, que teve como tema “Mundo Sustentável: visão, papéis, riscos e senso de urgência”. O evento propôs o debate entre empresas, ONGs, academias e outros representantes da sociedade organizada em busca de soluções conjuntas para o futuro do planeta. O evento foi promovido pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) e pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, na sigla em inglês). Outros parceiros são a Unesco, o Instituto de Estudos Avançados da Universidade da ONU (ONU/IAS), o Pnuma, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Relações Exteriores, The Nature Conservancy (TNC) e o WWF-Brasil.

www.sustentavel.org.br

CIEE e Fundação Roberto Marinho lançam programa Aprendiz Legal

O Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e a Fundação Roberto Marinho (FRM) promoveram, em 24 de abril, o lançamento do programa Aprendiz Legal, voltado para a capacitação profissional de jovens de 14 a 24 anos de idade. Com a participação de empresários, executivos de recursos humanos e demais interessados, o evento contou com uma mesa-redonda sobre a Lei do Aprendiz, mediada pelo apresentador Serginho Groisman. Na etapa inicial, o programa será aplicado nos estados de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Seu objetivo principal é auxiliar as empresas no cumprimento da lei nº 10.097/2000, conhecida como a Lei da Aprendizagem – que obriga empresas com mais de 100 funcionários a contratarem jovens de 14 a 24 anos, sem experiência profissional, para capacitação prática e teórica, cumprindo cotas que variam de 5% a 15% do número de funcionários efetivos qualificados.

www.ciee.org.br
www.frm.org.br

Zilda Arns é eleita Personalidade Feminina Lidem 2007

A médica pediatra e sanitarista Zilda Arns, 72 anos, é a vencedora do Prêmio Personalidade Feminina Lidem 2007. Fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, membro do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Zilda foi eleita com o voto de 840 presidentes de empresas associadas ao Grupo de Líderes Empresariais (Lidem). O prêmio foi entregue em 19 de abril, durante o 6º Fórum Empresarial, em Comandatuba (BA). No evento, a cantora Daniela Mercury e a atriz Regina Duarte negociaram suas apresentações em favor do EDH – braço social do Lide.

www.pastoraldacrianca.org.br
www.pastoraldapessoaidosa.org.br



DIVULGAÇÃO

Zilda Arns, vencedora do prêmio deste ano

Acontece

ADVB-SP anuncia os ganhadores do Top Social 2007

No dia 27 de junho, a ADVB-SP realizará a cerimônia de entrega do Top Social 2007, que premiará 35 ações de 187 inscritas. Em todas as edições, além dos trabalhos vencedores, a associação contempla ainda como Destaque Social entidades que tenham se evidenciado na prática de ações reconhecidas pela sociedade por seu impacto e transformação. Este ano, as homenageadas serão a Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara) e a União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social (Unibes).

Os ganhadores deste ano são: AES Eletropaulo, Alstom Brasil Energia e Transporte, Amico Saúde, Associação Beneficente Samcil Amiga da Vida, Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, Banco Panamericano, Bandeirante Energia, Bradesco Capitalização, Brasil & Movimento, Fundação Alphaville, Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), Fundação Itaú Social, Fundação Mapfre, Gerdau, GS1 Brasil – Associação Brasileira de Automação, ICO Estacionamentos, Instituto Global de Marketing Social (IGMS), Instituto BS Colway Social, Instituto Cultural e Filantrópico General Motors, International Paper do Brasil, Nestlé Brasil, Petrobras, Primav Ecorodovias, Universidade Cruzeiro do Sul, Universidade Imes, Vivo e Wal-Mart Brasil.

www.advbfm.org.br



Participantes da caminhada realizada em 2006

Caminhada mundial contra a fome infantil

O Programa de Alimentação Mundial das Organizações das Nações Unidas (WFP) está formando uma associação com celebridades, autoridades, funcionários, ONGs e pessoas afetadas pela fome para a Fight Hunger: Walk the World (ou Combate a Fome – Caminhada ao redor do mundo), cujo objetivo é sensibilizar cidadãos em todo o mundo e levantar fundos para ajudar mais crianças famintas a irem à escola. No Brasil, a TNT e a Mercúrio, em parceria com o WFP, promoveram o evento em São Paulo, Porto Alegre e Fernando de Noronha. A novidade deste ano é que todo o dinheiro arrecadado no Brasil será destinado a ONGs nacionais. A caminhada começou em 13 de maio em Auckland, na Nova Zelândia, às 10 horas, e seguiu pelas principais capitais e pequenas vilas da Ásia, Europa, África e nas Américas, completando 24 horas e reunindo cerca de 1 milhão de pessoas.

www.fighthunger.org



Tecidos são usados em oficinas

Doação intercontinental

A solidariedade é capaz de ultrapassar fronteiras. Exemplo disso foi a viagem de mais de 18 mil quilômetros de um container com 2,5 toneladas de retalhos de tecidos doados pela rede de lojas Jacob para a ONG Grupo Primavera. Os tecidos, de origem chinesa, saíram de Hong Kong e chegaram ao Brasil em maio, após um ano de trâmites para liberação da carga. É a maior doação em espécie já recebida pelo grupo, que transformará os retalhos em roupas e trabalhos artesanais. O que não for aproveitado será doado a outras entidades da região do Jardim São Marcos, na periferia de Campinas (SP).

www.gprimavera.org.br

Voluntariado em hospitais públicos

O projeto Mãos que Ajudam os Hospitais Públicos mobilizou, em 1º de maio, em mais de 180 cidades de 20 estados brasileiros, uma legião de voluntários. Eles entregaram 190 mil peças produzidas em pouco mais de 30 dias de mutirões de corte e costura, beneficiando cerca de 300 hospitais públicos, além de orfanatos e asilos. Só em São Paulo e Grande São Paulo, 10 mil pessoas confeccionaram 20 mil itens hospitalares. O Programa Mãos que Ajudam, mantido desde 2001 pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, já beneficiou milhares de pessoas e entidades por todo o país nas mais diferentes áreas. Hoje, o programa brasileiro serve de modelo para todo o mundo e é desenvolvido por países da América do Norte, Europa, Ásia e vizinhos da América Latina.

www.maosqueajudam.org.br

Estudantes votam pelo Direito da Criança

O World's Children's Prize for the Rights of the Child (WCPRC), ou Prêmio das Crianças do Mundo pelos Direitos da Criança, é uma iniciativa da ONG sueca Children's World que reúne estudantes do mundo todo. A votação mundial, encerrada no dia 11 de abril, envolveu 5,2 milhões de estudantes, e o júri internacional foi composto por 15 crianças de países diferentes, entre elas, o mineiro Railander Pablo de Freitas Souza. No Brasil, o Grupo Positivo foi o que viabilizou, via internet, a votação de estudantes brasileiros. A grande vencedora deste ano foi Betty Makoni, do Zimbábue, que recebeu os dois principais prêmios do projeto: o Prêmio dos Amigos Mundiais, decidido por votação mundial, e o Prêmio das Crianças do Mundo, concedido pelo júri infantil. Betty foi vítima de abusos quando criança e baseia sua vida na luta pelos direitos das crianças. A cerimônia de entrega do prêmio ocorreu no Castelo de Gripsholm, em Mariefred (Suécia), no dia 16 de maio.

www.childrensworld.org
www.educacional.com.br
www.aprendebrasil.com.br



Betty Makoni recebeu os principais prêmios do WCPRC



Único brasileiro que integra o júri internacional, Railander se apresentou em visita às escolas da Suécia.



Evento reuniu 5.000 corredores

7ª Corrida e Caminhada do Graacc

A 7ª edição da Corrida e Caminhada do Graacc – Combatendo e Vencendo o Câncer Infantil, realizada em 29 de abril em São Paulo, reuniu 5.000 corredores engajados na luta contra o câncer infanto-juvenil. A largada foi às 8h, na Assembléia Legislativa, primeiro com os atletas cadeirantes (cerca de 30 esportistas, do projeto Atletas Especiais), que foram seguidos dos demais corredores. O campeão da prova masculina foi Célio Falcão, com o tempo de 30 minutos e 58 segundos. Na categoria feminina, a vencedora foi Elizabeth Esteves de Souza, com 36 minutos e 19 segundos.

www.graacc.org.br

WWF-Brasil lança campanha SOS Onça-Pintada

O WWF-Brasil lançou sua primeira campanha de afiliação em massa no Brasil. O projeto SOS Onça-Pintada foi desenvolvido pela organização e convidará 70 mil pessoas para se associarem e apoiarem as mais de 30 iniciativas de conservação da natureza desenvolvidas pela ONG no país. A ação tem um importante apelo, que evidencia a situação da fauna brasileira: “Se a onça-pintada não tiver futuro, talvez a gente também não tenha”. A campanha, que será realizada nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e no Distrito Federal, conta com imagens de Araújo Alcântara, um dos mais conceituados fotógrafos da natureza do Brasil.

www.wwf.org.br

Cáritas promove Coquetel Solidário

Mais de 200 pessoas participaram, no último dia 30 de maio, no Cerimonial Itamaraty, em Vitória (ES), do Coquetel Solidário realizado pela Cáritas Arquidiocesana de Vitória. Aberto pelo arcebispo da cidade, Dom Luiz Mancilha Villela, o evento teve momentos marcantes, como as apresentações de teatro e música das crianças dos projetos Espaço Gente Feliz e Centro Marcelino Champagnat. Toda a renda obtida será revertida para ações da instituição, visando a conquista dos direitos de pessoas em situação de exclusão social. A presença de representantes de empresas e organizações públicas e privadas parceiras dos projetos sociais, voluntários Cáritas e autoridades públicas foram expressivas. Atualmente, a Cáritas, em parceria com a Pastoral do Menor, desenvolve 23 projetos sociais, realizando atendimento de caráter preventivo, protetivo e socioeducativo. Em 2006, 4.478 crianças, adolescentes e jovens foram atendidos.

www.caritas.org.br



Apresentação da Orquestra de Flauta do Centro Marcelino Champagnat, de Vila Velha

Parcerias são tema de debates no BID

Dialogar sobre os caminhos que devem ser adotados para a diminuição das desigualdades sociais em nosso país foi o tema do seminário Parcerias do Setor Público e Privado para a Redução da Pobreza no Brasil: Desafios e Oportunidades. O evento aconteceu em 13 de abril, em Washington D.C. (EUA), e foi promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O encontro teve a participação de Kátia Campos, secretária de Articulação Institucional e Parcerias do MDS, que elogiou o interesse dos dirigentes do BID em se aproximar da Rede de Fundos Ambientais da América Latina e Caribe (Redlac), a fim de estudar a viabilidade de se construir parcerias.

www.iadb.org

Congresso Mineiro de Comunicação Ambiental

Belo Horizonte (MG) foi o local escolhido para a realização do 3º Congresso Mineiro de Comunicação Ambiental, que ocorreu nos dias 3 e 4 de maio, e reuniu especialistas das áreas de comunicação, indicadores de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa. O evento ofereceu aos profissionais o contato e a prática com as mais modernas ferramentas de comunicação socioambiental e de responsabilidade social, como a metodologia Apell, do Pnuma, e as normas NBR 14.063, AS 16001 e SA 8000.

www.ambienteglobal.com.br

Grupo Primavera lança projeto que inova modelo de voluntariado

A ONG Grupo Primavera, de Campinas (SP), lançou em 15 de maio o projeto Mulheres Primavera, formado por mulheres que adaptarão sua agenda, seu perfil profissional e pessoal às linhas de atuação do grupo, atuando como agente multiplicador dos valores que a instituição leva às jovens. Essa modernização do modelo de voluntariado permite traçar as possíveis formas de sustentabilidade nos próximos 27 anos, além de possibilitar que mais mulheres conheçam, se comprometam com a ONG e pensem seu futuro.

www.gprimavera.org.br

Educação é foco da responsabilidade social

Levantamento realizado pela Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB) revela crescimento do interesse das empresas por projetos educacionais em responsabilidade social, tomando a dianteira da temática ambiental. Com base nas inscrições realizadas para o Prêmio Liberdade, Igualdade e Fraternidade (LIF), desde 2002, verificou-se que o tema educação representa quase 50% dos inscritos, um crescimento de 55% entre 2006 e o ano de lançamento da premiação. Na edição do ano passado, as ações educacionais representaram 47% das inscrições, enquanto meio ambiente ficou com 21%, saúde 16%, e cultura também com 16%.

www.ccfb.com.br

Notícias do Planalto

Ministro assina convênio com Pastoral da Criança

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, assinou em 23 de abril, na Cidade Estrutural (DF), convênios entre o Ministério da Saúde e a Pastoral da Criança e da Pessoa Idosa. O valor acordado é de R\$ 32,4 milhões e permitirá a manutenção das atividades da Pastoral em mais de 4.000 municípios, além de promover a capacitação contínua de todos os voluntários. A assinatura contou com a presença de Zilda Arns Neumann, fundadora e coordenadora da Pastoral da Criança e da Pessoa Idosa, e do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

www.pastoraldacrianca.org.br
www.saude.gov.br



O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, discursando na cerimônia de assinatura do convênio

MDS e Banco Mundial acertam empréstimo

Um novo empréstimo para apoiar a integração e o aperfeiçoamento dos programas sociais do MDS foi ajuizado em 27 de março, durante reunião entre o ministro Patrus Ananias, o diretor do Banco Mundial para o Brasil, John Briscoe, e a vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina, Pamela Cox. Ficou acertada também a realização de um grande seminário internacional, no Brasil, para divulgação e troca de experiências dos programas sociais de vários países. A coordenadora de Operações Setoriais do Departamento de Desenvolvimento Humano do banco, Kathy Lindert, destacou que, nesta segunda fase do acordo, o Banco Mundial tem grande interesse em apoiar ações inovadoras, que ajudem no avanço e integração dos programas.

www.mds.gov.br
www.worldbank.org

América Latina: troca de experiências sociais

Durante o Fórum de Ministros do Desenvolvimento Social, realizado entre 7 e 9 de maio na Argentina, o ministro Patrus Ananias afirmou que a América Latina está mudando "e isso indica uma nova orientação de investimentos de política pública em todos os países da região, apontando para amplas possibilidades de cooperações multilaterais e aproximação para compartilhar soluções para problemas semelhantes". Ao lado de 17 ministros, Ananias detalhou alguns programas sociais brasileiros de interesse a outros países latinos, como o Bolsa Família. A experiência brasileira que envolve a aquisição de alimentos e de leite de pequenos produtores também chamou a atenção dos presentes. As ações argentinas também foram alvo de muito interesse entre os participantes.

www.mds.gov.br

BID promove debate sobre oportunidades às maiorias no Caribe

Em 17 de maio, a cidade de Montego Bay, na Jamaica, sediou o encontro Servindo a maioria no Caribe: Oportunidades para crescimento dos negócios e inovação. Promovido pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), o evento teve o objetivo de fomentar o debate com organizações governamentais, privadas e da sociedade civil organizada, em busca de novos modelos de inclusão social das maiorias necessitadas do continente americano.

www.iadb.org
www.mds.gov.br

Desnutrição infantil atinge quilombolas

Segundo a pesquisa "Chamada Nutricional", divulgada em 15 de maio, uma em cada dez crianças com até cinco anos de idade que vivem em comunidades quilombolas está desnutrida, sendo que 11,6% apresentam déficit de altura para a idade, principal índice de aferição da desnutrição. O levantamento, realizada pelo MDS, Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Unicef, traçou ainda o perfil socioeconômico dessa população e mostrou a influência da renda e escolaridade nos indicadores. A pesquisa mediu e pesou 2.941 crianças de 60 comunidades, em 22 estados. Os dados foram analisados por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

www.mds.gov.br
www.unifesp.br

MDS e Equador acertam cooperação na área de segurança alimentar

Políticas públicas de desenvolvimento social, combate à fome e segurança alimentar e nutricional no Equador é o nome do acordo de cooperação estabelecido em 4 de abril entre o MDS e o Ministério do Bem-Estar Social do Equador. O ajuste complementar que viabiliza este acordo foi assinado em Brasília, em solenidade no Palácio do Planalto que teve a presença dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Rafael Correa Delgado, do ministro Patrus Ananias (MDS) e da ministra do Bem-Estar Social do Equador, Jeannette Sánchez, além de vários ministros dos dois países. Por meio deste acordo, que tem duração prevista de 12 meses e custo de US\$ 76 mil, o MDS transferirá ao Equador conhecimentos, metodologias e práticas de gestão de programas e ações de desenvolvimento social e combate à fome.

www.mds.gov.br



O presidente do Equador, Rafael Correa, participa de cerimônia de assinatura de acordos

Projovem forma mais de 4.000 alunos em Recife

Em 30 de março, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) formou mais uma turma em Recife (PE). Foram entregues certificados de conclusão do Ensino Fundamental e de qualificação profissional a 4.200 alunos. Na ocasião, compareceram o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, os ministros Luiz Dulci (Secretaria-Geral da Presidência), e Fernando Haddad (Educação), e o secretário nacional de Juventude, Beto Cury. Durante 12 meses, o programa ofereceu aos jovens a oportunidade de voltar a estudar e aprender uma profissão. Também desenvolveram ações comunitárias e receberam incentivo mensal de R\$ 100.

i www.projovem.gov.br



Presidente Lula, ao lado do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e do prefeito de Recife, João Paulo Silva, durante formatura de mais de 4.000 alunos do Projovem

Capacitação de gestores estaduais de cisternas

Representantes dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe participaram entre os dias 14 e 16 de maio, em Brasília, da oficina Construção de Cisternas e Capacitação para a Convivência Sustentável com o Semi-Árido Brasileiro, promovida pelo MDS. O objetivo foi promover a troca de experiências e o debate sobre as formas de aprimoramento do programa do governo federal. Além da participação na oficina, os representantes tiveram a oportunidade de ser capacitados sobre o Sistema de Gerenciamento do Programa Cisternas (SIG Cisternas).

i www.mds.gov.br

Fiscalização dos programas sociais

Elaborar políticas de monitoramento dos programas sociais do MDS foi um dos objetivos do seminário que reuniu em Brasília, em 12 de abril, gestores dos governos federal, estaduais e do Distrito Federal. Representantes do MDS e gestores discutiram também o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual, regulamentado pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), em 2006. No seminário, foram apresentados dois sistemas informatizados desenvolvidos pelo MDS: o Sistema de Gestão do Suas (SigSuas) e o Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social (CadSuas).

i www.mds.gov.br



A secretária nacional de Assistência Social, Ana Lúcia Gomes, o ministro Patrus Ananias, a presidente do Fórum de Secretarias de Assistência Social, Margaret Cutrim, e o presidente do Congemas, Marcelo Garcia, na abertura de seminário

CNAS promove reunião descentralizada em São Paulo

A reunião descentralizada e ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), promovida em São Paulo entre os dias 23 e 26 de abril, teve o objetivo de apresentar as diretrizes para o Plano de Acompanhamento e Fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social e para a 6ª Conferência Nacional de Assistência Social, que ocorrerá entre 14 e 17 de dezembro deste ano, em Brasília. Durante a reunião, que contou com a presença do ministro Patrus Ananias, foram repassados aos gestores municipais e estaduais da assistência social os métodos e diretrizes de trabalho a serem empregados na preparação da 6ª Conferência, que visa à construção de um pacto de responsabilidade dos entes da federação na efetivação da Rede de Proteção Social no país.

Parceria na geração de trabalho e renda

Conforme proposta apresentada em 16 de maio, durante reunião entre Márcia Lopes, secretária-executiva do MDS, e Paulo Okamoto, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a entidade poderá contribuir com o MDS na análise de projetos de inclusão produtiva, definição de metodologia para geração de trabalho e renda e organização dos agricultores familiares para acesso aos programas de promoção da autonomia econômica. Outra ação que também poderá constar no convênio é a troca de informações do Cadastro Único dos programas sociais e da listagem de municípios que têm iniciativas federais de geração de trabalho e renda com as ações realizadas pelo Sebrae.

i www.mds.gov.br
www.sebrae.com.br

Senegal conhece programas sociais brasileiros

Com o orçamento de R\$ 24 bilhões previsto para 2007 e o atendimento de 62 milhões de brasileiros, os programas de assistência social, segurança alimentar e transferência de renda do governo federal têm chamado atenção de vários países. O encontro entre os ministros do Brasil e de Senegal, em 16 de maio, fez parte da cerimônia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o presidente senegalês, Abdoulaye Wade. Márcia Lopes, secretária-executiva do MDS, falou sobre a cooperação dos dois países e reforçou a necessidade de se ampliar parcerias na área de assistência técnica, principalmente em avaliação e monitoramento dos programas.

i www.mds.gov.br



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumprimenta o presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, em visita oficial ao Brasil

Brad Henderson

Brad Henderson, gerente da Association of Fundraising Professionals (AFP), fala sobre a profissão de captador de recursos na América Latina e destaca a necessidade de se valorizar a “cultura da doação” no Brasil

Por Valeuska de Vassimon

Uma carreira para pessoas especiais, criativas e otimistas. É assim que Brad Henderson, gerente para a América Latina da Association of Fundraising Professionals (AFP) – Associação de Profissionais de Captação de Recursos, em português –, analisa a profissão de captador de recursos.

Agrônomo de formação, Henderson começou a trabalhar com captação de recursos por meio de trabalhos voluntários no Canadá. Posteriormente, realizou projetos no Equador, Bolívia e Chile, até se tornar o gerente para a América Latina da associação há quase dois anos.

Fundada em 1963, a AFP é a maior entidade de profissionais de captação de recursos no mundo. Um de seus diferenciais é o desenvolvimento do Código de Princípios Éticos e Padrões de Prática Profissional, em que o captador concorda em não receber comissão das doações, por exemplo.

Em relação ao Brasil e à América Latina, Brad acredita que “ainda estamos em um processo de desenvolvimento na área de captação de recursos”, pois, segundo ele, “não fomos criados desde cedo no meio da cultura das doações”.

No entanto, afirma que a maioria das pessoas começa a trabalhar como voluntário em organizações sem fins lucrativos para, posteriormente, ingressar na profissão de captador de recursos.

No Brasil para acertar detalhes sobre o 1º Congresso Internacional de Captação de Recursos para Escolas e Universidades – evento a ser realizado em São Paulo nos dias 21 e 22 de setembro, numa parceria entre

a AFP e as Faculdades Integradas Rio Branco –, Henderson falou

à **Revista Filantropia** sobre captação de recursos no Brasil e na América Latina.



Revista Filantropia: *Como o senhor começou a trabalhar na área de captação de recursos?*

Brad Henderson: Apesar de ser agrônomo de formação, sempre fui muito envolvido com trabalhos voluntários no Canadá. Tornei-me cada vez mais interessado no ativismo, em ajudar organizações de voluntariado, conseguir fundos para suas causas. Mas foi quando decidi atuar como agrônomo no Equador, há 12 anos, que comecei a trabalhar com captação de recursos. Foi assim também na Bolívia, onde vivi por três anos, e depois no Chile, onde trabalhei em uma organização internacional sem fins lucrativos. Meu papel era de ajudá-los a levantar recursos para moradia na América Latina.

Nos últimos quatro anos em que vivi no Chile, coordenei um trabalho de captação de recursos em nove países na América do Sul, incluindo o Brasil, onde treinamos pessoas para se tornarem captadores de recursos. Como gerente para a América Latina da AFP, meu trabalho é auxiliar o crescimento da associação na América Latina e realizar parcerias com organizações que tenham o mesmo objetivo que o nosso.

Filantropia: *Quais são as principais dificuldades dos captadores de recursos na América Latina?*

BH: Não temos muitos exemplos para seguir, além de não termos sido treinados desde jovens de que é possível fazer um trabalho como esse na nossa cultura. Apesar de haver, sim, vários exemplos, não fomos criados com o pensamento de que é uma carreira aceitável e que deve ser incentivada de várias maneiras. Precisamos ser motivados no âmbito familiar, como também pelo governo e pela sociedade, de que faz bem doar. E que isso apresenta um impacto positivo tanto para a pessoa que doa quanto para a que recebe.

Há outras dificuldades relacionadas à escassez de questões legais adequadas. Isso é algo que precisa ser melhorado. Também há situações relacionadas à corrupção e à falta de transparência, pois, infelizmente, temos visto exemplos de entidades que receberam recursos, mas não os utilizaram da maneira que deveriam.

Filantropia: *Como é o campo de atuação da AFP?*

BH: A estrutura de nossa organização é uma série de escritórios ou “clubes”, como se fosse uma espécie de franquia presente nos Estados Unidos, Canadá, México etc. Porém, creio que o ponto que nos une,



É preciso criar cada vez mais a “cultura da doação” para que a profissão de captador de recursos cresça no país

além de nossa estrutura física, é o código de ética elaborado pela associação, que deve ser seguido pelos 28 mil membros atuais da associação. Também acreditamos que o doador tem seus direitos e que deve ser respeitado. Por isso, dedicamos uma parte do código aos “direitos dos doadores”. Assim, além de seus direitos serem respeitados, conquistamos sua confiança.

Filantropia: *O senhor pode dar alguns exemplos de campanhas bem-sucedidas da AFP na América do Norte?*

BH: Conheço várias organizações famosas que já levantaram muitos recursos. Um exemplo é a Universidade de Harvard, que possui 30 bilhões de dólares em seus fundos. Com essa quantia, se a faculdade interrompesse as mensalidades dos alunos amanhã, continuaria funcionando por 32 anos sem qualquer renda. Claro que isso é um exemplo extremo, mas há várias outras organizações que tiveram sucesso.

Filantropia: *E na América Latina?*

BH: Há uma grande universidade particular no México, onde existem 32 campi

sofisticados e modernos, que realiza uma rifa que já arrecadou US\$ 17 milhões (R\$ 44 milhões). Eles rifam carros, casas e objetos de grande valor, com o único objetivo de fornecer bolsas para os alunos que não conseguem pagar a faculdade.

Um outro exemplo é uma das organizações que mais consegue captar recursos do Chile, a entidade católica Hogar de Cristo, que existe há 50 anos. Em um país de 15 milhões de pessoas, eles conseguem captar mais de 30 milhões de dólares por ano.

Quando vivi no Chile, era doador desta entidade. Foi interessante, porque não procurei a instituição, mas voluntários foram até minha casa e perguntaram se eu gostaria de ajudar. Todo mês alguém batia na minha porta, agradecia a doação do mês anterior e perguntava se eu poderia ajudar mais uma vez.

Filantropia: *Como o senhor vê o Brasil neste cenário?*

BH: Acho que o Brasil é um país bastante generoso. Sei que alguns dos maiores captadores de recursos são das escolas de samba, pois uma alternativa para arrecadar dinheiro é com os próprios integrantes das escolas.



Brad Henderson em evento da AFP no México

1º Congresso Internacional de Captação de Recursos para Escolas e Universidades

Nos dias 21 e 22 de setembro, acontece em São Paulo o congresso "Fundraising: captação de recursos", o primeiro congresso internacional para escolas e universidades organizado pela AFP e pelas Faculdades Integradas Rio Branco, da Fundação de Rotarianos de São Paulo.

O objetivo do evento é criar um fórum para identificar e debater os assuntos críticos que afetam a elaboração de uma cultura filantrópica dinâmica e que mobilize recursos financeiros e humanos para melhorar a educação no Brasil e na América Latina.

O congresso abordará questões legais do setor, além de discutir sobre a cultura da doação e fornecer aos mais de 500 participantes – entre eles, líderes das maiores universidades e escolas do país – exemplos de captação de recursos realizados de maneira ética e eficiente na América do Norte, Inglaterra e América Latina.

O evento também está sendo organizado pelo professor Custódio Pereira, diretor-geral das Faculdades Integradas Rio Branco e autor do único livro sobre captação de recursos publicado no Brasil: *Sustentabilidade e Captação de Recursos na Educação Superior no Brasil* (R\$ 45, 264 págs., Editoras Saraiva e Mackenzie). Segundo ele, "o congresso possibilitará uma grande troca de experiências", já que grandes nomes do setor de ensino no Brasil e no mundo estarão presentes.

www.riobrancofac.edu.br

O Brasil possui capacidade para realizar a captação de recursos de forma ética e eficiente. Não é gastar R\$ 2 para arrecadar R\$ 1; é preciso que seja um trabalho sério. E o país certamente tem capacidade e dinheiro.

Filantropia: *Quais são os princípios básicos do código de ética da AFP?*

BH: Um dos pontos mais importantes é que o captador de recursos deve sempre revelar ao doador como seu dinheiro será usado, quem a organização representa, sua mesa diretora, seu presidente, sua situação financeira. Ele também deve enviar relatórios sobre como o dinheiro do doador será gasto.

Sendo assim, uma parte muito importante do código de ética da AFP é que o captador de recursos jamais deve cobrar comissão ou receber parte do valor doado. Se você doa R\$ 100 para minha organização, não é ético que eu embolse R\$ 5 como parte do meu

salário. Os captadores de recursos são como os advogados ou contadores da organização. Eles fazem parte da equipe e devem ser pagos como qualquer outro profissional que trabalhe na instituição.

Quando se cria uma comissão e há o conceito de que parte do dinheiro vai para a pessoa que o recebe, o interesse dessa pessoa corre o risco de ser colocado acima do interesse da organização. Às vezes, ela até pode pedir dinheiro para quem não deve. Outras, aceita dinheiro que não deve só para poder ter sua parte. Além disso, os doadores querem saber que todo o seu dinheiro realmente foi para a causa em que acreditam.

Filantropia: *Qual deve ser o papel do governo em relação às organizações que querem captar recursos?*

BH: O governo deve fazer uma parceria para facilitar a criação de um ambiente em que organizações sem fins lucrativos, como universidades, escolas, hospitais, entidades de caridade, entre outras, tenham as ferramentas legais de que precisam para captar recursos e ter incentivos. O governo também deve incentivar a "cultura da doação" por meio de práticas que tornem a captação de recursos o mais transparente possível.

Nos Estados Unidos, por exemplo, há uma espécie de banco de dados de todas as organizações sem fins lucrativos do país em que as pessoas têm acesso a informações como localização da instituição, atividades, representantes, recursos e rendas etc. Esse tipo de transparência incentiva a confiança na organização. Essa "cultura de abertura" é algo que o governo deve sempre trabalhar.

Filantropia: *O senhor pode dar algumas dicas para as pessoas que querem trabalhar com captação de recursos?*

BH: A primeira coisa que as pessoas podem fazer é realizar algum trabalho voluntário com causas que considerem importantes. Ao trabalhar com voluntariado ou em alguma ONG, é possível entender a paixão das pessoas envolvidas nessa área. Aconselho a começar como voluntário, ajudando uma organização de que goste, que cuide de animais, meio ambiente, mulheres, etnias, crianças, qualquer coisa. Geralmente, as causas com as quais nos preocupamos são as que queremos ajudar.

Também há a possibilidade de frequentar cursos. Nossa associação, por exemplo, oferece conferências, congressos e cursos em geral que permitem que as pessoas façam um treinamento. Outra maneira de se informar é por meio de livros publicados sobre o assunto, mas, infelizmente, são poucos os traduzidos para o português.

Essa é uma outra forma de aprender sobre a melhor forma de começar, porque apesar de ser algo diferente, não é novo. Não é como se tivéssemos que reinventar a roda. Só precisamos ler e entender o que está aí. Além disso, muitas das informações sobre captação de recursos estão disponíveis na internet.

Filantropia: *Qual a sua opinião sobre a carreira de um captador de recursos?*

BH: Acho que é uma ótima carreira. Temos 28 mil membros na AFP, e a maioria é do sexo feminino (78%). Essas pessoas costumam ganhar mais dinheiro fazendo captação de recursos do que se trabalhas-



Participantes do Congresso Hemisférico de Fundraising em 2006, na Cidade do México

sem em outro lugar que exige o mesmo nível de escolaridade. Isso porque é um trabalho para pessoas especiais, positivas, criativas, entusiastas, com muita energia e que gostam de ver resultados. Se você é esse tipo de pessoa, acredito que é uma carreira maravilhosa e o incentivo a segui-la.

Filantropia: *Fale um pouco sobre o 1º Congresso Internacional de Captação de Recursos para Escolas e Universidades, que acontecerá em setembro, no Brasil.*


BH: Estamos animados com o congresso, porque queremos atrair os líderes das maiores universidades e escolas brasileiras para terem contato com líderes de captação de recursos de outras partes do mundo. Convidamos especialistas de universidades e de administração financeira para dividirem suas experiências na área de captação de recursos.

Teremos palestrantes da Universidade de Harvard, dos Estados Unidos, da Universidade do Pacífico, de Lima, no Peru, além de um palestrante do Havaí e um membro do conselho diretor da Universidade de Oxford, da



Congresso Hemisférico de Fundraising em 2006, na Cidade do México

Inglaterra, entre muitos outros. Pretendemos fazer uma programação que comece bastante generalizada e, aos poucos, mostre os detalhes das experiências na América Latina e a melhor maneira de segui-las, além de abordar o atual papel do captador de recursos. Também

queremos falar sobre a experiência do Brasil no setor e discutir algumas sugestões de melhorias e mudanças. 

AFP

 www.afpnet.org

Você quer conhecer ainda mais sobre as entidades beneficentes de assistência social?

Então leia o novo livro do Prof. Sergio Roberto Monello

O presente livro tem por objetivo levar advogados, contadores, administradores e pessoas dedicadas ao trabalho nas entidades beneficentes de assistência social a refletirem sobre a assistência social, gratuidades e imunidade de contribuições sociais para a seguridade social e ainda, quanto ao “Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEAS/CEBAS)” concedido pelo “Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)” em decorrência do reconhecimento do “Direito Adquirido” a essa imunidade e à manutenção desse Certificado, levando-se em consideração às decisões do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Pedidos:



com Srta. Adriana
Avenida General Olímpio da Silveira, 655 – Perdizes
CEP: 01150-001 – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3872-1195
www.sergiomonello.com.br

SERGIO ROBERTO MONELLO

ENTIDADES BENEFICENTES

ASSISTÊNCIA SOCIAL,
IMUNIDADE E
DIREITO ADQUIRIDO

Captação de recursos por meio do financiamento internacional

Iniciativa exige persistência e excelência na apresentação de projetos sociais

Eduardo Magalhães
magaedu@uol.com.br



As grandes mudanças políticas e culturais dos anos de 1970 também ocorreram no mundo do Terceiro Setor. Da mesma forma que houve o surgimento de um novo movimento sindical nesse período, também tivemos o aparecimento de um tipo de organização não-governamental no Brasil. Até então, predominava o trabalho centrado principalmente na assistência às populações marginalizadas. Realizado muitas vezes por grupos religiosos, visavam suprir as lacunas deixadas pelo setor público na prestação de serviços à sociedade.

As ONGs surgidas durante a ditadura militar de 1964 a 1985 passaram a focar a organização e o empoderamento da sociedade civil por meio da execução de projetos e programas com temas relacionados à educação popular e conscientização política, à diminuição das desigualdades sociais, à defesa dos direitos humanos e dos grupos discriminados. Para essa mudança foi fundamental não só o financiamento propiciado por entidades norte-americanas e europeias como igualmente a transferência de tecnologia social às colegas brasileiras.

A Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES) – que em abril passado completou 30 anos de atuação no Brasil –, a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida) – representante do governo canadense –, a InterAmerican Foundation – representante do governo estadunidense –, a GTZ – representante do governo Alemão – e a Usaid foram alguns dos principais financiadores no estabelecimento desse novo relacionamento e construção da prática renovada do Terceiro Setor em nosso país. Houve também apoio

de setores progressistas da Igreja Católica, seja por meio de intervenções diretas ou de outras organizações.

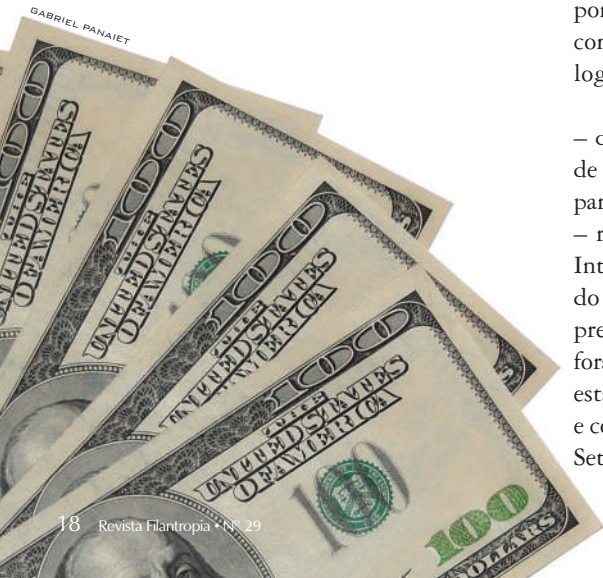
Tivemos, assim, o início de uma segunda fase no desenvolvimento do Terceiro Setor brasileiro, que passou da atuação baseada na lógica assistencial do setor público para a lógica dos novos apoiadores internacionais que é o fortalecimento da sociedade civil.

Exigências atuais

No artigo “Captação de Recursos e Elaboração de Projetos pelo Marco Lógico” (*Revista Filantropia* n° 27), mostramos brevemente os princípios básicos de uma metodologia mundialmente utilizada pelos principais doadores globais e capaz de tratar com rigor todas as fases de um projeto social. Com o uso dessa ferramenta, é possível tratar da solução de uma problemática social com rigor científico.

É justamente isso o que exigem hoje os financiadores internacionais. Eles desejam saber como será aplicado o dinheiro investido e, fundamentalmente, poder concretamente monitorar, de maneira objetiva, prática, simples e direta, os seus reais e efetivos impactos sociais. Projetos, por exemplo, sem bons indicadores de resultados e fontes de verificação, praticamente inviabilizam seu monitoramento e avaliação. Hoje se está muito mais preocupado com a qualidade. Essa situação era diferente no início dos apoios internacionais na década de 1970, quando a prioridade foi concentrada mais na quantidade.

A maior exigência no acompanhamento dos resultados ocorreu basicamente por dois motivos:



1) as demandas aumentaram e muitas vezes os recursos continuaram os mesmos ou diminuíram ou, ainda, foram incrementados em uma velocidade inferior ao necessário. Dessa maneira, as seleções das solicitações de fundos tiveram de aprimorar os critérios para escolher as melhores propostas;

2) As realidades socioeconômicas da África, da Ásia e da Europa Oriental passaram, muitas vezes, a se mostrar sensivelmente piores do que outros países da América Latina, como o Brasil; daí um maior direcionamento para essas outras regiões.

O espírito da consolidação da sociedade civil é base para os financiadores internacionais. Em linhas gerais, priorizam os seguintes itens: fortalecimento institucional e da infra-estrutura da organização, altos impactos sociais, eficiência administrativa, propostas sistematizadas e com clara possibilidade de monitoramento. Essa realidade é critério para os financiadores tanto de grande como de pequeno porte. Na maioria dos casos, os doadores globais preferem trabalhar com uma organização parceira local do país em que desejam desenvolver atividades.

Um elemento que, às vezes, dificulta o financiamento internacional é a questão do idioma. Apesar de muitas organizações doadoras utilizarem, além do inglês, também o espanhol, especialmente as grandes instituições, poucas recebem propostas em português. Esse é um desafio que deve ser superado e não visto como um fator impossibilitador para as entidades brasileiras.

Outro agente que provocou uma mudança significativa no comportamento dos financiadores foi o atentado de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque. Com o intuito de combater a transferência de recursos para grupos terroristas, por meio de ONGs de fachada, várias mudanças de cunho financeiro, administrativo, operacional e legal ocorreram por parte dos doadores internacionais.

Nesse sentido, dois conjuntos de diretrizes foram estabelecidos. Um deles foi firmado entre Estados Unidos, todos os países da União Européia, Conselho de Cooperação do Golfo, Brasil, Argentina, Canadá, Austrália, China, Islândia, Japão, Nova Zelândia, México e Comissão Européia. Partindo de iniciativa do Financial Action Task Force on Money Laundering, o G7 e a ONU elaboraram uma série de recomendações (*Special Recommendation VIII – Non-*



profit organizations) que não se constituem enquanto uma obrigação, mas certamente passarão a ser um diferencial para as organizações que o adotarem.


Seguindo o mesmo caminho, o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos elaborou um *Guia Financeiro Anti-Terrorista* – também com o intuito de coibir o uso de recursos para ações terroristas. Apesar de esse guia legalmente se restringir a organizações baseadas nos Estados Unidos, acaba refletindo em suas parceiras com outros países, como o Brasil, por exemplo, e, conseqüentemente, ocasionando um efeito “dominó” mesmo para as ONGs que atualmente não tem parcerias com grupos dos Estados Unidos.

Resumidamente, as novas sugestões internacionais para as ONGs, com base na transparência financeira, administrativa e executiva, são:

- A entidade deve documentar toda a sua rotina administrativa, gerencial e de controle sobre as suas operações. O papel dos diretores é fundamental.
- Todos os diretores e executivos devem estar claramente identificados.
- Reuniões regulares devem ocorrer e estarem devidamente registradas em seus conteúdos e decisões.
- O processo eleitoral deve estar claramente formalizado e pré-determinado, da mesma forma que a maneira de perda de mandato.
- Os gastos dos programas devem ter um controle financeiro apropriado, inclusive nas parcerias com outras organizações.

- Todos os procedimentos possíveis devem estar assegurados para evitar o uso de recursos para ações terroristas.
- Projetos, programas, orçamentos de atividades e tipos de despesas devem ser especificados para que não haja dúvida sobre a que se referem.
- Realização de auditoria externa.
- Nos Estados Unidos, o Federal Accounting Standards Advisory Board (Fasab) é o responsável pelo estabelecimento de princípios contábeis para as entidades federais. Os princípios por ela criados – Generally Accepted Accounting Principles (GAAP) – também acabaram se tornando referência internacional. As normas brasileiras de contabilidade já atendem plenamente às exigências internacionais.

No caso do Brasil, as ONGs que estão qualificadas como Oscips (lei federal nº 9.790/99 e decreto nº 3.100/99) cumprem com as necessidades internacionais.

Na próxima edição, a segunda parte deste artigo identificará os principais financiadores internacionais, entre eles: governos, fundações, organizações bilaterais e multilaterais, ONGs e empresas; além de sites, eventos e entidades de classe em nível mundial. 

Eduardo Magalhães. Sociólogo, professor e consultor para o Terceiro Setor, diretor da organização Saúde e Cidadania e do Gats, membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e coordenador nacional de Projetos da Building and Wood Workers' International (BWWI).

Contratação de mão-de-obra diante dos convênios filantrópicos

Contratos firmados por tempo determinado evitam que as entidades arquem com o ônus de indenizações e multas trabalhistas caso o convênio seja cancelado

Marcos Biasioli
marcos@mbiasioli.com.br



É cediço que o Estado, diante de um universo de mais de 100 milhões de pessoas, não arregimenta estrutura suficiente para resolver sozinho os problemas sociais de tamanha comunidade. E é por isso que se utiliza da prerrogativa constitucional de terceirizar por meio da sociedade civilmente organizada (entidades integrantes do Terceiro Setor), serviços sociais, entre outros, que aquilata uma força motriz no desenvolvimento, corroborando com a erradicação da pobreza e do analfabetismo, e com o combate das desigualdades sociais.

Ocorre que para se engendrar uma estrutura funcional que atenda aos anseios do Estado em prol da comunidade, é necessário que haja a transferência de recursos públicos para as entidades, a fim de equipá-las a agir como se estatal fossem. Eis, então, a figura jurídica dos convênios, ora também denominada como filantrópicos.

A entidade social, na ânsia de cumprir a essência do compromisso oriundo da avença prevista no convênio, muitas vezes se lança a contratar mão-de-obra para dar cabo às obrigações. E, como não poderia ser diferente, protraí para si, uma obrigação trabalhista, que em tese não é sua, mas, sim, do Estado. Em face de assumir o risco da atividade, acaba por ser de maneira uníssona a responsável pela integridade dos direitos do obreiro.

Imprevistos

A mutação a cada quatro anos do Poder Executivo acarreta, na grande maioria das

vezes, na mudança também das políticas sociais – que deveriam ser perenes, mas, em regra, não são. Isso, freqüentemente, gera a ruptura de convênios filantrópicos celebrados com entidades sociais, que são remetidas à berlinda financeira, pois, além de não arregimentarem saúde econômica para dar continuidade ao projeto, ainda ficam sem recursos para promover a indenização trabalhista dos contratados, que foram chamados para desempenhar exatamente o propósito do convênio público.

Ainda que a instituição permeie pela seara judicial com veemência, para a manutenção do programa legalmente exercido – atitude que defendo –, o desfecho tardio poderá representar a bancarrota da instituição. E mais, ante o princípio processual da descaracterização da personalidade jurídica (*disregard doctrine*), até o patrimônio pessoal do dirigente da instituição poderá vir a servir de banquete ao obreiro postulante.

Para se evitar tamanho dissabor e vulneração da paz daqueles que operam na seara do bem, recomenda-se:

Quanto às cautelas por advento da celebração dos convênios

Com o propósito de se evitar o completo desequilíbrio econômico e de anseios sociais, recomenda-se as seguintes cautelas, entre outras de suma importância quando da celebração dos convênios:

- a) Que se faça promoção de uma reserva para contingências trabalhistas e a inclua

S D T I D S A



SAÚDE



EDUCAÇÃO



RELIGIOSOS



ASSISTÊNCIA SOCIAL

no custo *per capita* do beneficiário, sob pena de se rejeitar o convênio;

- b) Que, por consequência, tal reserva seja efetivamente exercida, contabilizando-a na conta de reserva patrimonial;
- c) Considerando que, em regra, os convênios não ultrapassam a vigência do exercício fiscal, ante até mesmo o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, recomenda-se que a mão-de-obra contratada seja específica para atender ao anseio daquele convênio, não se misturando, contabilmente falando, às folhas de pagamento. Ou seja, defende-se uma segregação dela, com o propósito único de se justificar no futuro em pendenga judicial, a motivação de sua contratação.

Contratação de mão-de-obra por tempo determinado

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê, no seu art. 443, a possibilidade das empregadoras firmarem com seus obreiros contrato com prazo determinado de duração. Todavia, não há liberdade plena para tal, eis que a lei limita a possibilidade, desde que preenchidos os seguintes requisitos, a saber:

- a) Serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo;
- b) Atividades empresariais de caráter transitório;
- c) Contrato de experiência.

Neste diapasão, defendo que a contratação do obreiro para laborar essencialmente nos estreitos limites do convênio seja de maneira determinada. Recomenda-se, porém, que haja clareza quando de sua contratação acerca de tal condição, ante o fato de o convênio e o próprio programa serem transitórios e também determinados.

Precauções

A instituição que passa a desenvolver um projeto social fruto de um convênio celebrado possui, no meu modo de entender, atividade transitória a este respeito. Sem o convênio, não haveria razão da contratação de tal mão-de-obra, o que a remete ao repleto enquadramento as letras “a” e “b” do parágrafo 2º do art. 443 da CLT, que trata dos contratos com prazo determinado.

É salutar ressaltar que a contratação por prazo determinado traz importantes vantagens aos empregadores, já que estão dispensados de arcarem com os ônus da indenização derivada do aviso prévio, multa por dispensa arbitrária, indenização compensatória, entre outras. Juntas, representam uma quantia extremamente considerável se multiplicada pelo volume de obreiros oriundos do projeto financiado por meio de convênios.

É importante destacar também que há limitação de prazo, ou seja, a instituição somente poderá contratar profissionais por prazo que não exceda dois anos, assomado ao preenchimento dos requisitos do parágrafo 2º do art. 443, acima enaltecidos.

A Justiça já vem se pronunciando sobre a teoria que defendo, haja vista decisão em que meu escritório funcionou como defensor, a qual a reproduzo parcialmente: “No sentir deste juízo, a contratação de mão-de-obra para atingir os objetivos dos convênios celebrados pelo réu tipifica o art. 443, parágrafo 2º, “a”, da CLT, pois se trata de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo”.

Assim, acredito que tais cautelas serão importantíssimas para o pleno êxito da obra do bem, e, por isso, venho sempre enfatizando a premência de ampla segurança.

Não defendo, aqui, a quebra da isonomia do trabalho e tampouco que se lesionem os direitos sociais, mas, sim, que se evitem vulnerações desnecessárias, ante a falta de informação, adotando sempre com clareza as regras do jogo com o obreiro, para que amanhã ele não invoque direito que sabe não possuir.

Enfim, toda cautela é pouca, e prevenir é muito melhor do que remediar quando o assunto é promover o bem com o chapéu alheio. ☺

Marcos Biasioli. Advogado em São Paulo, mestrado em Direito – PUC/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, professor do curso de pós-graduação de gestão do Terceiro Setor na Universidade Federal do Espírito Santo, membro do conselho científico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e do conselho editorial da **Revista Filantropia**.



Uma empresa do grupo:

AUDISA
AUDITORIA PARA O TERCEIRO SETOR

(11) 3661-9933

WWW.AUDITUS.COM.BR

Servidores públicos podem participar de diretoria de Oscip?

Ao exercer simultaneamente o cargo de diretor de entidade e de servidor público, o administrador deve evitar o conflito de interesses entre os dois exercícios

Lais Vanessa C. de Figueirêdo Lopes
lais@figueiredolopes.com.br



A qualificação de organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), conferida pelo Ministério da Justiça, foi criada em 1999 e destina-se ao reconhecimento de entidades sem fins lucrativos voltadas ao desenvolvimento de atividades de interesse público.

Conhecida como o Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil, a Lei das Oscips (lei nº 9.790/99) trouxe algumas inovações no tratamento legislativo das atividades públicas não-estatais, como a possibilidade de remunerar dirigentes sem a perda de isenções tributárias, além da criação do denominado Termo de Parceria, que constitui um instrumento de cooperação entre o Estado e estas entidades.

O aumento das parcerias celebradas entre o Estado e as Oscips ensejou algumas dúvidas relativas à possibilidade de servidores públicos participarem dos órgãos de administração destas entidades. Assim, em maio de 2002, a medida provisória nº 37 inseriu parágrafo único no art. 4º. da Lei das Oscips, autorizando a participação de servidores públicos na diretoria ou em conselhos, vedada a remuneração, nos seguintes termos:

“É permitida a participação de servidores públicos na composição de diretoria ou conselho de organização da sociedade civil de interesse público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título.”

Por ocasião da conversão da MP nº 37 na lei nº 10.539/02, no entanto, foi suprimido o termo ‘diretoria’ do texto acima transcrito, restringindo a permissão expressa apenas à participação de servidores públicos em conse-

lhos de Oscips. Essa supressão gerou polêmica, uma vez que, ao excluir “diretoria” do texto, deixou de permitir de maneira expressa a participação de servidores nesse órgão, não tendo, contudo, criado qualquer vedação.

Ocorre que, desde a publicação da referida lei, o Ministério da Justiça tem exigido de todas as entidades interessadas em se qualificar como Oscip declaração escrita de cada um dos membros de sua diretoria de que não são servidores públicos. Essa exigência, na prática, tornou proibitiva a atuação de servidores na diretoria de Oscips, gerando com isso diversas distorções.

Por exemplo: sob pena de não conseguirem a obtenção da qualificação, professores da rede pública, em regime de trabalho parcial, estão impedidos de serem líderes de entidades ligadas à promoção da educação, mesmo que não recebam qualquer remuneração para tanto.

Impasse

Diante de tal situação e da indefinição por parte do texto legal, permanece a dúvida: “Servidores públicos podem ou não participar de diretoria de Oscip?” Para buscarmos resposta para essa questão, cumpre realizar algumas considerações, que passam pela análise da natureza jurídica das organizações e do regime de interpretação da legislação aplicável.

Podem se qualificar como Oscip apenas as “pessoas jurídicas de direito privado”¹, isto é, organizações que, embora busquem a consecução de finalidades de interesse público, são fundadas e geridas por particulares², sem a intervenção do Estado.

O exercício das funções de servidor público e diretor de Oscip, concomitantemente, é permitido, devendo, nos casos concretos, ser verificada a inexistência de vedação por parte do regime jurídico ao qual o servidor público está submetido

Às organizações de direito privado é aplicável regime jurídico que permite aos particulares realizarem qualquer ato, desde que não expressamente vedado por lei. Em decorrência desse regime, como a Lei das Oscips não proíbe a participação de servidores públicos na diretoria, essa participação deveria ser permitida.

Cumpra lembrar que tal lei autoriza, expressamente, a participação de servidores em conselhos, desde que não-remunerados. O termo conselho, em sentido amplo, é definido como “grupo de pessoas apontado ou eleito como corpo consultivo e/ou deliberativo e/ou administrativo, seja de entidades públicas ou privadas”³, conceito sob o qual está abarcado qualquer órgão colegiado das organizações, inclusive a diretoria.

Quanto às restrições aos servidores públicos, temos que pelo art. 37, inciso XVI da Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo quando houver compatibilidade de horários, observado o teto de vencimento. Inexiste, assim, vedação constitucional ao fato de um servidor público exercer atividade privada.

Cada servidor público, no entanto, submete-se ao regime do órgão público ao qual está vinculado. Com isso, a análise de eventual proibição de participação em outras atividades deve basear-se na regulamentação própria deste regime, observando a compatibilidade com o horário de trabalho do cargo ou função pública.

Interpretação


No que se refere especificamente ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, que é utilizado pelo Ministério da Justiça para justificar a exigência das mencionadas declarações, temos que seu art. 117, incisos X e XVIII, dispõe que estes servidores estão proibidos de exercer qualquer atividade incompatível com o exercício da função e de participarem de gerência ou administração de empresa privada ou sociedade civil. Em que pesem tais conceitos (de empresa e sociedade), em nada se assemelham aos de associações e fundações.

Neste sentido, aplica-se a regra de interpretação legislativa que determina que “as normas que impõem restrições ao exercício de direitos devem ser interpretadas restritivamente: *exceptiones sunt strictissimae interpretationes*”⁴. Isso porque aos cidadãos (inclusive

aos servidores públicos) é permitido praticar todo e qualquer ato na sua esfera privada, desde que a lei não o proíba.

Dadas as razões acima e analisada a legislação posta, entendemos que o exercício das funções de servidor público e diretor de Oscip, concomitantemente, é permitido, devendo, nos casos concretos, ser verificada a inexistência de vedação por parte do regime jurídico ao qual o servidor público está submetido.

Em observância aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa, é ideal que, ao exercer simultaneamente o cargo de diretor de entidade e de servidor público, o administrador observe também regras de governança que resolvam eventuais situações em que possa haver conflito de interesses entre o exercício da função pública e a atividade desempenhada na diretoria da Oscip.

A definição de tais regras é tarefa árdua, que envolve o ponto de equilíbrio entre a necessária moralização das parcerias com o poder público e o respeito aos direitos e garantias individuais. A complexidade desta tarefa, contudo, não justifica a atual situação, na qual o Ministério da Justiça extrapola suas competências e o texto da lei, restringindo direitos. 

¹ NOS TERMOS DO ART. 1.º DA LEI FEDERAL Nº 9.790/90 (LEI DE OSCIPS).

² ENTENDIDOS AQUI COMO CIDADÃOS OU PESSOAS JURÍDICAS POR ELES CONSTITUÍDAS.

³ DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2004.

⁴ CONFORME DOUTRINA DE MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO SOBRE ESTE TEMA, EM *DIREITO ADMINISTRATIVO*; EDITORA ATLAS; SÃO PAULO; 2000.

Laís Vanessa C. de Figueirêdo Lopes. Advogada e sócia de Figueirêdo Lopes e Golfieri Advogados Associados. Mestranda em direito na PUC/SP, Professora de pós-graduação da Unisantos, PUC/SP e Senac/SP. Integrante da International Society for Third Sector Research (ISTR); do Neats – PUC/SP; das Comissões de Direito do Terceiro Setor e dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/SP; e do Conade pela OAB Federal.

Co-autoria:

Marcela Oliveira Scotti de Moraes. Advogada da Figueirêdo Lopes e Golfieri Advogados Associados. Atuou anteriormente na Abong e na Ação Educativa. É co-autora da publicação *Ação das ONGs no Brasil – perguntas e respostas*, pela Abong.

Paula Raccanello Storto. Advogada, consultora jurídica de ONGs em São Paulo. É professora nos cursos de pós-graduação em gestão do Terceiro Setor da PUC/SP, integrante do Neats – PUC/SP e da Comissão do Direito do Terceiro Setor da OAB/SP.



A Nova Lei de Execuções e as entidades filantrópicas

O intuito é garantir ao real credor o seu direito e agilizar a satisfação do direito daquele que já possui decisão judicial, sem a necessidade de mais uma etapa processual

Tatiana Magosso Evangelista
tatiana@mbiasioli.com.br



Foi publicado, no Diário Oficial da União (DOU) de 23/12/2005, a lei nº 11.232/05, mais conhecida como Nova Lei de Execução, que altera o Código de Processo Civil (CPC)¹, com o intuito de estabelecer a fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento e revogar dispositivos relativos à execução fundada em título judicial.

A execução sempre foi utilizada em nosso sistema jurídico como meio de satisfação de um direito, pois é a força do Estado que atua contra e independentemente da vontade do executado. Muito embora a nova lei de execução ainda esteja se acomodando ao cotidiano dos operadores do direito e à sociedade como um todo, dada sua vigência somente a partir de 23 de junho do ano passado, algumas situações processuais por ela alteradas revestem-se de relevância notável, merecendo, portanto, algumas considerações, uma vez que as entidades filantrópicas podem perfeitamente figurar como credor ou devedor de uma execução.

Sentença X execução

Uma das mais significativas alterações trazidas pela lei nº 11.232/05 é a que incidiu sobre o art. 463 do CPC, uma vez que, antes da alteração, o processo de execução vinha após a sentença. Atualmente, entretanto, a sentença judicial não é mais o encerramento do ofício jurisdicional, pois o juiz deverá praticar os atos necessários ao seu cumprimento. A prestação jurisdicional só se extingue com o recebimento, pelo credor, do bem de vida almejado por este.

Ainda, não há mais citação do devedor para o pagamento ou início dos atos executivos, mas, sim, a intimação do devedor, na

pessoa de seu advogado, para o cumprimento da sentença. Tal dispositivo lança sobre o patrono do devedor nova responsabilidade, pois cabe a este dar ciência a seu cliente sobre o ato processual. Tal inovação pretende agilizar a satisfação do direito daquele que já possui uma decisão judicial, sem a necessidade de mais uma etapa processual.

Após o encerramento dos 15 dias para o cumprimento voluntário da sentença, o credor terá seis meses para requerer o cumprimento da sentença, sob pena de arquivamento dos autos, os quais, posteriormente, poderão ser desarquivados². No que se refere ao cumprimento de sentença, a iniciativa na indicação dos bens penhoráveis passa a ser exclusiva do credor ou do oficial de justiça, perdendo o devedor tal prerrogativa³.

Da mesma maneira prevista para o prazo do cumprimento voluntário da sentença, quando não houver a manifestação do executado, caberá ao oficial de justiça realizar a avaliação e a penhora do bem que entender suficiente para garantir a dívida, sendo que o devedor é intimado na pessoa de seu advogado⁴.

Ademais, alteração importante está sujeita à figura dos antigos Embargos à Execução, que dão lugar à impugnação prevista no art. 475-L, a ser oferecida no prazo de 15 dias⁴. Os embargos à execução possuem a natureza jurídica de ação autônoma, o que significa dizer que deve ela preencher as condições da ação, bem como os pressupostos processuais da ação, o que sempre foi um ônus a mais para o credor.

A impugnação perde o efeito suspensivo, característica dos antigos embargos à execução. Porém, fica a possibilidade de efeito suspensivo

Quando não houver a manifestação do executado, caberá ao oficial de justiça realizar a avaliação e a penhora do bem que entender suficiente para garantir a dívida, sendo que o devedor é intimado na pessoa de seu advogado



quando o prosseguimento da execução seja a probabilidade de causar ao executado dano grave ou de difícil reparação. Se atribuído efeito suspensivo à impugnação, o exequente pode nela prosseguir prestando caução⁵.

Ainda, no que se refere à impugnação, a novidade é sua hipótese de cabimento pela penhora incorreta ou avaliação errônea, ampliando o antigo rol que compreendia apenas a nulidade da execução até a penhora.

Multa de 10%

Como é possível observar, o intuito da alteração legal é garantir ao real credor o seu direito. Por essa razão, foi inserido dispositivo pelo qual o devedor tem a possibilidade de cumprimento voluntário em um prazo de 15 dias para a satisfação da sentença, sem que haja a incidência de 10% de multa sobre o valor da condenação. Multa esta que é novidade, uma vez que há o intuito de se evitar que sejam utilizados meios protelatórios⁶.

A aplicação desta multa resvala em maior agilidade e como uma maneira de pressionar o devedor, para que arque com o que deve, já reconhecido pelo processo de conhecimento, sob pena de ver seu débito aumentado. Por fim, a Nova Lei de Execução estendeu sua aplicação


a todas as sentenças que estipulem obrigação (fazer, não fazer, entregar algo ou pagar quantia) e não apenas à sentença condenatória⁷.

Execuções fiscais

Muito embora a lei nº 11.232/05 venha alterar apenas o Código de Processo Civil (CPC), é certo que as execuções fiscais, reguladas pela lei nº 6.830/80, também estão sendo abarcadas pelos reflexos das inovações. Tanto que diversos juízes já aplicam as alterações às execuções fiscais que se encontram em trâmite, com fundamento no art. 1º desta lei, que regula que o CPC será utilizado subsidiariamente.

As entidades sem fins econômicos são beneficiadas com a imunidade fiscal, desde que cumpridos os requisitos constitucionais e legais. Não obstante tal direito, o mesmo deve ser reconhecido pelos órgãos públicos. Tal reconhecimento, além de extremamente burocrático, é muito lento, o que resulta, muitas vezes, em execuções fiscais indevidas, que causam grandes transtornos às entidades. Dessa maneira, é necessário que as entidades estejam cientes das alterações que podem beneficiá-las em certos casos, ou não.

Por fim, resta-nos concluir, nesta restrita análise sobre um tema tão amplo e recente, que

todos possuem direito à tutela jurisdicional, e que esta seja efetiva, célere, qualitativa e adequada aos interesses proeminentes da sociedade. A espera de anos a fio para se receber o que lhe é devido não é razoável e não pode ser aceito. Assim, as alterações empreendidas pela Nova Lei de Execução significam um grande avanço jurídico e social, apesar de que a perfeição dificilmente é alcançada. 

¹ Lei nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.

² ART. 475J, PARÁGRAFO 5º, DO CPC.

³ ART. 475J, PARÁGRAFO 3º, DO CPC.

⁴ ART. 475J, PARÁGRAFO 1º, DO CPC.

⁵ ART. 475M, PARÁGRAFO 1º, DO CPC.

⁶ ART. 475J, CAPUT, DO CPC.

⁷ ART. 475-N, INCISO I, DO CPC.

Tatiana Magosso Evangelista. Advogada da M. Biasoli Advogados Associados, graduada pela PUC/SP, especialização em direito do Terceiro Setor pela FGV/SP e pós-graduanda em direito processual tributário na PUC/SP.

Co-autoria:

Ricardo Cúria Montemagni. Advogado da M. Biasoli Advogados Associados, graduado pela UniFMU/SP, especializado em direito do Terceiro Setor pela ESA/SP e membro efetivo da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP.

CANTO
CIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Convênios especiais e alteração da resolução CNAS nº 188/05

Nova redação altera requisitos e especificações para a realização de convênio de parceria especial entre entidades beneficentes de assistência social

Sergio Roberto Monello
atendimento@sergiomonello.com.br



Por meio dos convênios especiais, a conveniada nada mais faz do que se revestir da condição de depositária fiel de recursos financeiros pertencentes à conveniente, os quais se destinam a um ou mais projetos de assistência social

A resolução CNAS nº 49, de 15 de março de 2007¹, deu nova versão à redação original da resolução CNAS nº 188, de 20 de outubro de 2005². Antes, os convênios de parcerias entre entidades beneficentes somente podiam ser realizados se as entidades parceiras fossem portadoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas/Cebas) ou se possuísem convênios especiais de parceria com gestores municipais e/ou estaduais e do Distrito Federal, para execução de projetos sociais específicos.

Com a reforma do art. 1º da resolução CNAS nº 188/2005, pela resolução CNAS nº 49/07, é essencial que as entidades parceiras sejam inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) ou no Conselho Distrital de Assistência Social (CDAS), no caso do Distrito Federal, para que seja firmada uma parceria especial. Destaca-se que, de acordo com o art. 9º da lei nº 8.742/93, o funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no CMAS ou no CDAS, conforme o caso.

No instrumento jurídico de parceria especial, ou seja, no convênio especial firmado entre as entidades parceiras, deverá constar, obrigatoriamente, o seguinte: a) Deveres e obrigações das entidades parceiras; b) Objeto da parceria; c) Público-alvo a ser beneficiado com a parceria de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; d) Se, porventura, a conveniada aplicar os recursos em investimentos de retorno financeiros, durante a execução do projeto assistencial, as receitas oriundas dessa aplicação deverão ser investidas obrigatoriamente no mesmo projeto assistencial; e e) Observar especificações constantes desta resolução.

Exigências

As especificações exigidas por essa resolução em relação à conveniada são as seguintes:

- 1) Registrar e manter em conta patrimonial específica os recursos financeiros recebidos até a conclusão do projeto assistencial;
- 2) Na medida em que as atividades e ações previstas forem executadas, deverá apropriar em contas próprias os valores aplicados;
- 3) Quando prestar contas sobre a execução do convênio, deverá baixar os respectivos valores da conta patrimonial específica;
- 4) Após o encerramento do projeto assistencial, se houver saldo remanescente da verba recebida da conveniente, deverá apropriar esse valor como receita de doação para fins de custeio; e
- 5) No encerramento do exercício social, deverá encaminhar à conveniente os seguintes documentos: cópia do Balanço Patrimonial; demonstração do superávit ou déficit do exercício; e notas explicativas de conformidade com o decreto nº 2.536/98. Essas peças contábeis devem ser assinadas por contabilista devidamente habilitado na forma da lei e pelo representante legal da entidade.

Deve ser salientado que a prestação de contas entre as entidades é ponto essencial e primordial. No que se refere à conveniente, esta deverá observar o seguinte:

- 1) Registrar e manter em conta patrimonial específica os recursos repassados à conveniada;
- 2) Após o encerramento do projeto assistencial, se houver saldo remanescente do recurso financeiro transferido junto a conveniada, deverá apropriar esse valor como despesa de doação;

- 3) A prestação de contas da conveniada deverá ser juntada ao processo de renovação do Ceas/Cebas, se for portadora deste documento; e 4) Poderá considerar como gratuidade os valores empregados nos convênios especiais.

O art. 5º da resolução nº 188/05, com a nova redação dada pela resolução CNAS nº 49/07, determina que as entidades parceiras devem observar o item 3.1.6, da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T-3, emanada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que assim dispõe: “A utilização de procedimento diversos daqueles estabelecidos nesta norma somente será admitida em entidades públicas e privadas sujeitas a normas contábeis específicas, fato que será mencionado em destaque na demonstração ou em nota explicativa”.

Definições

Deve-se entender por convênio o “contrato firmado entre pessoas jurídicas de espécies diversas, muito usado para a realização de serviços e direção dos mesmos por meio de uma organização comercial ou civil (pessoas jurídicas)”³. Também deve-se entender por “acordo, ajuste, convenção, contrato”⁴.

Convênio, “derivado do latim *convenire*, tal qual convenção, significa o ajuste ou acordo entre duas ou mais pessoas para a prática ou omissão de certos e determinados atos. Em regra, o vocábulo expressa os acordos havidos entre entidades coletivas, isto é, sociedades ou instituições, que se agrupam para formação de um bloco de defesa comum. Assim, se diz, por exemplo, Convênio do Café, para explicar o acordo havido entre os estados produtores de café, em defesa de seus interesses. Encerra, sem dúvida, um sentido de contrato ou de convenção, mas, tecnicamente, é tomado para aludir a esses acordos defensivos de interesses recíprocos”⁵.

O conveniente é “aquele que é parte numa convenção, ajuste, convênio ou contrato. Contratante, estipulante”. Ainda se entende por conveniente,

chamado por conveniente nesta resolução, aquele ou aquela que repassa recursos financeiros. Entendo que o termo correto seja conveniente e não conveniente, como consta da resolução. Entretanto, o uso de conveniente em nada altera a intenção e o conteúdo da resolução.

Por conveniada, entende-se, nessa resolução, a “pessoa jurídica que é dotada de recursos financeiros para a execução de um ou mais projetos”. Na realidade, por meio dos convênios especiais, a conveniada nada mais faz do que se revestir da condição de depositária fiel de recursos financeiros pertencentes à conveniente, os quais se destinam a um ou mais projetos de assistência social. Por este motivo, pode-se entender a razão pela qual a resolução determina que os recursos recebidos pela conveniada sejam por ela contabilizados em conta patrimonial.

Destaques

Os recursos financeiros repassados pela conveniente à conveniada, de acordo com o art. 4º da resolução CNAS nº 188/05, se caracterizam e se tipificam, para fins de direito assistencial, como gratuidade da conveniente. Fica neste caso, confirmada a condição da conveniada de depositária fiel da conveniente, com a obrigação da execução de projeto da assistência social pactuado em convênio especial.

Portanto, não se trata de mero repasse financeiro ou de mera doação à conveniada pela conveniente, mas, sim, de efetivo compromisso legal e social de atendimento e execução de um projeto de assistência social. Por outro lado, não vejo razão em ser avocado o item 3.1.6, da NBC T-3, emanada pelo CFC.

Segundo meu entendimento, existem contradições na redação das orientações contábeis constantes do art. 5º dessa resolução. Diz o artigo que a conveniada deverá registrar e manter em conta patrimonial específica os recursos recebidos até a conclusão do projeto. Em seguida, diz que, na medida em que as atividades e ações previstas no convênio forem executadas, deverá apropriar

em contas próprias os valores aplicados. Ainda afirma que, quando prestar contas sobre a execução do convênio, deverá baixar os respectivos valores da conta patrimonial específica.

Esta resolução, ao determinar que a conveniente contabilize os valores repassados à conveniada diretamente em conta patrimonial – e não em “despesa” ou em “custo” –, e ao final do projeto assistencial considere como tal, segundo meu entendimento, fere princípios contábeis. O aguardo da conveniente em receber a prestação de contas da conveniada, para poder considerar como “gratuidade”, poderá lhe acarretar prejuízos.

E ainda, a conveniente corre o risco, se houver recurso contra a renovação de seu Ceas/Cebas por qualquer órgão previsto no parágrafo único do art. 18 da lei nº 8.742/93 ao ministro da Previdência Social, em ter suas gratuidades decorrentes de convênios especiais beneficiantes não reconhecidas, tendo em vista alguns dos pareceres da egrégia consultoria jurídica do Ministério da Previdência Social⁶.

Finalizando, entendo que a resolução CNAS nº 188/05 e a resolução CNAS nº 49/07 demonstram um grande avanço do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), na interpretação do direito beneficente e assistencial, em reconhecer as parcerias beneficentes firmadas entre entidades beneficentes de assistência social, bem como o entendimento do esforço e da união dessas entidades em prol da coletividade e do bem comum. ☺

¹ PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 22 DE MARÇO DE 2007.

² PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

³ NUNES, PEDRO. DICIONÁRIO DE TECNOLOGIA JURÍDICA. 1.ª EDIÇÃO. EDITORA RENOVAR, 1999.

⁴ MAGALHÃES, HUMBERTO PIRAGIBE E MALTA, CHRISTOVÃO PIRAGIBE TOSTES. DICIONÁRIO JURÍDICO. EDIÇÕES TRABALHISTAS S.A.

⁵ SILVA, DE PLÁCIDO. VOCABULÁRIO JURÍDICO. 1.º VOLUME, 4.ª EDIÇÃO. EDITORA FORENSE, 1975.

⁶ PARECERES: CJ Nº 1.761/99; CJ Nº 2.140/00; CJ Nº 2.994/03 e CJ Nº 3.451/05, ENTRE OUTROS.

Sergio Roberto Monello. Professor, advogado e contabilista. Sócio-diretor do Escritório Contábil Dom Bosco.

ARA-ATUALIZA

Grupo Arilton Portella

- ▶ Contabilidade entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ▶ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580
Tel. (41) 3335-3437
Fax. (41) 3336-2814

www.ara-atualiza.com

Contabilidade digital à gestão no Terceiro

Adoção de tecnologia proporcionará profissionalização no envio e armazenamento de informações e redução

Por Luciano Guimarães

O fim do papel na relação fisco-contribuinte está decretado. Não se trata de um jogo de futurologia ou de adivinhações, mas de uma realidade que está cada vez mais próxima de acontecer. A nova relação que surgirá entre órgãos da administração pública, como a Receita Federal, as empresas, entidades de classe e do Terceiro Setor começa a se desenhar com traços cada vez mais firmes e fortes.

A implantação da sistemática que está substituindo gradualmente a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos eletrônicos ocorre de forma mais estável e menos conturbada. A certificação digital garantirá a autoria, integridade e validade jurídica de documentos e trará mais afinidade aos envolvidos.

É informalmente chamada contabilidade digital, que tem como carros-chefe o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a certificação digital e a nota fiscal eletrônica, processos que começam a tomar forma e devem chegar às entidades do Terceiro Setor em um futuro não tão distante.

Instituído em 22 de janeiro deste ano pelo decreto nº 6.022/07, o SPED unificará as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

“Nesse primeiro momento, as empresas-piloto, dentre as quais se destaca o Banco do Brasil, são as que transmitirão, em caráter experimental, as informações contábeis digi-

Tecnologia forçará profissionalização das entidades

As entidades do Terceiro Setor vêm lutando há anos por uma maior profissionalização das atividades, embora uma parcela considerável ainda atue no mais temeroso amadorismo. Os profissionais que atuam na área contábil-financeira estão otimistas e esperam que a contabilidade digital seja o caminho para tornar as entidades mais organizadas do ponto de vista fiscal.

O contador Ernesto Dias de Souza, consultor da VerbaNet Legislação Empresarial Informatizada, enfatiza que, com o crescimento do Terceiro Setor, é natural que os meios de controle e de gestão de recursos sejam sofisticados e muito próximos aos que se utilizam nas empresas. “Embora a entidade não tenha fins lucrativos, deve se cercar de cuidados, inclusive para não perder a imunidade tributária. E a contabilidade digital será uma importante ferramenta.”

Mesmo assim, sabe-se que, por sua natureza, as entidades têm uma preocupação maior com

os objetivos para os quais foram constituídas, dosado pela convivência constante com falta de recursos financeiros e humanos.

“A implantação da contabilidade digital nas organizações do Terceiro Setor será uma oportunidade de profissionalizar o trabalho, com mais segurança e rapidez na apresentação dos resultados, além do controle mais efetivo”, avalia o contador Gildo Freire de Araújo, membro da Comissão de Projetos Sociais do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP) e sócio-diretor da Águia Contabilidade, Auditoria e Consultoria.

Certamente, ainda levará tempo até que as coisas aconteçam por completo, pois mudanças drásticas como essas afetam não só a vida financeira dos envolvidos, mas a cultura de toda uma sociedade. “Caberá a cada gestor de entidade entender a realidade que se aproxima e buscar uma solução o quanto antes”, salienta Gildo Freire.

dará novo impulso Setor

das entidades, segurança e agilidade
de custos

talmente. Existe a possibilidade de as 10 mil maiores empresas serem obrigadas a transmitir seus livros digitais a partir do ano base de 2008”, explica Homero Rutkowski, diretor social do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP). “De imediato, as entidades do Terceiro Setor não serão obrigadas ao seu cumprimento.”

A contabilidade digital agrega várias vantagens: as informações contábeis serão tratadas pelo Fisco de forma mais analítica; haverá mais controle contra a sonegação fiscal; mais confiabilidade no envio e armazenamento das informações passadas à Receita Federal; e as administrações tributárias, as empresas e as entidades diminuirão custos de armazenamento.

“O Fisco poderá analisar as informações tributárias lançamento por lançamento, resultando em uma melhor qualidade na elaboração da contabilidade, principalmente no que se refere aos históricos dos lançamentos contábeis”, esclarece Rutkowski. As entidades do Terceiro Setor, por sua vez, não terão muitos problemas para se adaptar à nova sistemática, uma vez que a maioria coloca suas contas aos cuidados de escritórios contábeis terceirizados, que vêm acompanhando as mudanças permanentemente de maneira rápida e deverão estar prontos para atender estas novas exigências em um espaço curto de tempo.

“A prática da contabilidade está avançando bastante na questão tecnológica com a definição do layout nacional unificado de processamento de dados, certificação digital, escrituração contábil e fiscal em forma digital com validade jurídica. Isso transformará a contabilidade de papel em uma contabili-

dade digital”, afirma o contador Alexandre Chiaratti, sócio da Auditus Consultores e Auditores Independentes.

Outra ferramenta que já está em plena implantação é a certificação digital (assinatura digital, ou e-CPF e e-CNPJ), que dará mais segurança às transações comerciais e financeiras e ao envio de informações para o Fisco. Em vigor no Brasil desde novembro de 2001, a certificação digital já foi emitida a 500 mil pessoas físicas e jurídicas.

Chiaratti salienta que a certificação digital, nível A3, será exigida nos livros contábeis digitais para todas as empresas/entidades obrigadas pela legislação a adotá-la: “Por enquanto, terão de aguardar a determinação. Convém salientar que a aplicabilidade da certificação digital, no âmbito da Receita Federal, é um dos melhores serviços no relacionamento fisco-contribuinte. A certificação ajuda, sobremaneira, as atividades dos contabilistas e dos contribuintes nas obrigações acessórias e consultas sobre pendências ou posição fiscal”.

Essa realidade é perseguida há tempos pelos envolvidos na cadeia produtiva do Terceiro Setor. Não há dúvidas de que as entidades e as pessoas que dependem delas serão beneficiadas. É o que todos esperam. ☺

Links

- www.aguiacont.com.br
- www.auditus.com.br
- www.crcsp.org.br
- www.receita.fazenda.gov.br
- www.sescon.org.br
- www.verbanet.com.br



CNAS reelege presidência

Silvio Iung e Simone Albuquerque permanecem por mais um ano à frente da instituição

Marcelo Monello
marcelomonello@sergiomonello.com.br



Durante a 147ª reunião ordinária, ocorrida em Brasília (DF) nos dias 15, 16 e 17 de maio, o colegiado do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) reeleveu, com mandato de um ano, os conselheiros Silvio Iung e Simone Albuquerque para os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente. A escolha foi por unanimidade dos conselheiros presentes e demonstrou a interação e a paridade entre os representantes do governo e da sociedade civil no CNAS.

O presidente Silvio Iung exercerá o segundo mandato representando a Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura (Isaac), e a vice-presidente Simone Albuquerque, na representação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). “Agradeço aos conselheiros do CNAS pelo apoio ao longo deste ano de mandato e comprometo-me a continuar trabalhando para o fortalecimento da assistência social” enfatizou Iung.


Certamente haverá bastante trabalho para o Conselho, já que entre 14 e 17 de dezembro deste ano será realizada, também em Brasília (DF), a 6ª Conferência Nacional de Assistência Social, sob o tema “A Efetivação do Plano Decenal da Assistência Social”. Além desta, diversas conferências ocorrerão nos estados e municípios, solidificando o sistema descentralizado e participativo da assistência social no país.

Comissões

Para o período 2007/2008, também foram escolhidos os coordenadores das comissões temáticas do CNAS. Atualmente,

são quatro comissões, cada uma composta por seis conselheiros, divididos paritariamente entre governo e sociedade civil.

As Comissões de Política, Normas, Financiamento e Orçamento e de Conselhos subsidiam as decisões do CNAS especificamente nos termos da sua abrangência, com base no art. 18 da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)¹ e no Regimento Interno do Conselho. Dentre as diversas atribuições destas comissões, cabe a de Normas focar as atividades relacionadas ao registro e ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas/Cebas), processos administrativos e de normatização da área de assistência social de competência do CNAS.

“Buscaremos desenvolver avaliações e estudos que aperfeiçoem a qualificação das entidades beneficentes de assistência social”, afirmou Antonio Brito, ex-presidente do CNAS (2001-2003) e eleito novo coordenador da Comissão de Normas. Brito também é o presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), entidade membro do CNAS. 

¹Lei nº 8.742/93.

Marcelo Monello. Presidente do Comas de São Paulo e sócio-diretor do Escritório Dom Bosco.

CNAS

 www.mds.gov.br/cnas

Calendário Contábil 2007

Calendário contábil 2007

JULHO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
6	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) - 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em junho/07
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de junho/07
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela Internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em maio/07
10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência junho/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em junho/07
	Previdência Social - INSS	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência junho/07 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
13	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/07
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/07
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30/6/07
16	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência junho/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
31	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/7/07
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em maio/07
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em junho/07. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	IRPF - 4ª quota	Pagamento da 4ª Quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2006, acrescida de juro de 1%

AGOSTO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged) - 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em julho/07
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de julho/07
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela Internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em junho/07
10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência julho/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos no mês de julho.
	Previdência Social - INSS	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência julho/2007 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
15	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/07
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em junho/07
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31/7/07
31	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência julho/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/7/07
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em junho/07
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em julho/2007. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	IRPF - 5ª quota	Pagamento da 5ª Quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2006, acrescida de juro de 1%

TABELAS PRÁTICAS

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS)

1 - Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
de	até			
-	R\$ 840,55	7,65%	-	-
R\$ 840,56	R\$ 1.050	8,65%		8%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%		9%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%		11%

2 - Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 840,55	7,65%	12%	19,65%
R\$ 840,56	R\$ 1.050	8,65%	12%	20,65%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%	12%	21%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%	12%	23%

3 - Segurado: contribuinte individual e facultativo

A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição

4 - Salário-mínimo

Período	Valor
abril/02 a março/03	R\$ 200
abril/03 a abril/04	R\$ 240
maio/04 a abril/05	R\$ 260
maio/05 a março/06	R\$ 300
abril/06 a março/07	R\$ 350
a partir de abril/07	R\$ 380

5 - Salário-família

Remuneração	Valor
até R\$ 435,56	R\$ 22,34
de R\$ 435,56 até R\$ 654,67	R\$ 15,74

IR - Fonte e Carnê Leão (2007)

Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.313,69		isento
acima de R\$ 1.313,70 até R\$ 2.625,12	15%	R\$ 197,05
acima de R\$ 2.625,12	27,50%	R\$ 525,19

* Tabelas sujeitas a alterações.

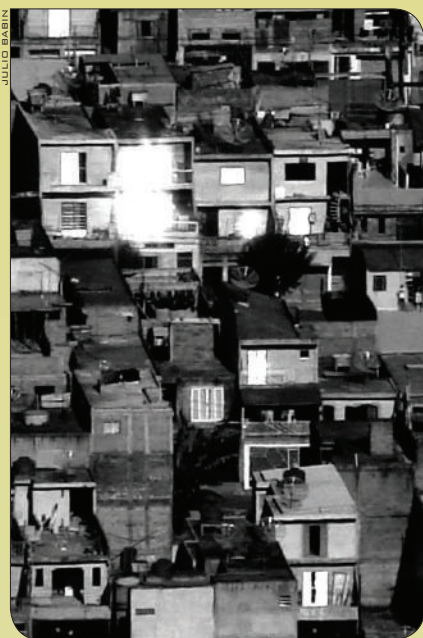
Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 132,05 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.313,69 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Rápidas legais e contábeis



Combate à pobreza

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Piauí (Fecop) começará a receber um bom aporte financeiro, advindo do repasse de 2% do dinheiro arrecadado com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou qualquer imposto que venha a substituí-lo, naquele estado. A lei nº 5.645, de 12 de abril de 2007, que alterou a lei nº 5.622/07, especifica que a verba virá do tributo incidente sobre as operações com energia elétrica, combustíveis e lubrificantes derivados ou não de petróleo, exceto querosene iluminante e gás liquefeito de petróleo (GLP), além das demais já estabelecidas.

www.sefaz.pi.gov.br

Novas diretrizes

A manutenção e implementação do Modelo Gerencial PGA e a certificação das unidades participantes do programa têm novas diretrizes, estabelecidas pela resolução nº 33/07. Elas foram criadas em razão da ação denominada Gestão da Melhoria Contínua Organizacional (PGA), do Programa Qualidade dos Serviços Previdenciários, constante no Plano Plurianual, bem como em virtude da necessidade de instituir padrões de certificação das unidades do INSS e de disciplinar os procedimentos operacionais das Gerências Regionais e Gerências Executivas, quanto ao controle das ações decorrentes da implementação e manutenção do novo modelo gerencial proposto. O Modelo Gerencial PGA possui como método de desenvolvimento organizacional a melhoria contínua de gestão das unidades do INSS.

www.previdencia.gov.br

Carteira do idoso

Idosos que não têm como comprovar sua renda receberão a Carteira do Idoso das secretarias de assistência social – ou similares – de municípios e do Distrito Federal, para poderem usufruir da gratuidade ou do desconto em passagens de viagens interestaduais, benefício previsto no Estatuto do Idoso e regulamentado pelo decreto nº. 5.934/06. Essa resolução foi aprovada no dia 7 de março pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que reúne representantes dos governos federal, estaduais e municipais da assistência social. O benefício é válido para idosos com 60 anos ou mais e que tenham renda de até dois salários mínimos – atualmente, R\$ 760.

www.planalto.gov.br



Biblioteca na escola

As resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE) nº 4 e nº 5, de 3 de abril de 2007, dispõem, respectivamente, sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio (PNBEM). Os programas têm a finalidade de universalizar o acesso e melhorar a qualidade da educação básica, bem como garantir aos alunos e professores da rede pública de ensino o acesso à cultura e à informação, além de estimular a leitura como prática social. A distribuição de obras e demais materiais de apoio à prática educativa às instituições de educação infantil e escolas públicas da educação básica de todo o país será feita anualmente.

www.fnde.gov.br



Salário mínimo

O governo federal concedeu aumento de R\$ 30 ao salário mínimo, que passou de R\$ 350 para R\$ 380. O novo valor passou a vigorar no dia 1º de abril, por meio da medida provisória nº 362, de 29 de março. Foi aplicado o percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) referente ao período entre 1º de abril de 2006 e 31 de março de 2007, a título de reajuste. Em virtude dessa disposição, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$ 12,67 e o seu valor horário a R\$ 1,73.

www.mte.gov.br

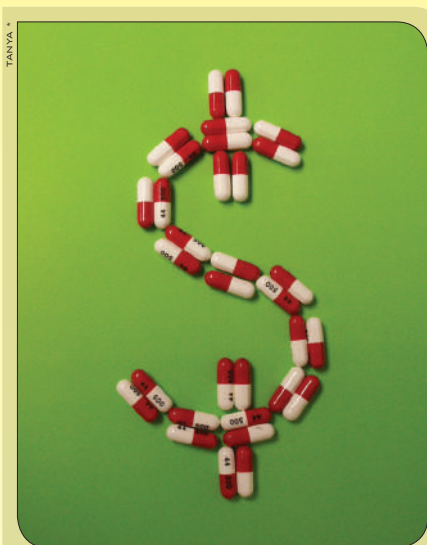
Tabela da Previdência 1

A Previdência Social divulgou, por meio da portaria nº 142/07, em vigor desde 12 de abril, a nova tabela de contribuição previdenciária dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso. As faixas salariais para contribuição são: até R\$ 868,29 (alíquota de 7,65%), de R\$ 868,30 até R\$ 1.140 (8,65%), de R\$ 1.140,01 até R\$ 1.447,14 (9%) e de R\$ 1.447,15 até R\$ 2.894,28 (11%).

Tabela da Previdência 2

A portaria traz também os novos valores das cotas do salário-família, válidos desde 1º de abril: R\$ 23,08, para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 449,93; e R\$ 16,26, para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 449,93 e igual ou inferior a R\$ 676,27. As informações contidas na tabela devem ser utilizadas para fatos geradores que ocorrerem a partir da competência abril de 2007.

www.previdencia.gov.br



Isenção do ICMS

O governo federal, por meio de convênio, passou a permitir aos estados conceder isenção do ICMS à importação de medicamentos, reagentes químicos, kits laboratoriais, assim como suas partes e peças, destinados ao uso em pesquisas voltadas ao desenvolvimento de medicamentos e remédios. O benefício entrou em vigor no dia 20 de abril. A notícia traz mais uma esperança para as entidades do Terceiro Setor que trabalham com pessoas com deficiência, uma vez que o convênio poderá reduzir em até 17% o valor dessas mercadorias, refletindo-se no preço final dos medicamentos.

www.receita.fazenda.gov.br

Cuidado ao terceirizar

As entidades do Terceiro Setor precisam tomar cuidado ao terceirizar serviços. Decisão da 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu a responsabilidade subsidiária de uma empresa que terceirizava serviços de limpeza e manutenção, em ação trabalhista movida por uma ex-empregada que não recebeu dois meses de salário, além de horas extras, férias, 13º salário, aviso prévio e outras verbas indenizatórias. As entidades devem evitar a contratação de empresas prestadoras de serviços para operarem na atividade-fim. É importante para a empresa contratante saber quem está contratando, se o contrato firmado com a pessoa jurídica prestadora de serviços é plenamente regular e se os trabalhadores são realmente empregados da empresa.

www.tst.gov.br

Pensão especial

O Poder Executivo está autorizado a conceder pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, a título de indenização especial, no valor correspondente a R\$ 750 às pessoas atingidas pela hanseníase. A ação está na medida provisória nº 373, de 24 de maio de 2007, e refere-se apenas àqueles que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia até 31 de dezembro de 1986. O INSS fará o processamento, a manutenção e o pagamento da pensão.

www.mpas.gov.br

Resolução do CNAS

A resolução nº 53, do CNAS, aprovou o Plano de Acompanhamento e Fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social, propondo a criação da Comissão Temática de Conselhos de Assistência Social como conclusão do trabalho e as sugestões do Grupo de Trabalho, denominado GT/Conselhos, criado pela resolução CNAS nº 182, de 21 de setembro de 2006. A intenção do CNAS é fortalecer os conselhos de assistência social e consolidar o controle social da Política Nacional de Assistência Social.

www.mds.gov.br



Compensação de horas

A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve, no início de 2007, a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 12ª Região (Santa Catarina), segundo a qual acordo para compensação de horas de trabalho deve ser expresso, não podendo ser presumido (ou tácito). Seguindo o TRT-SC, a celebração do acordo de compensação dispensa a participação da entidade sindical representativa dos trabalhadores, mas só terá validade se formalizado por escrito.

www.tst.gov.br



Trabalhadores informais 1

Os trabalhadores sem registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social que ganham até um salário mínimo (R\$ 380) podem contribuir para a Previdência com 11% do valor do salário mínimo, o equivalente a R\$ 41,80. Antes, a contribuição para a Previdência era de 20%, mas o governo reduziu o encargo previdenciário, a fim de incorporar parte dos cerca de 18 milhões de trabalhadores que ganham uma remuneração superior a um salário mínimo e não contribuem para a Previdência.

Trabalhadores informais 2

A contribuição ao INSS continuou em 20% até o limite de R\$ 2.894,28, para quem recebe acima do salário mínimo, caso não preste serviço a empresas, que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição. Entretanto, aqueles que fizeram a opção pelo recolhimento de 11% sobre o salário mínimo, não terão direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, razão pela qual muitos contribuintes ainda continuarão sem efetuar os recolhimentos das contribuições previdenciárias, por não terem acesso ao citado benefício.

Trabalhadores informais 3

Quem ainda não está inscrito na Previdência pode se dirigir a uma das Agências da Previdência Social, ligar para a Central 135 ou acessar a página do INSS. No ato da inscrição, o trabalhador recebe um Número de Identificação do Trabalhador (NIT), que passa a ser a sua identificação na Previdência Social. A partir da primeira contribuição, o segurado já passa a ter direito a alguns benefícios. Quem possui PIS ou Pasep não precisa se inscrever. Basta informar um desses números na guia de pagamento.

www.previdencia.gov.br

Produção: Luciano Guimarães (jornalista).

Fonte: Marcos Biasoli e Tatiana Magosso Evangelista – Escritório M.Biasoli Advogados Associados.



Quant transp mais colorido é

Discussões sobre transparência e ética geram fins lucrativos no Brasil, que seus projetos recebam

Por Rigeria Salado

Que cor você daria ao Terceiro Setor brasileiro? O branco que simboliza a paz? Ou o azul que agrada a quase todos por transmitir serenidade e tranquilidade? E que tal o violeta? Representa transformação e, em meio ao comprovado crescimento do número de organizações sem fins lucrativos no país, atestaria as atuais mudanças no cenário social.

Ou ainda, se pensarmos pelo lado da solidariedade e do voluntariado, muitos escolheriam o rosa, a cor oficial que caracteriza este espírito de doação humana e que está presente nos uniformes de colaboradores voluntários espalhados por entidades sociais de todo o mundo.

Provavelmente, há quem diga que a melhor opção seja o preto, por considerar a situação complicada e obscura enfrentada por muitas ONGs ou, talvez, o vermelho,

já que quase sempre faltam verbas para o financiamento e a execução de projetos nesta área. Mas, os otimistas, com certeza, iriam mais além e escolheriam o verde, a cor da esperança, evidenciando que dias melhores virão e contribuirão para o progresso do Terceiro Setor nacional.

Amarelo, marrom, cinza, laranja... A paleta de cores é infinita, e há ainda muito mais opções, se levados em consideração nuances, tonalidades e *dégradés*. Ou melhor, essa variedade leva a muitas outras interpretações a respeito dos assuntos que fazem parte do dia-a-dia de centenas de milhares de associações filantrópicas como, por exemplo: arrecadações financeiras, relações entre parceiros, prestação de contas, execução de projetos, contratação de serviços e funcionários, eleição de gestores etc.



o mais arente, o Terceiro Setor

reflexão sobre a gestão das associações sem a devida administração e possam colorir vidas

Entretanto, ainda é possível enxergar o setor social como ele realmente é, se a opção for vê-lo como uma caixa de vidro transparente. Esse artifício facilita o conhecimento total do objeto por dentro e por fora, já que a ausência de cor torna mais nítida a visão de cada parte do todo. E na prática? O que é necessário para destacar o transparente e, assim, realçar as cores que pintam a imagem do setor social brasileiro?

Ética é a alma do negócio

Além da transparência, o respeito à ética é um fator preponderante para garantir credibilidade às associações filantrópicas que realmente estão interessadas em contribuir para o desenvolvimento social de qualquer comunidade, cidade ou nação. Mas, o que é ética?

Em seu livro *O que é ética?*, lançado pela editora Brasiliense, Álvaro Valls faz a seguinte definição: “a ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta.” Já segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, ética é “parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo especialmente a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social”.

No entanto, apesar da compreensão do conceito, é necessário exercitá-lo, sair da teoria e executá-lo. “Isso é a prática. Não adianta ter código de ética e não aplicá-lo no dia-a-dia da entidade social. A ética está nos atos e não nas palavras”, enfatiza Cláudio Weber

“A prática de ações transparentes revela a cultura e norteia o dia-a-dia dos gestores da entidade. Por isso, transparência não significa somente conjunto de atos, mas, acima de tudo, regra de conduta, a cultura da entidade e dos associados”
Ricardo Monello

Fique por dentro:

CPI das ONGs



O que é?

É uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no Senado Federal, por iniciativa do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) para apurar irregularidades no repasse e aplicação de verbas públicas a projetos sociais de ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) espalhadas por todo o território nacional.

Por que criar a CPI?

Auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) mostraram irregularidades administrativas em 15 das 28 ONGs analisadas entre 1999 e 2005.

Na avaliação do TCU, elas não tinham qualificação técnica, condições administrativas e operacionais, pessoal qualificado, experiência para receber os recursos, apresentavam metas vagas e prestações de contas confusas.

Além disso, algumas foram criadas apenas três meses antes da realização do contrato com o governo.

Estudo realizado pelo site Contas Abertas revela que, de 2001 a 2006, as ONGs brasileiras receberam R\$14 bilhões em repasses de verbas da União.

Quem deve ser investigado?

Segundo investigações do TCU, 28 entidades sociais de todo o Brasil devem ter suas contas analisadas detalhadamente entre os anos de 1999 e 2006, já que mostraram algumas irregularidades na declaração de seus recursos.

Quem compõe a CPI?

A CPI tem 11 membros titulares e sete suplentes, mas falta eleger seu presidente e o vice-presidente. Entre os titulares, quatro são do Bloco Parlamentar da Minoria (dois do DEM e um do PSDB); três são do Bloco de Apoio ao Governo (dois do PT e um do PTB); três são do PMDB; e um do PDT.

Como está todo o processo?

Depois de eleitos o presidente e seu vice, será escolhido um relator para conduzir os trabalhos. A partir daí, a CPI terá 120 dias para investigar as denúncias, que também envolvem casos de entidades doadoras de recursos com sede no exterior neste mesmo período.

Abramo, diretor-executivo da Transparência Brasil, organização independente fundada em abril de 2000 por um grupo de indivíduos e organizações não-governamentais comprometidos com o combate à corrupção.

Para Eduardo Szazi, especialista em legislação do Terceiro Setor, consultor jurídico do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife) e autor do livro *Terceiro Setor: Regulação no Brasil*, ética deve estar presente em qualquer lugar, independente do ramo de atividade. “O que é ético para nossa sociedade é ético para todos os seus atores, inclusive ONGs”, diz.

Sendo assim, transparência e ética realmente “andam de mãos dadas” como afirma Ricardo Monello, membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e conselheiro editorial da *Revista Filantropia*. “A prática de ações transparentes revela a cultura e norteia o dia-a-dia dos gestores da entidade. Por isso, transparência não significa somente conjunto de atos, mas, acima de tudo, regra de conduta, a cultura da entidade e dos associados”, explica.

Por outro lado, o sucesso de projetos filantrópicos está ligado diretamente a essas questões. “Ser transparente no Terceiro Setor implica em tornar conhecidos, além dos relatórios financeiros, também as informações sobre suas atividades, a fim de garantir que as pessoas que se encontram no âmbito externo da ONG participem e conheçam, efetivamente, todas as ações desenvolvidas e, especialmente, a destinação dos recursos recebidos”, conta Custódio Pereira, reitor das Faculdades Rio Branco.

“Ética é base, início da jornada. Transparência é instrumento. O resultado social é o fim. Uma boa ONG tem como sonho morrer ao final, pois a causa estará tão protegida que ela não mais precisará existir”, acrescenta Szazi.

Origem dos recursos

Prestar contas. Este deve ser um dos procedimentos mais importantes utilizado pelos gestores que se preocupam em fazer uma boa administração e garantir mais verbas para os projetos de suas entidades, já que, por meio desta prática, ganham mais credibilidade junto à sociedade e, conseqüentemente, conseguem mais doações e firmam novas parcerias com apoiadores e patrocinadores.


“ONGs recebem recursos para financiar as causas que defendem, e é para essas causas que os apoiadores destinam suas doações. Portanto, as entidades são veículos e agem como mandatárias dos doadores para atender a causa que eles escolheram. Assim, ética no trato do dinheiro e prestação de contas são requisitos básicos de gestão”, destaca Szazi.

Para que todo o processo de prestação de contas seja feito de maneira eficaz, alguns elementos devem ser levados em consideração neste passo a passo sugerido por Monello:

- 1- **Conscientização e envolvimento:** As pessoas devem saber por que e como prestar contas; e, acima de tudo, querer prestar contas!;
- 2- **Programas, projetos e ações:** Definir, formatar e sistematizar todas as ações que serão o objeto da prestação de contas;
- 3- **Elementos da prestação de contas:** Definir os aspectos contábeis, jurídicos e institucionais que serão tratados e apresentados;
- 4- **Formatação contábil e jurídica:** Adequar o sistema contábil e fazer a revisão jurídica dos textos e elementos (estabelecimento dos indicadores de desempenho);
- 5- **Avaliação dos resultados;**
- 6- **Auditoria externa independente;**
- 7- **Divulgação:** Definir, junto com uma equipe especializada, os veículos nos quais serão divulgadas as contas da entidade;
- 8- **Entrega do processo aos órgãos e parceiros envolvidos;**
- 9- **Obtenção do “posicionamento-resposta” do órgão envolvido:** Ou seja, a Certidão de regularidade.

Há ainda outras ferramentas que podem auxiliar na boa administração da entidade social com relação à declaração dos recursos captados como, por exemplo, o cumprimento de seu estatuto social, a contratação de serviços contábeis corretos e suporte jurídico adequado, além da implantação de um conselho fiscal pró-ativo. Dentre estes itens, destaca-se ainda a elaboração do balanço social.

“O Conselho Federal de Contabilidade e o Instituto Ibase apresentam sugestões muito práticas e técnicas para evidenciar as ações socioambientais nesse demonstrativo. Dentre elas, o ponto fundamental para se



obter um balanço social adequado, e que atinja seus objetivos, é o envolvimento de todos na entidade, desde associados, conselhos, voluntários, colaboradores e parceiros. E, após sua elaboração, a entidade deve utilizar toda maneira possível para divulgar e comunicar suas informações”, explica Ricardo Monello.

“Uma ONG que trabalha seriamente precisa mostrar de onde vem e para onde vai o dinheiro. Não é difícil. Não é o segredo das pirâmides e nem precisa fazer curso em Harvard para saber disso. Isso é óbvio”, desabafa Abramo. Monello acrescenta: “Saber para quem devemos e para quem podemos prestar contas. E, enxergar na prestação de contas mais que uma obrigação, uma oportunidade”.

Fidelização de parceiros

A preocupação em manter parceiros leais junto às atividades das associações sem fins lucrativos é cada vez maior para os seus gestores, visto que é notável o crescimento do setor social brasileiro.

Dados do IBGE apontam que já existem mais de 276 mil entidades deste segmento no país, que disputam verbas públicas e privadas para garantir a continuidade de suas atividades junto ao público beneficiado. Um estudo feito pelo site Contas Abertas, com base no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) no período de 2001 a 2006, mostra que o número de entidades filantrópicas cresceu 1.180% no país nos últimos cinco anos.

Em alguns casos, por seguir os cuidados necessários para assegurar a transparência e a ética em suas relações com parceiros, as ONGs podem até ser admiradas por quem não gosta muito das suas ações, como acontece com a ONG Transparência Brasil, que tem sede em São Paulo. “Mostramos a todos as atas de nossas reuniões, as nossas contas e temos um sistema aberto de votação por meio de conselho para a escolha dos nossos gestores. Mas isso é só uma parte. Nossos interlocutores vêem as nossas ações e confiam em nosso trabalho como, por exemplo, os políticos. Podemos chocá-los com nossas idéias, mas nos respeitam porque sabem que trabalhamos seriamente”, conta Cláudio Abramo.

Outra ferramenta, se bem utilizada, pode favorecer gestores de entidades sociais na busca de recursos junto ao poder público: o *lobby*. Praticado nos Estados Unidos desde o século 19 por pessoas que freqüentavam saguões de casas legislativas com o propósito

de influenciar seus legisladores a aprovar suas propostas – os conhecidos lobistas – o *lobby* também vem ganhando força em países como o Brasil e em áreas como a social.

No livro *Lobby. O que é. Como se faz. Ética e transparência na representação junto a governos*, o autor Saïd Farhat dá dicas para que o bom lobista consiga atingir seus objetivos defendendo quaisquer idéias. Segundo ele, “a ética e a transparência, na atividade de lobby, estão explicadas, no meu livro, nas dez regras de conduta recomendáveis aos lobistas que se respeitam e procuram alcançar resultados legítimos”. São elas:

1. Humildade. Não esperar reconhecimento do seu mérito.
2. Prudência. “Melhor esforço”, em vez de promessas infundadas.
3. Capacidade de argumentar e persuadir.
4. Não “personalizar” as questões.
5. Perseverança. Persistência. Pertinácia. Jamais desanimar (ou desistir).
6. Veracidade. Lealdade ao cliente (ou, no caso, aos objetivos da ONG). Respeito aos interlocutores.
7. Amor pela legalidade. Respeito pela legitimidade.
8. Estudar e aprender. Fazer os deveres de casa, antes de falar.
9. Probidade, própria e alheia.
10. Conhecer os adversários. Jamais menosprezá-los.

No Terceiro Setor, esta prática também está se tornando freqüente, já que muitos dirigentes de entidades sociais estão percebendo que bons resultados podem ser obtidos por meio dela. Para Farhat, “a maioria das ONGs procura

“Uma ONG que trabalha seriamente precisa mostrar de onde vem e para onde vai o dinheiro. Não é difícil. Não é o segredo das pirâmides e nem precisa fazer curso em Harvard para saber disso. Isso é óbvio”
Cláudio Weber Abramo



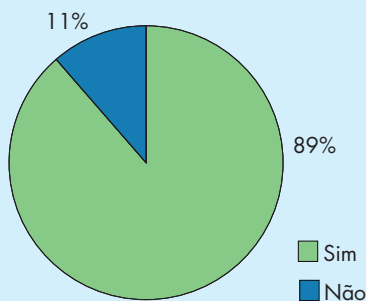
Saïd Farhat defende a ética e a transparência no lobby

Leitores da Revista Filantropia querem CPI das ONGs

Enquete realizada nos últimos meses pelo site da **Revista Filantropia** demonstra grande apoio dos leitores à iniciativa do Senado Federal em promover uma CPI das ONGs.

Confira o resultado:

Você é a favor da realização de uma CPI das ONGs?



Total de votos: 663

* O resultado desta enquete é baseado na frequência ao site e não possui valor científico.

www.revistafilantropia.com.br

“Uma boa ONG tem como sonho morrer ao final, pois a causa estará tão protegida que ela não mais precisará existir”

Eduardo Szazi

obter alguma atitude, decisão ou postura das autoridades públicas em favor de determinada tese – mesmo que esta seja contrária às normas públicas em vigor. Por isso, penso que a atividade de *lobby* dentro dos princípios da transparência e da ética tem de ser uma das formas de atividade das ONGs junto aos órgãos do poder público e seus titulares ou agentes. Nessas condições, elas não devem ter limite algum no uso da principal arma do *lobby*. Isto é: falar, falar, falar. Bater em todas as portas: uma vez, mil vezes. Informar, informar, informar. Ou, como gosto de dizer: informar para convencer”.

Como maneira de regular as relações entre o poder público e as entidades sociais, e assegurar parcerias saudáveis neste âmbito, o advogado Marcos Biasioli, integrante do conselho científico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e conselheiro editorial da **Revista Filantropia**, dá algumas dicas para serem seguidas por ambas as partes.

Relevando que as ONGs estão dispensadas do processo de licitação, ele sugere:

Por parte do governo

- Que a transferência de recursos públicos seja precedida de avaliação técnica da ONG;
- Seja comprovado histórico da instituição e seu *know-how* acerca daquilo que está sendo designada para fazer com o recurso público;
- Idoneidade por meio de comprovação que não é devedora do erário e tampouco de terceiros (a exigência deve incluir os dirigentes);
- Prestação de contas contínua e não só periódica, a qual poderá ser on-line;
- Aplicação de sanções não só econômicas como penais.

Por parte das ONGs

- Comprovar os itens acima;
- Exigir o cumprimento da repartição dos recursos públicos de acordo com a lei de diretrizes orçamentárias;
- Impedir que se impere nepotismo quando da contratação pelo governo;
- Não promover terceirização do objeto do convênio, pois este não é o papel da ONG, com exceção de alguns itens dos serviços que fugirem da *expertise* do objeto principal;
- Prestar contas sempre que necessário, sendo eficaz a divulgação no site da instituição;
- Instituir conselho fiscal, não obstante estar dispensada por lei;
- Dissociar-se de ideologia partidária para fins de se tornar perene o projeto social, evitando que a cada governo se altere os projetos ou as ONGs primitivamente contratadas.

Quando falta transparência

Quando há falhas na prestação de contas, no diálogo entre a entidade social e os seus doadores, patrocinadores ou parceiros, ou ainda, alguma ilegalidade na administração de projetos de organizações não-governamentais, as conseqüências podem comprometer não somente a referida associação como também todo o segmento no qual ela está inserida.

Fato recente é o que se passa no Senado Federal com a criação da CPI das ONGs, que pretende apurar irregularidades em convênios do governo federal com 28 entidades sociais desde 1999. O fato acaba prejudicando as relações de cooperação de entes públicos, privados e do próprio público em geral com todo o Terceiro Setor

nacional, já que a confiança entre as partes tende a diminuir.

Até o presente momento, auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) apontaram falhas e impropriedades administrativas em 15 ONGs. Elas não possuíam qualificação técnica, condições administrativas e operacionais, pessoal qualificado, experiência para receber os recursos, suas metas eram vagas e as prestações de contas confusas. Além disso, algumas foram criadas apenas três meses antes da realização do contrato com o governo.

Apenas em 2006, 4.536 entidades foram beneficiadas diretamente pela administração federal. Dentre elas, a que recebeu maior verba foi a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), com recursos na ordem de R\$300 milhões, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Dentre as entidades com suspeitas de irregularidades administrativas, está a ONG Fundação Interuniversitária de Estudo e Pesquisa sobre o Trabalho (Unitrabalho), que recebeu R\$ 4,4 milhões dos cofres federais. Apenas um convênio celebrado entre a Unitrabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego em 2005, para a avaliação do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), custou R\$ 6,9 milhões aos cofres públicos. Já um acordo firmado em 2004 com o mesmo objetivo apresentou o valor de R\$ 4,6 milhões. Outro caso é o da ONG Urihi - Saúde Yanomami, que recebeu R\$33,85 milhões até 2002 para prestar assistência à saúde dos índios ianomâmis em Roraima.

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) espera que esta CPI possa mostrar quais entidades

estão ligadas à corrupção nas parcerias com o governo e quais as realmente honestas. “Da nossa parte, há uma expectativa de que a CPI seja um espaço de debate sobre financiamento público de ONGs. Dessa maneira, poderemos estabelecer uma distinção entre as organizações sérias e as que não são. Mas é necessário colocar o próprio Estado e seus instrumentos de repasse de recursos em discussão. Essa CPI deveria, antes de mais nada, investigar o governo, que é o agente repassador de capital, para depois investigar as organizações que recebem os recursos”, afirma o diretor da regional São Paulo da Abong, Antônio Eleilson Leite, que também atua como coordenador do centro de juventude e educação continuada da ONG Ação Educativa, na capital paulista.

Segundo Leite, a Abong sugere que poderia ser criada uma CPI mais ampla. “Não entendemos porque uma CPI das ONGs e não uma CPI do Terceiro Setor. Há uma certa noção disseminada na sociedade de que Terceiro Setor são as organizações do ‘bem’, e as ONGs são inconvenientes, muito politizadas, aguerridas. Talvez, haja por trás disso um interesse político mais ideológico de frear a atuação de ONGs aliadas dos movimentos sociais e, com isso, criminalizar os próprios movimentos sociais.”

Links

- www.abong.org.br
- www.contasabertas.uol.com.br
- www.infraero.gov.br
- www.senado.gov.br
- www.stn.fazenda.gov.br/siafi
- www.tcu.gov.br
- www.transparencia.org.br
- www.unitrabalho.org.br
- www.urihi.org.br

Recursos às claras

Todos concordam que recursos são essenciais para a implantação de projetos nas associações ligadas ao Terceiro Setor. Mas como firmar e manter parcerias que contribuam com este quesito?

Para orientar as entidades sociais sobre como organizar seu planejamento de captação financeira de maneira transparente e ética, a Associação Brasileira de Captadores de Recurso (ABCR) sugere que seja seguido o seu código de ética.

“É dever dos membros da ABCR fazer com que os recursos requeridos sejam obtidos com ética, respeito e honestidade em relação à intenção do doador. Os membros devem exercer sua atividade com integridade, honradez, veracidade e absoluto apego à sua obrigação de preservar a confiança do público.”

Código de ética da ABCR:

1. Respeitar a legislação e defendê-la nas instituições.
2. Trabalhar em troca de remuneração pré-estipulada e não aceitar nenhum tipo de comissão.
3. Respeitar o sigilo das informações sobre doadores, pois estas são de propriedade da organização para a qual trabalham.
4. Esforçar-se, na medida de suas possibilidades, para que haja o apropriado controle e uso dos recursos, a transparência em sua administração e a divulgação de sua aplicação em documento público com informações preferencialmente checadas e elaboradas por entidades especializadas (auditores ou escritórios de contabilidade).
5. Somente captar recursos para projetos que tenham qualidade para motivar doações.
6. Garantir, na medida das suas possibilidades, que os doadores recebam informações e conselhos éticos sobre o valor e as implicações fiscais de seus donativos potenciais.
7. Tornar conhecidos todos os conflitos de interesse sem incorrer em desonestidade ética.
8. Respeitar e divulgar o “Estatuto dos Direitos do Doador”.

Em nome dos nossos filhos

Governos, empresas e a sociedade, como um todo, devem tomar medidas imediatas para impedir uma elevação significativa da temperatura média do planeta

Fernando Credidio
fcredidio@gmail.com



Os grandes problemas da humanidade já começaram. Entre eles, o mais comentado atualmente é o efeito estufa. Cientistas e especialistas no tema alertam: o planeta está esquentando por nossa culpa. Portanto, o aquecimento global é um assunto que deve ser tratado cada vez mais e com mais seriedade, pois é um fator que determinará a perenidade do planeta e a qualidade de vida das futuras gerações.

Por isso, devemos tomar medidas urgentes para mitigar essa situação, porque a destruição do meio ambiente nos conduz a um momento decisivo. Afinal, estamos vivendo um processo que coloca em risco a continuidade da existência da humanidade. Dessa forma, é fundamental que optemos por qual mundo desejamos viver e deixar para nossos filhos.

O aquecimento global segue uma lógica cruel e desumana: os mais pobres pagarão caro pelos erros e pela inércia dos mais ricos. A conclusão é de uma análise produzida por economistas e cientistas norte-americanos da Universidade de Yale, do Banco Mundial e do Instituto de Pesquisas sobre Energia Elétrica. O documento prevê que metade das nações mais miseráveis do mundo sofrerá os principais danos provocados pelo aquecimento global. Ironicamente, as pessoas mais vulneráveis vivem em países que podem se gabar por pouco terem contribuído para a emissão de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa.


Perspectivas

Um relatório da organização WWF – World Wide Fund for Nature, aponta dez maravilhas da natureza ameaçadas de

destruição por causa do aumento global da temperatura. Entre elas, estão a Floresta Amazônica, a Grande Barreira de Coral da Austrália e as geleiras do Himalaia. O relatório inclui, também, animais como o tigre-de-bengala, as tartarugas do Caribe e o salmão selvagem do Alasca. As outras são o deserto de Chihuahua (entre EUA e México), as florestas de Valdivia (Chile e Argentina), o Rio Yangtsé (China), as matas costeiras e a vida marinha do leste da África.

Mas não é só. O gelo marinho que cobre o oceano Ártico registrou, este ano, sua segunda menor extensão em toda a história, afirmam cientistas americanos. A área de mar coberta por pelo menos 15% de gelo em abril deste ano foi de 14,7 milhões de quilômetros quadrados, pouca coisa mais que os 14,5 milhões de quilômetros quadrados registrados em março de 2006. Os pesquisadores dizem que este é o terceiro ano consecutivo no qual o gelo marinho – que derrete no verão e congela novamente no inverno – deixa de se recuperar totalmente. A perda se deve a temperaturas acima da média atribuídas ao aquecimento global – este inverno foi o mais quente da história no hemisfério Norte.

O certo é que a humanidade passará por uma divisão sem precedentes causada pelas mudanças climáticas, de acordo com os cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), estabelecido em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). O IPCC estuda, discute e orienta a implementação da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto. Segundo o documento,

**As conseqüências mais graves do aquecimento global previstas para as próximas décadas atingirão, principalmente, América do Sul, Ásia e África. Estados Unidos, Europa e Austrália são os que menos sofrerão**

as conseqüências mais graves do aquecimento global previstas para as próximas décadas atingirão, principalmente, América do Sul, Ásia e África. Estados Unidos, Europa e Austrália são os que menos sofrerão.

O mais grave, contudo, é que os mais pobres serão os mais afetados pela combinação das mudanças climáticas com a presença humana. De acordo com os pesquisadores do IPCC, a escassez de água em regiões do planeta já secas e pobres, como o sertão nordestino, e o excesso dela em áreas sujeitas a inundações, como os superpopulosos deltas de rios asiáticos, vai colocar em risco “muitos milhões de pessoas” até 2080. As regiões mais impactadas serão aquelas onde as pessoas são menos capazes de se adaptar à mudança climática. Ainda segundo o relatório, 250 milhões de pessoas poderão ser expostas à falta de água na África até 2020. No nordeste do Brasil, a recarga de águas subterrâneas pode cair 70% até os anos 2050.

A ONU adverte, igualmente, que secas, enchentes e supertempestades aumentarão ainda mais a desigualdade entre países ricos e pobres. O documento também alerta para os efeitos do aquecimento global sobre a saúde humana, com o aumento dos casos de doenças tropicais, das enfermidades provocadas pela falta de água tratada ou pela seca, e afirma que os países do hemisfério Sul, sobretudo os mais pobres, serão os principais afetados.

Atuação brasileira

Em recente palestra na Fundação Oswaldo Cruz, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, afirmou que o Brasil tem pouco a fazer para enfrentar o aquecimento global se o restante do planeta não agir conjuntamente. Segundo a ministra, se reduzirmos 100% das nossas emissões de gás carbônico e os países ricos não reduzirem 80% das deles, seremos afetados igualmente e a Amazônia virará savana. Ainda de acordo com Marina, nos últimos dois anos houve uma redução de 51% do desmatamento no Brasil e deixaram de ser emitidos 430 milhões de toneladas de gás carbônico. Ela calcula que, se já tivesse sido aprovada sua proposta de incentivo financeiro aos países que controlam as emissões, o Brasil teria recebido US\$ 800 milhões.

Diante desse quadro, é preciso que o governo brasileiro retome a posição de vanguarda e liderança que teve em 2002 na África

do Sul e se una à China, Índia e outros países do Grupo dos 77 – criado em 15 de junho de 1964, quando 77 países em desenvolvimento adotaram, na conclusão da Primeira Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, uma declaração conjunta –, no sentido de adotar medidas concretas juntamente com os países industrializados para reduzir as emissões mundiais. O Brasil pode fazê-lo, facilmente, reduzindo o desmatamento da Amazônia.

A luta contra o aquecimento global não é tão cara quanto se imagina, se governos, empresas e a sociedade, como um todo, tomarem medidas imediatas para impedir uma elevação significativa da temperatura média do planeta. Algumas atitudes, individuais ou coletivas, já estão sendo tomadas. Bancos emitem talonários de cheques e enviam suas correspondências em papel reciclado. O mesmo faz o governo federal, ao emitir os contracheques dos servidores. Na cidade de São Paulo, existe a obrigatoriedade de neutralizar a emissão de carbono nos shows. Mas ainda é pouco, muito pouco! O mercado, que só visa ao lucro, além de ser o maior responsável pela tragédia anunciada, não tem por sua própria natureza condições de deter o processo degenerativo global.

Portanto, é urgente que reflitamos profunda e detalhadamente sobre nossas condutas diárias, a fim de resgatar os valores mais simples e verdadeiros da vida e praticar a doação de nossa melhor postura em relação ao meio em que vivemos. Afinal, se todos os seres vivos desenvolvem sistemas de comportamento compatíveis com sua sobrevivência, por que, então, não reaprendermos a ajustar, harmoniosamente, nosso estilo de vida àquele do restante da natureza?

O fato é que cada ação e omissão deflagrarão inúmeras conseqüências que, reiteradas, transformar-se-ão em acúmulo de problemas que comprometerão, de forma irremediável, a qualidade de vida no planeta. Assim, quanto mais ações hoje contra o aquecimento global, melhor para as futuras gerações. ♻️

Fernando Credidio. Palestrante, articulista, gestor e consultor organizacional em Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade social empresarial.



Aquecimento global: o que fazer?

A sociedade parece, enfim, acreditar na responsabilidade humana pela destruição do planeta, apesar de especialistas alertarem para o problema há 15 anos

Fernando Almeida
fernanda@cebds.org



As metas para 2050 exigem uma mudança mais profunda, seja no desenvolvimento de novas tecnologias, como a utilização de combustíveis à base de hidrogênio e biomassa, seja na mudança de velhos hábitos da população, como o uso em massa do transporte coletivo

A recente divulgação do inventário do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) confirma uma advertência apresentada ao mundo há 15 anos, mais precisamente durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. A partir daquele encontro internacional, intensificaram-se os estudos sobre o processo de aquecimento global e sobre outras formas de degradação ambiental impostas por um modelo de desenvolvimento predatório e insustentável. A reversão dessa tendência é possível, mas demanda uma radical mudança no modelo de desenvolvimento.

Aí você pergunta: se especialistas já falam isso há 15 anos, qual é a novidade? A novidade é a certeza. O estudo do IPCC desmonta, sem deixar margens para dúvida, o argumento de algumas tendências que insistiam na tese de que o aquecimento global é decorrente de um fenômeno natural ou que as inovações tecnológicas, isoladamente, encontrariam a saída para o dilema.

A revelação dos 2.500 especialistas de 130 países comprovou cientificamente que a ação humana é a responsável por impor um ritmo de degradação do ambiente mais acelerado do que a capacidade de reposição natural dos ecossistemas. O impacto dessa certeza na opinião pública foi imediato. O interesse da sociedade é diretamente proporcional à imensa culpa que desabou sobre nós. É verdade. Estamos mesmo acabando com o planeta.

Passado o primeiro momento de susto e penitência, precisamos urgentemente partir para medidas práticas. Enquanto você lê esse artigo, a concentração de CO₂ na atmosfera continua aumentando e não dá sinais de sequer

estabilizar. Precisamos de um esforço de governos e empresas no sentido de implementar, já, medidas para estabilizar a concentração de CO₂ na atmosfera em cerca de 550 ppm (partes por milhão) até 2050. É uma meta ambiciosa que significa gerar cada dólar do produto mundial bruto com metade da energia que consumíamos em 2002, aumentando a eficiência econômica em 1,5% ao ano, uma taxa 20% superior à obtida nos últimos 30 anos.

E mais: será preciso que a emissão de carbono pelas atividades de geração de energia seja 45% menor do que foi em 2002, isto é, reduzir pela metade a taxa de emissão de carbono dos últimos 30 anos. Essas projeções fazem parte de um estudo publicado ano passado pelo Conselho Empresarial Mundial (WBCSD), que coordena uma rede de 50 conselhos nacionais, da qual o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) faz parte.

Criada em 2000 pelo Cebds, a Câmara Técnica de Energia e Mudança do Clima (CTClima) vem ajudando as empresas a gerenciar o impacto de suas atividades, aproveitar novas oportunidades de mercado e minimizarem seus riscos. A CTClima integrou a delegação brasileira em várias Conferências das Partes da ONU e tem auxiliado as empresas a implementar mecanismos de diminuição de emissão de gases estufa.

Porém, para atingirmos as metas globais citadas no estudo do WBCSD, será preciso, entre outras medidas, que, em 2025, as termelétricas a carvão estejam em processo acelerado de implantação de tecnologias de captura e armazenamento (TCA) de carbono. Também será necessário

que as usinas nucleares existentes sejam renovadas, que sua capacidade atual seja ampliada em 30% e que 6% da energia gerada venha de fontes renováveis, incluindo a hidráulica. Para 2050, por exemplo, as energias geradas por fontes alternativas precisam crescer 160 vezes.

Algumas soluções já estão sendo adotadas pelo mercado, como exemplo a fabricação de veículos com alta eficiência energética. A Toyota caminha para se transformar na maior montadora mundial porque percebeu precocemente a tendência e lançou os carros híbridos. No Brasil, os modelos flex são sucesso já adotado em grande escala. São bons exemplos, mas não são o bastante. As metas para 2050 exigem uma mudança mais profunda, seja no desenvolvimento de novas tecnologias, como a utilização de combustíveis à base de hidrogênio e biomassa, seja na mudança de velhos hábitos da população, como o uso em massa do transporte coletivo.

É inegável que todo esse esforço exigirá mudanças imediatas na infra-estrutura urbana e no comportamento de todos nós. Os edifícios inteligentes demonstram ser possível reduzir o consumo de energia em 90% com a adoção das tecnologias à base de LED's (diodos emissores de luz). O uso sustentável da energia inclui ainda reduzir, reusar e reciclar, tanto no plano doméstico como no setor produtivo.


A arborização próxima a edifícios, por exemplo, reduz em 6° C a temperatura no verão, o que representa menos gasto com ar condicionado. A necessidade de sobrevivência precisa mudar a cara das cidades e os hábitos dos cidadãos. Para sobreviver, vamos precisar fazer muito mais do que separar o lixo e fechar a torneira enquanto escovamos os dentes.

A boa notícia é que são cada vez mais comuns exemplos como o da Plantar, que, com um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), diminuirá a concentração de CO₂ na atmosfera em aproximadamente 12,8 milhões de toneladas dentro dos próximos 25 anos. Em 1998, quando quem falava sobre aquecimento global era taxado de alarmista e “eco-chato”, a petroleira BP se auto-impôs uma redução de 10% nas suas emissões previstas para os 12 anos seguintes. Deu tão certo que as metas foram atingidas já em 2001.

A gigante produtora de alumínio Alcoa também não esperou e adotou voluntariamente metas de redução de emissão de 25% entre 1990 e 2010. A empresa ampliou sua credibilidade e reputação no mercado a ponto de fazer gestões junto ao governo Bush para que este assumia uma posição mais coerente com os anseios da sociedade. O papel das empresas é apresentar soluções para incluir a preservação dos recursos na-

turais nas suas atividades e transparência na comunicação de ações e resultados. O da sociedade consumidora é exigir isso.

Esses e outros bons exemplos merecem crédito, mas não podemos nos satisfazer com ações ou iniciativas pontuais, por melhores que sejam. Precisamos de muito, muito mais. Mais agilidade, mais escala, mais comprometimento, maior pressão da sociedade em cima de governos e empresas. O governo brasileiro deu um passo importante ao anunciar a nomeação de um embaixador do clima, mas precisa ampliar ainda mais o espaço nos fóruns de tomada de decisão, garantindo assento ao setor empresarial na Comissão Interministerial de Mudanças do Clima.

A reversão da curva do aquecimento global passa por uma grande articulação, integrada e transparente, entre governos, empresas e sociedade civil. Cada decisão deve levar em conta uma visão estratégica e produzir resultados que tragam benefícios aos negócios, à sociedade e aos recursos naturais. 

Fernando Almeida. Professor adjunto da UFRJ e do MBE da Coppe e presidente-executivo do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), órgão vinculado ao Conselho Mundial (World Business Council for Sustainable Development – WBCSD).



Os desafios da responsabilidade social para os CEOs das empresas

Momento atual requer dirigentes de empresas com perfis mais abertos, arrojados e com alta sensibilidade para equalizar os lucros que lhe são exigidos, com a necessidade de inclusão social e preservação ambiental

Marcelo Linguitte
marcelo.linguitte@ig.com.br



Em 1996, Sarah Anderson e John Cavanagh, do Institute for Policy Studies, ONG sediada em Washington, publicaram o primeiro estudo sobre as maiores economias mundiais e a participação das empresas nesse universo. Naquela ocasião, baseando-se em dados do Banco Mundial e da revista *Forbes*, a dupla chegou à conclusão de que, das cem maiores economias mundiais, 51 eram empresas e 49 eram países. Na época, indicaram, por exemplo, que o Wal-Mart, classificado na 12ª posição, tinha um faturamento anual maior que de 161 países, incluindo Israel, Polônia e Grécia. A General Motors, na 26ª posição, era maior que a Dinamarca, enquanto a Toyota, 36ª posição, era maior que a Noruega.

O estudo foi repetido em 2000 e a situação não se alterou: ainda 51 empresas estavam entre as maiores economias mundiais. O que variou foram as empresas dentro desse seletivo grupo. O mesmo estudo mostrou que as 200 maiores são responsáveis por um quarto da atividade econômica do globo, empregando menos de um por cento de sua força de trabalho.

Situações como essas não são exclusivas de empresas de países desenvolvidos. Comparando-se os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com os da publicação *Maiores e Melhores*, da *Revista Exame*, a Petrobras, por exemplo, maior empresa brasileira, teve, em 2004, um faturamento de cerca de R\$ 100 bilhões, o que é superior ao orçamento da maior parte dos estados brasileiros ou, ainda, equivalente ao orçamento do Estado do Paraná naquele ano. Segundo essa mesma comparação, o faturamento da Unilever foi superior ao do

Estado do Amapá; o do Pão de Açúcar foi equivalente ao orçamento do Piauí.

Se, além do faturamento, avaliamos outros aspectos, como a quantidade de funcionários, verificaremos que algumas das grandes empresas que operam no Brasil têm número de funcionários maior do que o de habitantes de grande parte dos municípios do país.

Para poderem atuar com qualidade no mercado, as empresas necessitam desenvolver e gerenciar complexas e gigantescas operações de produção, que envolvem milhares de funcionários, compras de muitos fornecedores e vendas a um sem número de clientes. Tais operações geram impactos sociais, ambientais e econômicos importantes para o país, o que significa, em outras palavras, influência e poder.

Diante desse quadro, surge uma pergunta: “Será que essas empresas estão sabendo utilizar corretamente a influência e o poder que possuem?”. Muitas podem responder afirmativamente. A maioria, infelizmente, não deve se sentir tão confortável com a resposta que pode oferecer à sociedade. E não se pode esquecer que essa pergunta deve ser respondida, antes de qualquer um, pelo presidente ou CEO da empresa. Afinal, em tese, as decisões de maior impacto seriam tomadas por ele. Claro, assessorado por seu corpo funcional, mas sendo sua a palavra final.

Sensibilidade social

As comparações utilizadas neste artigo, entre o faturamento de empresas e o orçamento de nações ou de estados, têm uma lógica que as norteia. Se o impacto que esse tipo de empresa causa em suas regiões é tão grande, envolvendo

questões de trabalho, meio ambiente e geração e distribuição de riqueza, não seria natural imaginar que o presidente dessa empresa tivesse perfil de um verdadeiro estadista, e não somente de um gestor focado apenas nos resultados do trimestre? Não se está aqui defendendo a tese de que ele deva esquecer de produzir resultado para a empresa. Trata-se de defender o princípio de que quem ocupa cargos com essa responsabilidade deve ter sensibilidade para equalizar os lucros que lhe são exigidos, com a necessidade de inclusão social e preservação ambiental.

Se formos buscar no dicionário o significado da palavra estadista, iremos encontrar a seguinte definição: “Pessoa de atuação notável nos negócios políticos e na administração de um país”. Ora, se a tese de que algumas empresas causam tanto impacto e são tão complexas quanto alguns países, podemos mudar a palavra “país”, na definição dada, para qualquer organização social. Isso significa que gerir tais empresas de forma efetiva requer, muitas vezes, habilidades que também são exigidas de um gestor público, tais como:

1. Criatividade, flexibilidade e abertura a mudanças para solucionar os problemas atuais segundo novos parâmetros, e não de acordo com modelos mentais que causaram os problemas que se enfrenta hoje;
2. Foco e percepção de urgência para saber onde e como aplicar corretamente os recursos disponíveis;
3. Capacidade de apreciar e valorizar os aspectos multiculturais e a diversidade de sua empresa e de seu país;
4. Carisma e liderança, sem os quais não se consegue motivar as pessoas a seguir idéias e estratégias;
5. Consciência dos problemas sociais, ambientais e econômicos, percebendo oportu-

6. Compromisso com a empresa e disposição para trabalhar por bons resultados;
7. Elevado padrão ético, de maneira a conduzir a empresa com segurança e transparência.

Avaliando o perfil dos grandes líderes empresariais atuais, verificamos que muitos já possuem as habilidades acima, ou tiveram que desenvolvê-las para exercer de maneira consistente suas funções nas empresas. Guardadas as devidas proporções, acredito que, para o bom comando de uma empresa, o perfil de um CEO deva assemelhar-se ao perfil de um estadista. Afinal, o que conceberia um CEO que, por exemplo, não consiga colocar-se diante de autoridades ou expor publicamente suas idéias, ou, ainda, que não tenha vocação para comprometer o corpo funcional em torno de suas propostas?

Habilidade e carisma

Winston Churchill conseguiu manter a coesão espiritual do povo britânico durante os terríveis momentos que significaram os bombardeios da Alemanha sobre Londres e outras cidades da Inglaterra. Quantas vezes um CEO não se vale de seu carisma e de sua oratória para unir a empresa e mobilizar funcionários quando a mesma está passando por dificuldades? Ou, ainda, estabelecer diálogos e alianças estratégicas e visionárias para a sobrevivência da empresa, como fez Churchill com o presidente Roosevelt, por meio da concepção da Carta do Atlântico, de 1941, que estabeleceu uma visão pós-Segunda Guerra Mundial importante para o mundo.

Quantas vezes o CEO não se depara com o desafio de reinventar a empresa, buscando mudanças dramáticas na forma como ela opera ou nos produtos que ela cria? Quantas vezes um

presidente não conduz uma empresa em negociações com membros de importantes ONGs, buscando criar um ambiente de “boa vontade” para sua empresa? Quantas vezes bons exemplos de grandes empresários não influenciam tantos outros no desenvolvimento de ações em prol da sociedade? Essas ações são características de homens públicos, de verdadeiros líderes da sociedade, e não apenas no âmbito de suas empresas.

As grandes corporações contemporâneas não são as mesmas de 30, 40 ou 50 anos atrás, quando os esforços do presidente estavam todos centrados na administração da produção e na ampliação das relações comerciais da empresa. Hoje, funcionários mais exigentes, novas e inovadoras formas de acesso ao capital, mudanças tecnológicas, consumidores mais demandantes, desafios sociais e ambientais, ativismo de ONGs, globalização etc., requerem CEOs com perfis mais abertos, arrojados e com alta sensibilidade social. Sem isso, a empresa não avança, pode ser vista como crescentemente retrógrada e passa a perder fatias de mercado. O oposto disso, quando o CEO assume um papel de maior protagonismo social, é quando a empresa cresce, ganha mercado e admiração pública.

Exigir um pouco mais de habilidades e valores de estadistas dos CEOs das grandes empresas seja, talvez, uma boa forma de fortalecer a responsabilidade social dessas organizações. Se, por um lado, não podemos esperar outros Churchills em nossas empresas, por outro, certamente teremos pessoas mais comprometidas com o desenvolvimento sustentado do planeta e maiores possibilidades de vislumbrar um futuro mais sorridente para as gerações que virão. 🌱

Marcelo Linguette. Diretor-gerente da Terra Mater Empreendimentos Sustentáveis.





Como melhorar a gestão dos projetos realizados em parceria entre empresas e ONGs

Empresas demonstram insatisfação na qualidade destas relações e, principalmente, com o amadorismo que costumeiramente permeia a gestão das instituições sem fins lucrativos

Fábio Rocha
fabio@damicos.com.br



Não existem dúvidas a respeito da dimensão e da importância das ações, projetos e investimentos sociais realizados pelos setores privado e não-governamental no Brasil. Estima-se que ambos totalizem mais de 2,5% do PIB do país.

Este cenário também propicia uma movimentação bastante comum, anterior ao crescimento do movimento de responsabilidade social empresarial no Brasil, que é o da realização de parcerias entre o setor privado e o Terceiro Setor, sendo este último muitas vezes representante da comunidade em que o projeto será realizado (associação de moradores, grupos locais) ou o próprio público-alvo da ação (ONG ambientalista, direcionada à terceira idade, voltada para o segmento cultural, entre outras).

A maior preocupação, já discutida em trabalhos, pesquisas e artigos acadêmicos, é que muitas empresas têm demonstrado insatisfação na qualidade destas relações e, principalmente, com o amadorismo que costumeiramente permeia a gestão das instituições sem fins lucrativos.

Este contexto tem reforçado a ideia no setor privado de que a solução é o fortalecimento de suas fundações privadas e/ou a criação das suas próprias organizações não-governamentais – hoje, muito bem representados pelos institutos, o que fragiliza as organizações

não-governamentais de base ou da sociedade civil organizada.

Vale lembrar que o verdadeiro Terceiro Setor brasileiro não se assemelha às características presentes pelas instituições associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) ou por instituições que estão na mídia e são exceções nos aspectos de profissionalização da gestão como, por exemplo, Instituto Ayrton Senna, Viva Rio, Obras Sociais Irmã Dulce, Ibase, Fundação Gol de Letra, entre tantas outras.

A palavra “verdadeiro” aqui significa o sentido de grande parte das instituições que integra o setor e não de apropriação indevida de personalidade jurídica ou de representação do setor.

Assim, a maioria das ONGs brasileiras, independente das polêmicas conceituais presente nas comunidades, tem as seguintes características:

- Domínio da sua atividade-fim;
- Criatividade;
- Capacidade de trabalhar com o imprevisto;
- Compromisso com a causa social;
- Atividades assistenciais;
- Deficiência crônica na estrutura de gestão;
- Amadorismo;
- Indefinição de foco;
- Inexistência ou deficiência no planejamento estratégico e/ou operacional;



Muitas instituições são apoiadas por uma mesma empresa há mais de cinco anos e estão cada vez mais dependentes e fragilizadas, da mesma maneira que a ineficiência e o desperdício de recursos também crescem quando os volumes transacionados são maiores

- Pouca representatividade;
- Processo de decisão lento e centralizado;
- Inexistência e/ou deficiência do sistema de informações;
- Falta de sensibilização de pessoal para o trabalho voluntário;
- Processo de decisão lento e centralizado;
- Falta de recursos humanos e materiais, como também de um sistema administrativo;
- Influência político-partidária;
- Nível de escolaridade inadequado para o exercício do papel dos gestores;
- Inexistência e/ou deficiência na área de comunicação/marketing.

Dependência

Diante deste panorama, podemos destacar que as principais dificuldades destas instituições referem-se aos aspectos de gestão, o que compromete muito o atual modelo de parceria empresa-Terceiro Setor, excessivamente concentrado no repasse de recursos financeiros e com pouca presença de ações de desenvolvimento institucional.

Portanto, muitas destas instituições são apoiadas por uma mesma empresa há mais de cinco anos e estão cada vez mais dependentes e fragilizadas, da mesma maneira que a ineficiência e o desperdício de recursos também crescem quando os volumes transacionados são maiores. Em outras palavras, quem gerencia de maneira pouco eficiente a quantia de R\$ 10 mil terá problemas gerenciais muito maiores com R\$ 100 mil.


Precauções

Com este quadro, no intuito de maximizar a riqueza destas relações de parceria e o quão positiva para ambas ela pode ser, seguem abaixo algumas sugestões de mudanças neste modelo de conexão. São elas:

- Parcerias devem ter objetivos claros;
- Cada projeto precisa ter início, meio e fim determinados;
- O envolvimento da empresa com a organização não-governamental e o projeto jamais pode ser baseado em mero repasse de recursos;
- Durante o projeto, deverão ser formados multiplicadores internos na ONG parceira para dar continuidade às ações realizadas;
- É fundamental que o enfoque seja dado a partir de uma organização não-governamental que não seja beneficiária do processo e, sim, um agente ativo na parceria, inclusive com a obrigação de oferecer uma contrapartida real (mobilização da comunidade, disponibilização de voluntários etc.), evitando relações de simples patrocínio;
- Definir como condição desejável ao repasse/apoio da empresa uma ação específica na área de gestão e/ou treinamento gerencial, que pode ser executado até por uma terceira instituição, como, por exemplo, uma consultoria ou alguma universidade;
- Buscar a união nas ações de negócio da empresa e ação social (domínio do

negócio), ou seja, aproveitar a expertise da empresa para os projetos sociais;

- Definição de estrutura própria na empresa para a área social e/ou parceria com entidades especializadas;
- Estimular, apoiar, desenvolver e priorizar que seus gestores e colaboradores exerçam o chamado voluntariado do conhecimento (orientação técnica nos aspectos de gestão, apoio na captação de recursos e na articulação de outros parceiros, construção de sites, elaboração de um plano de comunicação etc.);
- Conceber e negociar com a entidade parceira um sistema de avaliação da parceria e/ou do projeto (indicadores de resultados).

Não há dúvida da existência de muitas destas características em alguns modelos de gestão da atuação social externa de algumas empresas, mas ainda são exceções. A melhoria da relação da empresa com esse *stakeholder* (parte interessada) tão importante é apenas um dos capítulos da extensa agenda da responsabilidade social empresarial. Mas, com certeza, é uma alternativa melhor do que criar um braço social da empresa (uma outra personalidade jurídica) e desconsiderar os trabalhos sociais já realizados pelo setor não-governamental. 

Fábio Rocha. Sóciodiretor da Damicos Consultoria e Negócios.

Empresas que fazem

Cavenaghi cria centro de referência em reabilitação e mobilidade

A nova sede da Cavenaghi em São Paulo, com 2.500m² de área construída, foi criada com a proposta de ser um centro de referência em reabilitação e mobilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na América Latina. O espaço tem dois andares, com loja, oficina, fábrica, setores administrativos, *show room* de produtos e serviços, salas de integração e de acompanhamento terapêutico e auditório com 60 lugares. A sede é programada para que seus espaços sejam versáteis e adaptados conforme ações específicas, de maneira a transformar o local em uma extensão da empresa que o utiliza, desde a comunicação visual até o atendimento e suporte ao público de interesse.

i www.cavenaghi.com.br



Interior da nova sede, que pretende se tornar um centro de referência em reabilitação e mobilidade

Basf inicia Programa de Adequação Ambiental

A sustentabilidade é uma exigência nas produções agrícolas voltadas para exportação, inclusive no mercado nacional. E esse é um dos objetivos do Programa de Adequação Ambiental, uma extensão do Programa Compromisso Cooperar de relacionamento da Basf com algumas cooperativas do setor agrícola, a fim de promover readequação de áreas agrícolas de produtores comprometidos com a nova realidade ambiental. Entre os dias 17 e 19 de abril, aconteceu o primeiro ciclo de treinamentos do programa com técnicos da Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo (Coopercitrus), em Bebedouro (SP). O programa consistiu em três módulos que envolveram a parte teórica com conceitos básicos sobre conservação ambiental, aulas práticas com checagem em campos e a elaboração de situações reais de restauração.

i www.basf.com

Pizzaria 1900 apóia projeto Garçon Cidadão

A rede de pizzarias 1900 está apoiando o projeto social Garçon Cidadão, desenvolvido pelo Instituto Lina Galvani em parceria com a Hedging-Griffo para bares e restaurantes, que tem o objetivo de inserir jovens de baixa renda no mercado de trabalho. O projeto oferece capacitação profissional, bolsa-auxílio de R\$ 120 por mês, uniforme e aulas, que são ministradas às sextas-feiras em um das lojas da capital paulista. Depois do curso, todos os alunos passarão por uma experiência de dois meses como garçons nas quatro unidades da rede e em outros estabelecimentos. Os que mais se destacarem serão efetivados.

i www.1900.com.br

Funcionários da Novartis distribuem solidariedade

Cerca de mil funcionários da Novartis Brasil, nas cidades de São Paulo (SP), Resende (RJ) e Cambé (PR), pararam suas atividades no dia 26 de abril para se dedicar a pacientes hospitalizados. O evento, conhecido como Dia da Parceria com a Comunidade, é uma iniciativa internacional da companhia e também faz parte das comemorações do aniversário da empresa. Em São Paulo, os funcionários adotaram a Santa Casa de Misericórdia, onde foram feitas a troca de 64 mesas e 230 cadeiras, atividades de jardinagem, doação de frutas e distribuição de folhetos sobre nutrição. Os médicos da empresa também levaram sua experiência aos residentes de neurologia, dando dicas e pareceres sobre os casos estudados.

i www.novartis.com.br



Alexander Triebnigg, presidente da Novartis Brasil e funcionários da empresa trabalhando na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo

Pfizer apóia projeto que atende índias gestantes

A Pfizer anunciou, em abril, a ampliação do apoio ao Projeto Saúde & Cultura Pankararu, criado em parceria com a ONG Associação Saúde Sem Limites. Iniciado em maio de 2005, o projeto tinha previsão de dois anos de duração, mas será estendido até janeiro de 2008. O objetivo dessa continuidade é fortalecer o processo de formação e atualização das parteiras tradicionais para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres indígenas. Com investimentos de R\$ 700 mil, o Saúde & Cultura já realizou um diagnóstico dos problemas de saúde da região, proporcionou a realização de cursos de formação para 40 agentes indígenas de saúde e promoveu a melhoria no acompanhamento das mulheres gestantes, registrando 312 atendimentos de pré-natal até março de 2007. O território Pankararu fica localizado no sertão de Pernambuco.

i www.pfizer.com.br
www.saudesem limites.org.br



Ritual Flechada do Umbu, relacionado à fertilidade da terra e aos alimentos que favorecem a saúde dos Pankararu

Grupo Equipav inaugura Escola Formare

Em 16 de abril, o Grupo Equipav realizou, em parceria com a Fundação Iochpe, a inauguração da Escola Formare na usina de cana-de-açúcar em Promissão (SP). Os 20 alunos serão capacitados no curso de operador de produção em processos contínuos. Para a coordenadora da Escola Formare Equipav, Marinez Martins Leone, o projeto pode mudar a realidade dos jovens da região. "É um orgulho poder contribuir com um programa como este, pois além de estarmos beneficiando estes alunos com a bolsa educação, também possibilitamos sua entrada no mercado de trabalho", explica.

i www.fiocpe.org.br
www.grupoequipav.com.br

Conquest One lança o projeto Ver o Mundo

Para comemorar seus 10 anos de atuação, a empresa brasileira Conquest One inicia o projeto Ver o Mundo, cujo objetivo é capacitar jovens entre 12 e 14 anos para o mercado de trabalho. Primeiramente, serão apresentadas as oportunidades de trabalho em áreas administrativas e nos diversos setores de TI, como suporte, desenvolvimento, digitação, operação e design. Na segunda fase, os jovens receberão cursos de iniciação em informática. Os alunos que obtiverem melhor desempenho serão convidados a continuar os estudos em cursos técnicos específicos. A expectativa é de que alguns dos estudantes sejam absorvidos pela Conquest One e empresas envolvidas no projeto.

i www.conquestone.com.br

Diageo forma jovens bartenders

Sessenta jovens de baixa renda, entre 18 e 24 anos, concluíram o 8º curso do Projeto Bartender, em São Paulo. Criado em 2000 por um grupo de funcionários da Diageo Brasil, o programa contou com a parceria da Escola Cidade Aprendiz. Com objetivo de capacitar jovens para a carreira de profissional de bar, restaurante e hotelaria, o projeto tem investimento anual de R\$ 500 mil e já formou mais de 1.300 pessoas em oito cidades brasileiras. Desses, mais de 85% estão trabalhando. Além do preparo para o primeiro emprego, eles também aprendem a atuar de maneira cidadã quanto ao uso e manejo responsável de bebidas alcoólicas.

i www.diageo.com



Alunos da 8ª turma do Projeto Bartender

Sandoz renova parceria para humanização hospitalar

A Sandoz renovou a parceria com o grupo Plantão Sorriso, formado por doutores-palhaços que visitam seis hospitais de Londrina (PR), levando alegria para as crianças internadas. O projeto, que existe há 10 anos e já atendeu mais 140 mil pessoas, é um forte aliado dos médicos ao amenizar o impacto negativo da internação e auxiliar na recuperação dos pacientes. Em 2007, a Sandoz destinará R\$ 90 mil ao projeto. A parceria existe desde 2004 e reflete o principal objetivo da companhia, que é levar saúde à população.

i www.plantaosorriso.org.br
www.sandoz.com.br



Grupo de doutores palhaços do Plantão Sorriso

Desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas

A Fundação Odebrecht e o Centro de Excelência em Varejo (GVcev), da Fundação Getúlio Vargas, firmaram parceria social pelo desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas, que tem por meta a consolidação de um modelo replicável de produção integrada para pequenos produtores que vivem em áreas de proteção ambiental, com base no manejo sustentável dos recursos naturais e sua comercialização. O GVcev ficará encarregado de identificar as características e potencial de mercado de cadeias produtivas fomentadas pelo Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável (DIS Baixo Sul), além de elaborar planos de negócio que visam a otimizar os retornos financeiros de todos os elos da cadeia, gerando receita mais estimulante para os pequenos produtores da região.

i www.eaesp.fgvsp.br
www.fundacaoodebrecht.org.br

Sindepark promove conscientização

O Sindicato das Empresas de Garagens e Estacionamentos do Estado de São Paulo (Sindepark) lançou seu programa de responsabilidade social, denominado Estacionamento Cidadão, coordenado pelo especialista Livio Giosa, diretor do Instituto ADVB de Responsabilidade Social. A iniciativa, que terá duração de 12 meses, visa a mobilizar os associados, seus funcionários e usuários dos estacionamentos, por meio de 4 milhões de folhetos em papel reciclado, a respeito da preservação do meio ambiente. Outro foco é a campanha da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, intitulada "Dê mais que esmola, dê futuro". Os folhetos e cartazes estão sendo distribuídos nos 900 estacionamentos filiados ao Sindepark.

i www.sindepark.org.br

Renault do Brasil capacita deficientes auditivos

Nos meses de maio e junho, a Renault do Brasil oferece pelo segundo ano o curso Montador de Automóveis para pessoas com deficiência auditiva da região metropolitana de Curitiba (PR). Gratuito, o projeto é realizado em parceria com o Senai e tem como objetivo contribuir para a capacitação e inserção destes profissionais no mercado de trabalho. Ao todo, são 40 vagas divididas em duas turmas. A conclusão do curso não garante vagas na Renault do Brasil, mas torna os participantes aptos a trabalhar na empresa. A primeira turma, realizada em junho de 2006, formou uma turma de 20 alunos.

i www.renault.com.br



Deficientes auditivos trabalham em linha de produção da Renault do Brasil

Dez anos de voluntariado

Maria Lúcia Meirelles Reis
imprensa@cvsp.org.br



Durante o ano de 2007, nove dos 61 Centros de Voluntariado de todo o país comemorarão 10 anos de incentivo ao voluntariado nas cidades de São Paulo, Florianópolis, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife e Fortaleza.

Hoje, é praticamente impossível definir um perfil único do voluntário, pois ele reúne pessoas de ambos os sexos, de diferentes crenças, idades, classes sociais e níveis de escolaridade. Porém, todos com um objetivo em comum: a construção de uma sociedade socialmente mais justa e igualitária.

O conceito de que “o voluntário é aquele que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não-remunerada, para causas de interesse social e comunitário” é amplamente aceito e difundido. A profissionalização do Terceiro Setor e o comprometimento do voluntário, juntamente com a criação da Lei do Voluntário (lei nº 9.608/98), também são importantes conquistas do voluntariado brasileiro nos últimos 10 anos.

Na última década, o Brasil tornou-se referência em voluntariado organizado, reunindo

Associação Comunitária Monte Azul

A pedagoga Ute Craemer tinha como ideal fazer a aproximação entre seus alunos de classe média alta e as crianças carentes do bairro Jardim Monte Azul, para criar uma ponte entre diferentes realidades socio-culturais. Foi juntando estes dois grupos socioeconômicos em tardes recreativas no quintal de sua casa que a Associação Comunitária Monte Azul começou, sendo oficialmente fundada apenas no ano de 1979.

Estabelecer o intercâmbio entre pessoas (e idéias) é um propósito herdado desde os primeiros tempos. Este intercâmbio torna possível a troca de experiências e, por meio da ação prática, estimula o respeito mútuo entre os diferentes grupos.


O trabalho social na Associação Comunitária Monte Azul é desenvolvido a partir de conceitos da antroposofia, filosofia espiritual

em que a transformação do mundo passa pela transformação do próprio homem.

Trata-se de buscar as condições necessárias para a realização de cada individualidade, para que cada um possa contribuir ao desenvolvimento humano. Todas as pessoas envolvidas com a Associação Comunitária, inclusive seus funcionários (chamados colaboradores), têm oportunidade de crescimento.

A causa da Monte Azul é promover o desenvolvimento integral do ser humano. Por isso atua com educação, saúde, cultura e meio ambiente, sempre estimulando o indivíduo a se desenvolver em todas as suas potencialidades.

Uma das 730 organizações sociais parceiras do Centro de Voluntariado de São Paulo, a Monte Azul possui uma forte base comunitária e busca ampliar o número de

pessoas envolvidas no processo solidário, desencadeando assim o fortalecimento do trabalho em grupo. 



A pedagoga Ute Craemer

f Monte Azul

www.monteazul.org.br



comunidades, organizações sociais, governo e empresas que desenvolvem programas de voluntariado organizados e transformadores, pelo combate às desigualdades sociais e a construção de uma sociedade mais justa. Não existe um consenso sobre o número de voluntários no Brasil, mas sabe-se que grande parte da população o realiza. Prova disso são as mais de 84 mil pessoas que já foram orientadas pelo Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) para iniciarem ações voluntárias.

Em comemoração aos 10 anos de voluntariado organizado no Brasil, desde

o dia 6 de maio, está no ar o novo site do CVSP, mais dinâmico e interativo. Além de informações institucionais, o site explica a Lei do Voluntário e traz informações relevantes para empresas e organizações sociais que queiram desenvolver programas de voluntariado.

A grande novidade para quem quer ser voluntário é um sistema de busca por código postal (CEP), que aponta as organizações sociais mais próximas do local informado, desenvolvido voluntariamente pela SmartGeo, empresa de tecnologia focada em serviços de banco de dados e geológica.

Outros serviços e eventos estão programados durante o decorrer ano, em diferentes capitais, por iniciativa de diferentes setores, mas todos com o objetivo de fortalecer o convite: “Seja voluntário!”.

Maria Lúcia Meirelles Reis. Diretora do CVSP.

CVSP

www.voluntariado.org.br

Voluntariado educativo

Aqueles que querem ver

Como é ser cego? Como é não conhecer o rosto dos amigos ou os caminhos que levam à escola? Os alunos do colégio A. Liessin Scholem Aleichem, no Rio de Janeiro (RJ), tentaram vivenciar o mundo de quem não vê, em um projeto social que envolveu toda a escola, em 2004, intitulado “Com o coração se vê mais longe”. A intenção era levar os alunos a pesquisar sobre a convivência com a diversidade, com a diferença – entre elas, a deficiência visual.

Numa palestra sobre inclusão social do deficiente visual, uma autora falou sobre a publicação de um livro falado. Alunos e professores acharam a idéia bastante interessante e, daí, nasceu o projeto “Tudo bem ser diferente”, que acabou por evoluir para “Com o coração se vê mais longe”.

Entre os fatos que alteraram o curso do programa, estão a visita da ex-aluna Etel Rosenfeld, uma das primeiras brasileiras a ter um cão-guia, e uma sugestão da Unesco que abordava a questão

dos deficientes visuais – o colégio integra o Programa de Escolas Associadas, da Unesco.

O primeiro passo foi conhecer as dificuldades vividas pelos cegos. Os professores indicaram leituras que pudessem estimular alunos da 1ª à 6ª série a pensar sobre o tema, propuseram dinâmicas de olhos vendados, realizando tarefas como amarrar os sapatos ou separar livros, ouviram palestras e, especialmente, resolveram produzir livros falados, entre eles, um sobre a experiência de Etel.

Depois de constatar as diversas dificuldades enfrentadas pelos deficientes, iniciou-se um projeto de voluntariado entre os estudantes para gravar os livros falados – que contam até com dedicatórias em braille. Participaram, por iniciativa própria, crianças de 6 a 12 anos. Toda a gravação dos livros, doados ao Instituto Benjamin Constant, foi feita no período oposto às aulas. “Foi um grande aprendizado para as crianças, pois puderam conhecer outra realidade

e a aprender com as diferenças”, comenta a psicopedagoga da escola Vânia Loureiro.

O colégio A. Liessin Scholem Aleichem é uma das 18.206 escolas brasileiras certificadas com o Selo Escola Solidária, do Instituto Faça Parte.



Atividade do projeto “Com o coração se vê mais longe”

Colégio A. Liessin Scholem Aleichem
(21) 2495-5403

Rápidas voluntárias

Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial

Há quatro décadas foi criada a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial (Afece), que presta atendimento em educação, saúde e assistência social para pessoas com deficiência mental severa. Mantenedora da Escola Especial São Francisco de Assis, a entidade filantrópica, sem fins lucrativos, trabalha para que o educando conquiste a maior independência possível dentro de suas atividades diárias, além de ser incluído no contexto familiar e na sociedade. A deficiência mental severa representa um grave comprometimento neurológico, que dificulta o aprendizado das necessidades básicas para a sobrevivência do indivíduo. Hoje, a escola mantida pela Afece atende gratuitamente 107 pessoas com as mais diversas idades e particularidades.

i www.afece.org.br



Criança Segura

Prevenir acidentes de trânsito, afogamentos, sufocações, quedas, queimaduras e intoxicações de crianças e adolescentes com idade até 14 anos é o trabalho da ONG Criança Segura – Safe Kids Brasil, atuante nas cidades de São Paulo, São José dos Campos e Jacareí (SP), Recife (PE) e Curitiba (PR). Anualmente, milhares de crianças são vítimas de acidentes em decorrência da falta de informação e de cuidados no dia-a-dia. O papel da Criança Segura é ajudar a sociedade a mudar essa realidade. O trabalho é realizado por meio do desenvolvimento de programas educativos, capacitação de colaboradores, monitoramento e articulação na formação de políticas públicas, parcerias com os meios de comunicação e muita informação.

i www.criancasegura.org.br



Organização Vida e Oportunidade

Fazer do jovem o ator principal de sua vida é o objetivo da Organização Vida e Oportunidade (OVO), uma instituição social que promove o protagonismo juvenil em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Os projetos socioeducativos da OVO são trabalhados com as crianças e adolescentes da Vila Pantanal, localizada próximo ao Parque Iguazu, em Curitiba (PR), onde 77,4% dos domicílios não têm saneamento básico e a rede de iluminação pública atinge somente 61,5% das casas. Protagonismo juvenil é uma intervenção no contexto social que responde a problemas reais em que o jovem é sempre o ator principal. É a concepção do jovem como fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade).

i www.ovo.org.br

Canteiro da Educação

Alfabetizar trabalhadores da construção civil é o objetivo do projeto Canteiro da Educação, realizado pelo Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (Sinepe-PR), em Curitiba. Atualmente, três construtoras participam ativamente do projeto, com cerca de 60 alunos em processo de alfabetização. A sala de aula, onde os trabalhadores aprendem as primeiras palavras, é o próprio canteiro de obra, e o alfabetizador é um professor voluntário orientado pela Sinepe-PR. O tempo de aprendizado varia entre seis e dez meses, e, para os trabalhadores que já são alfabetizados, o sindicato oferece possibilidades de orientação para dar continuidade aos estudos.

i www.amocuritiba.org.br



Associação dos Pais e Amigos das Crianças Portadoras de Mielomeningocele

Em 1992, na cidade de São José dos Pinhais (PR), nasceu a Associação dos Pais e Amigos das Crianças Portadoras de Mielomeningocele (APPAM). A instituição foi criada devido à necessidade observada de melhorar a dignidade e qualidade de vida dos portadores da doença. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), de cada mil crianças nascidas vivas, uma nasce com mielomeningocele. Doença congênita, provocada pela má formação da coluna vertebral, a mielomeningocele é muitas vezes associada à má formação do sistema nervoso central. A APPAM oferece, entre outras atividades, atendimento e acompanhamento psicossocial, fornecimento de medicamentos de uso contínuo, complementação alimentar e terapia ocupacional para os portadores de mielomeningocele e suas famílias.

i appamsjp@gmail.com

Fonte: Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV).
Particpe: aca@acaovoluntaria.org.br

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife)

Associação incentiva o investimento social privado no Brasil e abre novos caminhos para o crescimento do Terceiro Setor

Por Aline Alves

Em pouco mais de uma década de atuação, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) cresceu 208%. Pioneira na América do Sul e no Brasil, a associação contribuiu para a disseminação de um novo modelo de filantropia no Terceiro Setor, o investimento social privado, ou seja, o repasse de recursos privados para fins públicos por meio de projetos sociais, culturais e ambientais.

Fundada oficialmente em 1995, a associação começou a dar seus primeiros passos em 1989, em São Paulo, quando algumas organizações empresariais reuniam-se a cada dois meses para debater assuntos relacionados à filantropia. No começo dos anos de 1990, o Terceiro Setor vivia um momento de expansão, mas acompanhado por focos de corrupção no sistema social. Daí nasceu o interesse do grupo em mostrar ao país a atuação séria de organizações que desenvolviam ações sociais públicas por meio de recursos privados.

“Houve um *boom* no Terceiro Setor. Neste movimento houve muita mobilização e, no setor empresarial, qualquer projeto filantrópico valia. De alguns anos para cá, vem acontecendo certo refinamento, houve um maior grau de profissionalismo e de planejamento das organizações

sociais. Hoje, há novas formas de filantropia e de investimento social privado aparecendo, ligados a negócios, que geram rentabilidade”, afirma Fernando Rossetti, secretário-geral do Gife.

Em fevereiro de 2007, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas alcançou a marca de 101 associados. São organizações como Natura, Nestlé, Itaú, Belgo Mineira, CSN, IBM, Vivo, Philips, Microsoft, entre outras, que investiram cerca de R\$ 1 bilhão em projetos só no ano de 2005, beneficiando direta e indiretamente mais de 5 milhões de pessoas em todo o país, de acordo com dados do Censo Gife 2005/2006.

Atuação

O objetivo do Gife é contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil, auxiliando no fortalecimento político-institucional e promovendo apoio à atuação de institutos e fundações empresariais e de outras entidades privadas que realizam investimento social voltado ao interesse público. A partir disso, a associação concentra seus trabalhos em três áreas principais.

Uma delas é a gestão de relações institucionais, por meio da qual o Gife constitui uma rede entre as organizações com o propósito de promover parcerias, capital social, além da sistematização e divulgação do trabalho social feito pelos associados.

Por meio da Rede Gife são formados os grupos de afinidade nas áreas de educação, marco legal, meio ambiente, cultura, desenvolvimento comunitário e saúde, para troca de experiências entre as entidades. “Organizamos nossas ações dentro de dois eixos em relação ao investimento social privado: qualificação e disseminação. No campo da rede, a estratégia principal são os núcleos de atividade, nos quais reunimos os associados em torno de áreas de interesse para aprofundar conhecimento, alinhar conceitos e ações, fazer congressos, eventos etc.”, afirma Rossetti.

Outro foco de atuação é a articulação, mobilização e capacitação, em que se insere o

projeto Marco Legal e Políticas Públicas. Essa iniciativa tem como objetivo discutir projetos de lei existentes e desenvolver novas propostas em torno de temas como segurança jurídica, liberdade de organização e atuação, transparência e controle social, imunidade e isenções tributárias. “Nossa proposta é fazer com que o ambiente legal seja favorável, estável e transparente ao Terceiro Setor. Temos um parceiro em Brasília que faz o acompanhamento do congresso e mantemos uma ação mais forte com o Legislativo e com o Executivo. Recentemente, realizamos reuniões com os ministros da Educação e da Cultura”, diz Rossetti.

Atividades

A associação também é pioneira em cursos voltados para o Terceiro Setor. Além do curso Ferramentas de Gestão, uma das referências na área, neste ano começa a ser realizado, em parceria com a ESPM, o curso de pós-graduação em Investimento Social Privado. Na área de gestão de informação e conhecimento, o Gife realiza diversas ações focadas na sistematização de aprendizagens e divulgação do investimento social privado. Entre as publicações estão livros, guias, boletins e o site da associação.

Para o secretário-geral do Gife, o Terceiro Setor deve crescer nos próximos anos, mas para isso são necessárias algumas mudanças. “Ainda se faz muito assistencialismo, lidando mais com as consequências dos problemas sociais do que com suas causas. É preciso resolver também a questão da profissionalização do setor e do aprofundamento da visão social das empresas”, destaca.

Gife

i Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.413, 1º andar, cj. 11
Jardim América – São Paulo/SP
CEP 01452-000
www.gife.org.br/gife@gife.org.br
(11) 3816-1209

DIVULGAÇÃO



Fernando Rossetti, secretário-geral do Gife

Caminhos do Paraíso

Felipe Mello

programa@cantocidadao.com.br



Quem disse que os caminhos do Paraíso não existem ou estão longe de nosso alcance? É certo, fato incontestável, que a natureza humana, influenciada muitas vezes por um ambiente contaminado, camufla os acessos para tais caminhos, protegendo-nos dos riscos de embarcarmos em vias de felicidade, aparentes contramãos do senso comum, pouco inteligente.

Não existiriam guichês de informação capazes de iluminar nosso senso de direção, colocando-nos no rumo e no prumo? Pois, sim. Começamos a começar. Os caminhos do Paraíso existem e parecem estar mais próximos de nós do que podemos supor.

Recentemente fui testemunha de que podemos içar velas e fazer soprar o vento suave e justo da felicidade. O que certamente pode nos ajudar são os citados guichês de informação e referência, normalmente representados por exemplos de navegantes exemplares da vida, condutores de barcos emocionantes e emocionados, interessados e interessantes, rumo aos mares da alegria e oceanos de inspiração e vontade de viver.


O comandante que me inspirou, nessa oportunidade, foi um garoto de aproximadamente 12 anos. Rebento de palavras ágeis e mãos coordenadas para o desenho, conquistou a minha atenção e admiração durante o tempo em que o visitei nas dependências de um hospital público em São Paulo. Eu, atuando como “Doutor Raviolli Bem-te-vi”, meu personagem no trabalho voluntário dos Doutores Cidadãos, o maior grupo de palhaços hospitalares do mundo. Ele, com motivação e fome de vida transbordantes. Eu, saudável e disposto a ajudar, naquilo que possível, a amenizar as dores, angústias e indefinições dos lúdicos pensamentos de meu comandante. Ele, potência de felicidade, lutando contra um câncer.

Durante meses visitei o quarto do jovem mestre, sempre na torcida e na expectativa de uma possível resolução positiva de seu problema. Não acompanhei clinicamente o seu estado de saúde, mas baseei-me em sua disposição e nos tímidos esboços de sorriso de sua benevolente e apaixonada mãe. Podia ver nos olhos daquela senhora a melhoria ou a estagnação da condição do garoto. E que olhos! Olhos de amor, esperança, carinho, ternamente dispostos a fitar seu filho por anos, caso o destino assim decidisse. Em algumas visitas, tive a certeza de que ele estava se apresentando melhor, dando golpes de vida em seu adversário, cadafalso de um brilhante futuro. Mas uma tarde a minha certeza desmoronou.

Certo dia, transitando pelos corredores e leitos hospitalares, percebi que estava na porta do quarto de nosso jovem. E onde estaria ele? Aonde teria ido? As perguntas se repetiam, castigando a minha crença na sua recuperação. Eu não busquei informações sobre o seu paradeiro, e passei alguns dias na dúvida: teria meu timoneiro perdido a batalha para as revoltas águas do câncer?

Dois dias se passaram. Eu retornava de uma reunião de trabalho pelas ruas do Paraíso – um bairro da capital paulista – para chegar ao meu destino. Fazia muito calor, e o trânsito, alto escalão da tirania metropolitana, contribuía para que a minha paciência se esvaísse com muita fluência. Era impossível estancar a ansiedade por chegar ao próximo porto, livrando-me de buzinas, semáforos e potenciais desastres. O





Foi preciso um choque inspirador para que eu reconhecesse e avaliasse, como podemos sempre fazer, aquilo que realmente merece o nosso irrecuperável desgaste

trânsito de São Paulo não é terreno fértil para cultivar os valiosos e necessários sentimentos de solidariedade e fraternidade. Seria só isso mesmo?

Balela! Os fatos que se sucederam provaram que a minha irritação provavelmente vinha de alguma insatisfação leviana, mas que me aborrecia um bocado. Foi preciso um choque inspirador para que eu reconhecesse e avaliasse, como podemos sempre fazer, aquilo que realmente merece o nosso irrecuperável desgaste.

Num dos intermináveis semáforos (acredite, eles são infinitos), olhei para o lado. Vi um garoto careca, uma senhora de meia idade e um jovem senhor rindo em alto e bom som. Risadas que criavam um cenário paradoxal: dezenas de pessoas, naquele quarteirão, dentro de seus automóveis, lutavam incessantemente pela conquista de alguns metros de asfalto, desafiando quem ousasse ocupar parte de seu caminho. Certamente um paradoxo, ao compararmos com o caminhar leve daquelas três pessoas na calçada, transitando a alguns metros daqueles que se corroíam dentro dos seus veículos.

Olhei novamente para o grupo que passava. Era o meu querido garoto do hospital, sua mãe e padrasto. Puxa vida! Um misto de alegria e preocupação confundiu meus pensamentos. Movido pela dúvida, gritei seu nome. Pude perceber que ele olhou em

minha direção, buscando reconhecer quem o chamava. Nesse exato momento, o tal semáforo acionou sua luz verde.

Não coloquei meu carro em movimento. Queria fazer contato visual com o garoto. Passa-

ram-se dois segundos e veio a primeira leva de buzinas. Como ele caminhava em direção contrária, pude olhar pelo retrovisor que ele se afastava. Decidi fazer a volta. Ignorei os gestos de reprovação e rapidamente alcancei o grupo que continuava a caminhada na mesma felicidade. Encostei o carro e fui ao seu encontro.


Parei na frente deles com um sorriso explícito, pois via renascer aquela certeza da evolução do tratamento do garoto, perda de dias antes ao visualizar o seu leito vazio no hospital. Senti uma grande decepção ao perceber que eles não tinham me reconhecido. Será possível que não se lembravam de mim? Meses de visitas divertidas e prazerosas, ao menos para mim, que não reluto em dizer o quanto aprendo em conhecimento e sentimento em meu trabalho voluntário. Será que a recíproca não era verdadeira? Será que fui um estorvo sem “desconfiômetro” durante todo aquele tempo?

Novamente meus sentimentos se confundiam. Lembrei-me de que eles poderiam ter dificuldades em me reconhecer, pois eu estava sem o meu figurino especial. Ufa! Só poderia ser isso. Interrompi o turbilhão de considerações imaginárias e perguntei se eles se lembravam de mim. A resposta foi a melhor retribuição pelos meses que me dediquei como voluntário em visitas ao garoto. Percebi que ele fitava em profundidade os meus olhos. De um salto, ele me deu um abraço e exclamou: Doutor Raviolli!

Pronto! Estava liquidada, com o sincero sorriso do garoto, a minha angústia. Após um fraternal abraço, quis saber sobre as novidades e o motivo da ausência no hospital. Atropelando as perguntas, indaguei como eles tinham me reconhecido sem o figurino. A mãe do garoto, econômica em palavras, adiantou-se respondendo que os meus olhos

e a expressão de meu sorriso evidenciaram a minha identidade. Fiquei ainda mais feliz, e a verdadeira lição ainda estava por vir.

Não podia imaginar que aquele breve papo, travado em plena calçada, com o meu carro estacionado em local proibido, com o pisca-alerta ligado, me presentearia com tamanha aula de motivação e força de vontade de viver. O garoto conseguira alta do hospital, uma vez que conquistara uma sonhada vaga em uma organização sem fins lucrativos extremamente competente em seu objetivo social de atender às crianças com câncer. A saída do hospital representava uma grande conquista para aquele garoto, embora todos soubessem que a batalha ainda seria longa, de resultado indefinido. Mas, o que importava o crepúsculo, se os olhos daquela criança só conseguiam enxergar o raiar do sol, após meses em um leito hospitalar? Raiar de vida, sopro de esperança, um dia após o outro.

A motivação de meu pequeno mestre para viver me fez e ainda me faz refletir, do alto de minha condição física, se eu teria realmente motivos para estragar meu dia. Após reflexões, concluí e continuo concluindo que felizmente não os tenho. Confesso que, às vezes, empreendo esforços para criá-los. Quando isso acontece, paro tudo! Trago à minha memória a inesquecível imagem de meu jovem capitão, caminhando de cabeça erguida, abastecido pelo combustível da vida, pelos caminhos do Paraíso. 

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Turismo sem limites

Pouco debatido no Brasil, o turismo acessível ainda enfrenta preconceito, falta de treinamento e de equipamentos adequados para atender com qualidade as pessoas com deficiência

Por Juliana de Souza



No dia 22 de fevereiro de 1984, nascia Fátima, a segunda filha de Laila e Mohamed El Kadri. Os médicos até tentaram prorrogar o parto por nove dias, mas a apressadinha veio ao mundo pré-matura; ficou apenas seis meses no ventre de sua mãe. Depois de 48 dias na incubadora, o casal finalmente pôde levar a caçula para casa. Não parecia haver nada de errado com ela, até a fase do engatinhar, quando, em vez de movimentar primeiro uma perna e depois a outra, a menina arrastava as duas.

As complicações do parto fizeram com que Fátima nascesse com paralisia cerebral e, conseqüentemente, dificuldade na coordenação motora que compromete seus braços e pernas. Entretanto, a garota superou os obstáculos, concluiu a faculdade de jornalismo e hoje trabalha no departamento de comunicação da Microsoft. Nas horas vagas, vai ao cinema, teatro e viaja, mas diz que se divertiria mais se o problema da acessibilidade não fosse tão grande no Brasil.

As dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência ficam bem evidentes em um simples passeio pelas ruas e parques da cidade. “Valetas, buracos, a inexistência de rampas de acesso, entre muitas outras coisas, fazem de um simples caminhar uma verdadeira aventura”, brinca Fátima. A jornalista, que vive de alto astral e não se priva dos prazeres da vida, acredita que falta muito para o Brasil ser um país acessível. “Não reclamo por mim, que posso caminhar, mas pelos cadeirantes. É quase impossível fazer turismo no nosso país estando em uma cadeira de rodas”, afirma.

Turismo acessível: um caso sério

A nomenclatura utilizada também causa polêmica na área do turismo. Muitos são os termos usados inadequadamente por estabelecimentos de cultura e lazer para identificar as pessoas com deficiência: especiais, excepcionais, portadores de necessidades especiais. O fato é que, em muitas das situações, há preconceito e descaso com essa parcela da população.

“O setor está abandonado no Brasil. Atualmente, o Ministério do Turismo é quem deveria fiscalizar esse trabalho de inclusão de pessoas com necessidades especiais, mas, infelizmente, isso não acontece”, indigna-se Rodrigo Moreira, professor do curso de Turismo da Universidade Ibirapuera. Segundo ele, transporte, rampas de acesso, serviço em hotéis não são fiscalizados devido ao baixo número de demanda: “Hoje em dia são poucos os deficientes que viajam”. Daí surge a dúvida: será que eles não viajam porque a questão da acessibilidade é precária ou a questão da acessibilidade é precária porque eles não viajam?

De acordo com a coordenadora da área de Turismo do Senac São Paulo, Priscila Izawa, as normas existem e estão sendo divulgadas, mas ainda há um período de adequação e dificuldade de fiscalização. “O mercado deve exigir mais. Quando as pessoas com deficiência começarem a viajar freqüentemente, as coisas vão melhorar”, explica. Izawa diz ainda que os empreendimentos se questionam sobre os motivos da adequação de todo o sistema interno para receber essas pessoas. “Se eles não utilizam nossos serviços, por que preciso



Antônio Maciel

investir tanto em acessibilidade? É isso o que pensam os empresários”, completa ela.

Com essa atitude, os empreendimentos perdem um grande nicho de mercado, já que, segundo o Censo Demográfico de 2000 do IBGE, existem no Brasil cerca de 24 milhões de pessoas com alguma deficiência. “Esse público prefere aproveitar os períodos de baixa estação do turismo, justamente para contar com um melhor atendimento, com mais qualidade”, explica Silvia Basile, presidente da ONG Férias Vivas, uma entidade sem fins lucrativos que visa a ajudar a garantir um turismo seguro no Brasil.

Adrenalina para todos

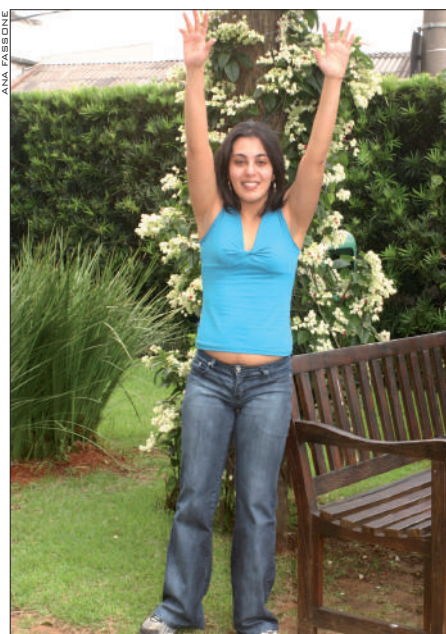
Quem foi que disse que a prática do ecoturismo e de esportes radicais não pode ser realizada por pessoas com necessidades especiais? Até pouco tempo atrás, era impossível uma pessoa com deficiências físicas fazer rapel, escalada, paraquedismo, paraplanagem, entre outros esportes de muita adrenalina. Hoje, existem até instituições especializadas em incluir esse público nas práticas que unem esporte e natureza.

A Equipe Turismo Aventura Especial é uma delas. A associação civil de direito privado, caráter social e sem fins lucrativos trabalha com o conceito de esporte de aventura adaptado desde 2005. Além de estimular parcerias, o diálogo local e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, a entidade promove projetos e ações que visam sensibilizar a indústria do turismo a adaptar seus estabelecimentos para as pessoas com deficiência. “Ministramos palestras, cursos de capacitação, projetos e eventos na área do

turismo e do lazer em que as pessoas com deficiências possam se sentir capazes, como trilhas, passeios, visita a museus, teatro, cinema, praia, entre outros”, explica Joedson Nunes, idealizador da Equipe.

Uma das histórias apresentadas pela associação é a de Robson Careca, surfista profissional e corredor do circuito brasileiro. Um acidente de carro o deixou tetraplégico, mas a paixão pelo esporte lhe deu coragem para superar as dificuldades. Dessa forma, ele continua fazendo travessias e pegando onda. Sua prancha adaptada lhe permite ainda desfrutar do contato com a natureza. “Meus amigos me levam até a beira do mar para eu subir na prancha e eu surfar deitado. O importante é sentir os prazeres que o esporte proporciona. Atualmente, sou o único surfista tetra do mundo”, orgulha-se.

Outro caso de superação é de Antônio Maciel, técnico de enfermagem que, em fevereiro de 2000, sofreu um acidente e teve que amputar os dois pés. Após um ano de recuperação, descobriu que a vida continua com outros olhos e outros pés – as próteses de alta performance. Há seis anos, Antônio deu início às atividades esportivas e, hoje, é um corredor de destaque na categoria amputado bilateral em provas brasileiras e internacionais. Conhecido pelo carinhoso apelido de Perna Elétrica, muitas vezes é o único brasileiro presente em sua categoria, concorrendo ainda nas modalidades de ciclismo e natação. 🌱



Fátima El Kadri

O que fazer para melhorar?

Especialistas deram algumas dicas sobre o que os estabelecimentos devem fazer para garantir uma opção de lazer agradável e segura.

“As preocupações são muitas. Deve-se pensar em toda a estada, o transporte e o trânsito dessa pessoa. Por exemplo: que suporte ela terá ao sair do quarto do hotel para ir a um restaurante ou à piscina? É indispensável que os empreendimentos tenham cadeiras de rodas, menu em braile, corrimão nas escadas e até mesmo sinais luminosos indicando princípio de incêndio, entre muitas outras coisas.”

Silvia Basile, coordenadora da ONG Férias Vivas

“O mais importante é o atendimento. Em muitos locais a estrutura já existe, mas o trato com as pessoas com deficiência ainda deixa a desejar. Deve haver muita comunicação na relação entre quem oferece o serviço e quem o recebe. Por não haver muita demanda, o treinamento de pessoal para atender deficientes ainda não é profissional, mas deve entrar na filosofia da empresa.”

Priscila Izawa, coordenadora da área de Turismo do Senac São Paulo

“Os empreendimentos devem sempre verificar se todo o serviço é acessível. Se há apartamentos e áreas comuns acessíveis, se mantém contrato com empresas de transporte que têm veículos adaptados. Além disso, precisa treinar seu pessoal para receber bem, com qualidade e naturalidade.”

Edgar Werblowsky, presidente da Freeway Turismo

“O importante é receber sem preconceitos. Além de todas as adaptações físicas necessárias, o bom atendimento deve ser prioritário. Alguns hotéis fizeram treinamento com a Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual e hoje são completamente concebidos para receber essas pessoas.”

Simone Sansiviero, professora de Turismo da Universidade Anhembi Morumbi

Links

- 📍 www.anhembi.br
- www.aventuraespecial.com.br
- www.feriasvivas.org.br
- www.freeway.tur.br
- www.sp.senac.br
- www.unib.br
- www.viajandodireito.com.br

Reatech 2007 recebe cerca de 33 mil pessoas

A edição deste ano da Reatech – Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade, realizada entre os dias 12 e 15 de abril, em São Paulo, superou as expectativas e recebeu cerca de 33 mil visitantes. Entre eles, pessoas com deficiência, familiares, estudantes, profissionais de saúde, engenheiros, arquitetos, profissionais de RH, diretores de escolas e diretores de hospitais, que conheceram os últimos lançamentos em soluções tecnológicas focadas na acessibilidade para todos os tipos de deficiência. As cadeiras de rodas e as adaptações veiculares foram os principais equipamentos procurados pelos visitantes. Esses dois setores são responsáveis por cerca de 37% dos negócios gerados no segmento de reabilitação e acessibilidade. A feira também contou com apresentações artísticas, como dança de cadeirantes, cantores e desfiles de moda, além de diversas atividades esportivas adaptadas.

www.reatechvirtual.com.br



Edição deste ano reuniu cerca de 33 mil interessados

Anel para corrimão de escadas

A Arco Sinalização Ambiental lançou um pequeno anel que deve ser colocado no início e no final do corrimão de escadas. Além de evitar acidentes e indicar as duas extremidades do corrimão, o anel, que tem 1,5 cm de relevo, promove segurança e auto-suficiência às pessoas com dificuldade de locomoção. Chamado de Anel de Textura, o sinalizador é elaborado em borracha e aguçã o tato de deficientes visuais e idosos. O produto é comercializado em kits para quatro terminais ao preço de R\$ 133.

www.arcomodular.com.br

Projeto beneficiará 1.300 deficientes visuais

O projeto Inclusão sem Fronteiras, coordenado pela Associação Laramara e patrocinado pela Petrobras, entregará 142 máquinas de escrever em braille, 2.104 livros didáticos, apostilas e manuais, e 852 bengalas para 84 instituições que atendem deficientes visuais em 18 estados: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Tocantins e Roraima, beneficiando cerca de 1.300 crianças e jovens. A distribuição do material levou em conta informações como faixa etária e número de deficientes atendidos em cada entidade, existência de programas de alfabetização e locomoção, número de máquinas em funcionamento já existentes nas instituições e funcionários capacitados para operá-las, além do cadastro do Centro de Apoio Pedagógico (CAP).

www.laramara.org.br
www.petrobras.com.br

Danceability em São Paulo

Em parceria com a Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida da Cidade de São Paulo, o Núcleo Dança Aberta promoveu em 12 de maio, na Fórmula Academia, uma aula aberta de DanceAbility com o coreógrafo americano Alito Alessi, criador da técnica de dança que inclui pessoas com e sem deficiência. A aula deu início ao projeto DanceAbility 2007, do programa Arte Inclui, que contou com uma extensa programação cultural, incluindo workshops, palestras, mostra de vídeo e Street Performance Parade, além do processo de criação e apresentação do espetáculo Joy Lab Research, desenvolvido com a participação de oito dançarinos brasileiros.

www.danceability.com

Tecnologia biônica

Entre os dias 17 e 19 de maio, foi realizado na cidade de São Paulo o 6º Simpósio Internacional de Próteses sobre Implantes. O evento apresentou a união entre tecnologia e medicina em prol da osseointegração (fixação artificial de um implante pela formação de tecido ósseo ao seu redor, sem o crescimento de tecidos fibrosos). Durante o simpósio, foram destacadas experiências de diversos países em relação aos avanços dos implantes de coluna, de quadril, de ossos longos, ombro, joelho, mãos e dedos. Hoje, apenas uma universidade europeia detém o conhecimento e a experiência para desenvolver implantes de tecnologia biônica. Mas, agora, o tratamento gratuito também estará disponível no Brasil, em parceria com a Unifesp e a Agência de Inovação da USP.

www.conexao.com.br

Museu do Diálogo da América Latina

Foi inaugurado no dia 26 de abril, no Shopping Galeria, em Campinas (SP), o primeiro Museu do Diálogo da América Latina. Prestigiaram o evento o ator Marcos Frota, a deputada Célia Leão, os paraolímpicos Clodoaldo Silva, Ádria Santos e Fabiana Sugimori, o apresentador e produtor musical Dudu Braga e o ex-comentarista esportivo Osmar Santos. A data também marcou a abertura da exposição Diálogo no Escuro, que promove a interatividade e a inversão de papéis entre pessoas com e sem deficiência. No interior da instalação, um deficiente visual é quem orienta os visitantes. Por meio de odores, temperaturas, sons e texturas, criam-se cenários que podem ser um parque, um passeio de barco, um mercado, uma cidade, uma sala de sons ou um bar.

A mostra Diálogo no Escuro nasceu na Alemanha, em 1989, idealizada por Andreas Heinecke, doutor em filosofia e jornalista – que também estava presente na inauguração brasileira. Ele decidiu criar um projeto de transcendência social, uma plataforma de aprendizagem para a construção do diálogo entre pessoas de procedência e condições diferentes. Desde então, o projeto foi apresentado em 130 cidades localizadas em 20 países, gerou 5.000 empregos para pessoas com deficiência visual e já foi visitado por aproximadamente 5 milhões de pessoas. Integrantes do grupo responsável por trazer o projeto para o Brasil, Jean Bernad, criador da exposição, e Bárbara Kirchner, presidente da 3IN, contam que a idéia surgiu da vontade de inserir projetos culturais em shopping centers, que já contam com lojas, lazer, academias, restaurantes etc. “Na busca desse projeto cultural, se deu o encontro com o Museu do Diálogo, que é, além de cultural, social e educativo”. A mostra gera 20 empregos para deficientes visuais e outros 7 a 10 empregos para pessoas com outras deficiências. O projeto tem a parceria da Fundação Dorina Nowill e da PUC de Campinas.

www.dialogonoescuro.com.br



Flavia Cintra, Marcos Frota, Dudu Braga, Ádria Santos, Clodoaldo Silva e Célia Leão



Saiba tudo sobre Terceiro Setor e Responsabilidade Social



Uma revista voltada a todos que militam em prol do Terceiro Setor, estreitando a relação entre entidades beneficentes, voluntários, doadores, governo e pessoas carentes

Mobilização de recursos

Dicas de como mobilizar recursos para sua entidade. Como e onde conseguir verbas privadas e públicas, técnicas de controle e relacionamento com doadores.

Leis, tributos e gratuidades

Tudo sobre legislação aplicada ao Terceiro Setor. Leis específicas e suas alterações comentadas por especialistas, controle de gratuidades, imunidade fiscal e tributária, incentivos fiscais e um canal direto com o MPAS e CNAS.

Gestão do Terceiro Setor

Contabilidade, administração e metodologias aplicadas à gestão de entidades sem fins lucrativos. Controles financeiros, certificações públicas e recursos humanos.

Projetos sociais

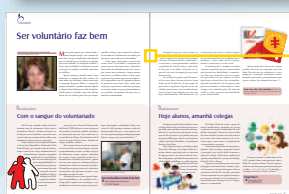
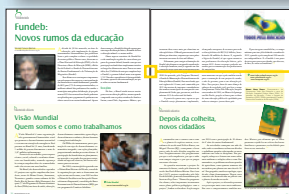
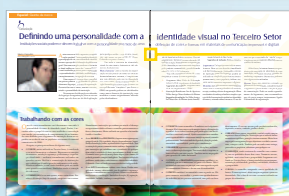
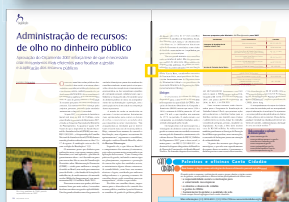
Modelos de gestão que deram certo. Do Oiapoque ao Chuí, exemplos de entidades sociais e ambientais, com históricos, números e conselhos úteis de seus dirigentes.

Responsabilidade social

O papel exercido pelas empresas na composição do cenário social brasileiro. Responsabilidade corporativa e projetos sociais de diversas empresas.

Voluntariado

Dicas, direitos e deveres para um bom voluntariado. Onde, como e porque atuar voluntariamente em algum projeto social ou entidade não-governamental.



Assinaturas:
(11) 6824-3005
assinaturas@revistafilantropia.com.br
Redação/Publicidade:
(11) 6978-6686
filantropia@revistafilantropia.com.br



Leia e assine!

Assinatura anual (6 edições): R\$ 49,00
Exemplares avulsos e anteriores: R\$ 8,90

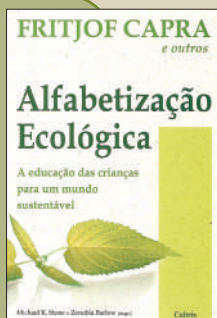
Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito. Aprimore-se lendo a Revista Filantropia.

Livros

Alfabetização Ecológica

Com contribuições de renomados escritores e educadores, como Fritjof Capra, Wendell Berry e Michael Ableman, o livro *Alfabetização Ecológica – A educação das Crianças para um Mundo Sustentável* (321 pág., R\$ 36) reúne teoria e prática com base em termos de pensamento sistêmico, ecologia e educação. Interessados no desenvolvimento de novas formas de ensino e na ampliação dos conhecimentos ecológicos das crianças encontram nesta obra uma fonte de idéias.

i www.pensamento-cultrix.com.br
(11) 6166-9000



Captação de Diferentes Recursos

Escrito por Célia Cruz e Marcelo Estraviz, *Captação de diferentes recursos para Organizações da Sociedade Civil* (158 pág., R\$ 38) pretende estimular as entidades a ampliarem suas alternativas de sustentabilidade por meio da disseminação de conhecimento e das experiências intercambiadas com os experientes captadores canadenses Ann Speak, Boyd McBride e Ken Shipley. O livro se destina a todos que desejam fazer captação de recursos mais ativamente.

i www.fonte.org.br
livraria@fonte.org.br
(11) 3032-1108



O Papel do Outro na Escrita de Sujeitos Surdos

Escrito pela fonoaudióloga Ana Cristina Guarinello, *O Papel do Outro na Escrita de Sujeitos Surdos* (152 pág., R\$ 28,90) evidencia a produção escrita dos surdos. Partindo de intensa pesquisa, a autora demonstra que é fundamental que esse responsável tenha o domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para que a experiência com a linguagem escrita possa ser compartilhada de forma mais efetiva. Tendo acompanhado a dificuldade dos surdos na escrita da língua portuguesa padrão, a autora elaborou uma proposta de trabalho para auxiliá-los em sua produção textual.

i www.plexus.com.br
(11) 3865-9890



Preconceito Contra o Analfabeto

A Coleção Preconceitos, da Cortez Editora, aborda de maneira objetiva questões que estão na raiz de muitas injustiças sociais. No livro *Preconceito Contra o Analfabeto* (119 pág., R\$ 17,90), de Ana Maria de Oliveira Gastão e Maria Clara Di Pierro, o objetivo é promover uma discussão sobre a construção social de desvantagens pessoais e coletivas em relação ao mundo da palavra. Isso significa trazer ao público os contextos nos quais determinados sujeitos se deparam com cenários, nos quais sua presença é repelida ou anulada, direta ou indiretamente.

i www.cortezeditora.com.br
(11) 3611-9616



Dicionário para deficientes visuais

Inviável no modelo braille, em razão do número de páginas, o Michaelis – Dicionário Prático da Língua Portuguesa, com 36 mil verbetes, foi transcrito pela Fundação Dorina Nowill para Cegos para o formato de Livro Digital Acessível (Lida). Para disponibilizar os textos nesse formato, os livros foram criptografados para garantir acesso somente ao deficiente cadastrado. Além do dicionário, serão lançadas obras de direito, e estão previstas obras de psicologia e pedagogia. Para obter uma cópia gratuita, basta o deficiente visual se cadastrar na fundação, que ele receberá o CD e a senha de acesso.

i www.fundacaodorina.org.br
lida@fundacaodorina.org.br



Dorina Nowill durante lançamento do Lida na feira Reatech deste ano

Instituto presta atendimento clínico-pediátrico gratuito

A Oscip Instituto da Família (IFA) é um centro de aperfeiçoamento profissional para pediatras e de atendimento clínico-pediátrico gratuito a crianças de 0 a 12 anos. O IFA tem o objetivo de especializar profissionais de saúde, tornando-os agentes multiplicadores capazes de intervir no tratamento de doenças e na promoção da saúde.

i Av. Pedroso de Moraes, 2.560
Pinheiros – São Paulo/SP
www.institutodafamilia.org.br
instituto@institutodafamilia.org.br
(11) 3031-1442

Gestão socioambiental brasileira

Estão abertas as inscrições para o 5º Benchmarking Ambiental Brasileiro. O objetivo do programa é selecionar o que há de melhor em conhecimento socioambiental aplicado por empresas de diferentes segmentos de atuação, nas várias esferas e regiões do país. Gestores e empresas com excelência nas práticas socioambientais podem encaminhar seus cases até 4 de agosto. O Ranking Benchmarking 2007 será divulgado em 27 de setembro, e seus integrantes passam a integrar um banco de dados digital.

i www.benchmarkingbrasil.com.br

Doação de sites para entidades filantrópicas

A empresa Amar Terceiro Setor, que há oito anos trabalha com o Terceiro Setor na área de captação de recursos, oferece a produção gratuita de sites para entidades filantrópicas. O layout é padrão, e o site é de fácil manutenção e inserção de conteúdo, não dependendo de terceiros para mantê-lo atualizado. A entidade não terá custo algum com o desenvolvimento ou com hospedagem, que será feita no servidor da própria doadora.

www.amarterceirosetor.com.br

5ª edição do Prêmio de Inclusão Social

Estão abertas até 30 de junho as inscrições para a 5ª edição do Prêmio de Inclusão Social – Saúde Mental, promovido pela indústria farmacêutica Eli Lilly do Brasil, com o apoio da Associação Brasileira de Psiquiatria. O objetivo é reconhecer, divulgar e incentivar atuações voltadas à inclusão social de portadores de esquizofrenia, transtorno bipolar e depressão, bem como estimular a criação de novos projetos no Brasil, que visem à reintegração social dessas pessoas. O ganhador de cada categoria receberá R\$ 20 mil e o troféu Prêmio de Inclusão Social.

www.premiodeinclusao.com.br

Encontro ambiental na Alemanha

Estudantes de todo o Brasil podem se inscrever até 3 de setembro na 4ª edição do projeto Bayer Jovens Embaixadores Ambientais, uma parceria entre a Bayer e o Pnuma, com apoio do Ministério do Meio Ambiente. Podem participar jovens entre 18 e 25 anos, autores de estudos ou projetos de caráter ambiental e interesse social que representem uma efetiva contribuição na busca do desenvolvimento sustentável de base local, que estejam matriculados em curso reconhecido pelo MEC e que tenham fluência na língua inglesa. Os selecionados viajarão à Alemanha na segunda quinzena de novembro.

www.byeec.com.br
byeec.bayer.bb@bayer.com.br

Cadastro Nacional de Entidades

A portaria SNJ nº 23, de 28 de dezembro de 2006, torna obrigatória a inclusão, no Cadastro Nacional de Entidades do Ministério da Justiça (CNE/MJ), de todas as entidades declaradas de Utilidade Pública Federal, entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e organizações estrangeiras autorizadas a funcionarem no Brasil. As Oscips e as organizações de Utilidade Pública Federal tiveram prazo até 30 de abril para efetivar sua prestação de contas. Já as organizações estrangeiras precisaram realizar o cadastro básico até 31 de maio. As entidades que não cumpriram o prazo devem procurar fazê-lo o mais rápido possível, sob pena de seu cadastro ficar irregular. Em 31 de julho termina o prazo para que as organizações estrangeiras apresentem sua prestação de contas. As organizações que ainda não têm inscrição no CNE/MJ poderão fazê-lo até dezembro deste ano; e a prestação de conta será feita, neste caso, por meio eletrônico até 30 de abril de 2008.

www.mj.gov.br/cnes

Guia de geração de trabalho e renda

O site do MDS disponibiliza o *Guia de Geração de Trabalho e Renda*, um instrumento dinâmico, com linguagem acessível e conteúdo de fácil assimilação, cujo objetivo é divulgar e articular as diversas ações do governo federal e, assim, promover o progresso local da população de baixa renda. A versão 2007 do guia permite ao usuário identificar cada ação governamental na área de geração de trabalho e renda, o público-alvo, quem é passível de receber recursos, a abrangência territorial das ações, as condicionantes para acesso aos programas, projetos e iniciativas e os endereços e contatos das unidades gestoras correspondentes.

www.mds.gov.br

Pregão do Terceiro Setor

O Terceiro Pregão é uma empresa especializada na realização de leilões eletrônicos para entidades do Terceiro Setor, atitude que gera mais transparência, segurança e rapidez nas aquisições de bens e serviços pelas organizações, além de garantir a participação democrática de muitos fornecedores. A empresa faz um trabalho completo, como definição de cronogramas de compras, montagem e divulgação do edital, cadastramento de fornecedores e, por fim, realização do pregão eletrônico.

www.terceiropregao.com.br
(11) 3013-3081

Índio divulga cultura brasileira

O site Navegamundo é um portal de acesso gratuito, destinado a promover a inclusão social e digital das crianças de 6 a 12 anos. A iniciativa, criada pelo Instituto Navegamundo, conta com o auxílio do índio Lisarb (Brasil, ao contrário) e de seus amigos Filé, Milú, Gigi e Deco, personagens que procuram difundir a cultura e a história brasileira por meio de narrativas regionais divertidas e interativas. O site também oferece dicas pedagógicas para professores, além de representar uma importante ferramenta de comunicação para os estudantes.

www.navegamundo.com.br

Ferramenta de localização do CVSP

Para comemorar seu aniversário de 10 anos, o Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) inaugura um novo site, cuja principal novidade é a seção "Encontre uma Organização". De acordo com a entidade, não é difícil encontrar voluntários, mas fazer com que a atividade se encaixe no dia-a-dia das pessoas. Por meio da ferramenta, é possível que o visitante faça uma busca de organizações por nome, CEP, público atendido ou área de atuação. O sistema foi desenvolvido voluntariamente pela SmartGeo.

www.voluntariado.org.br



Perguntas do Terceiro Setor

Um funcionário de uma entidade filantrópica pode ser eleito para a diretoria dessa entidade? Em caso positivo, ele pode receber remuneração por outras funções exercidas na organização?

Um funcionário de uma entidade poderá ser eleito como diretor desde que, no Estatuto Social da entidade, haja autorização para tanto, uma vez que a regra é a de que somente associados podem votar e ser votados. A remuneração por outra atividade exercida é possível, sempre de acordo com a média salarial da região. No entanto, entendemos ser temeroso para aquelas entidades que pretendem manter suas titulações, pois cabe ao diretor se dedicar à sua função, e diante da proibição da remuneração à diretoria, poderia ser questionado se a remuneração não seria uma maneira de burlar a lei.

O que é o PPI-2007? As entidades sem fins econômicos podem aderir ao mesmo?

PPI é a sigla do Programa de Parcelamento Incentivado, aprovado pela lei nº 14.129/06 e tem como principal objetivo recuperar créditos do município de São Paulo, decorrentes de débitos tributários e não-tributários, constituídos ou não, inclusive inscritos em dívida ativa, ajuizados ou ajuizar, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2004. Com a edição da referida lei, regulamentada pelo decreto nº 48.260/07, a Prefeitura de São Paulo estende até 6 de julho o prazo para que os interessados adiram ao programa. Poderão ser incluídos no PPI: a) todos os tipos de débitos tributários, constituídos ou não, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2004, b) débitos não-tributários, e c) saldos de parcelamentos em andamento. O contribuinte pode aderir ao PPI de duas maneiras: a) por iniciativa própria, diretamente na página oficial da prefeitura; b) aceitando a proposta de adesão ao programa que a prefeitura encaminhará pelos correios para quem possui débitos de IPTU e Taxa do Lixo. As entidades sem fins econômicos, desde que preencham os requisitos constitucionais e legais, estão isentas do IPTU, o que resulta na desnecessidade de seu recolhimento. Entretanto, para aquelas que não usufruem da imunidade, não há objeção alguma em aderir ao PPI.

Como é regulada a apresentação da prestação de contas no âmbito da Secretaria de Educação Superior?

A recente portaria nº 316/07 institui normas de procedimento, documentos e formulários de uso obrigatório na apresentação de prestação de contas, no âmbito da Secretaria de Educação Superior (Sesu), por aquelas instituições beneficiadas com recursos orçamentários e financeiros repassados pela Sesu por meio de convênio. A prestação de contas dos convênios firmados pela Sesu é regida pela instrução normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis. A documentação relativa à prestação de contas parcial ou final será encaminhada pelo conveniente ao secretário de Educação Superior, que enviará à CGSTO/COF para efeito de registro de recebimento no Siafi e formação do processo de prestação de contas. A CGSTO/COF analisará a documentação, com amparo em relatórios e pareceres técnicos dos setores competentes, quando necessários, a fim de verificar se a prestação de contas parcial ou final está devidamente instruída. Verificada a regularidade da prestação de contas, a CGSTO/COF providenciará a emissão do parecer para aprovação pelo secretário de Educação Superior – ordenador de despesas – com

a declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação e efetuando, em seguida, o registro da aprovação das contas no Siafi.

Entidade sem fins econômicos empregadora deve providenciar a CAT em caso de acidente de trabalho de empregado?

A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) deve ser apresentada sempre que houver um acidente de trabalho, indiferente da condição do empregador. O Brasil é um dos países em que mais ocorrem acidentes de trabalho, muitas vezes por negligência do empregador e outras, do empregado. A responsabilidade do empregador, em regra, é subjetiva, ou seja, deve ser comprovada a sua culpa. Há muitos casos em que o acidente não é comunicado, por exemplo, quando o trabalho é informal, quando há o temor da configuração da garantia ao emprego (lei nº 8.213/91, art. 118), quando não se deseja o afastamento por período curto ou mesmo a ausência de afastamento. Resta destacar que muitos empregados propõem reclamações trabalhistas em decorrência de acidentes de trabalho, no intuito de configurar a ocorrência de danos materiais e morais, o que pode ser configurado, dependendo de cada caso concreto. A emissão da CAT decorre de texto expresso de lei, dispondo que será obrigatória a notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, em conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho (CLT, art. 169). A norma regulamentadora que também exige a sua emissão pelo empregador, como responsabilidade principal, mesmo a nova instrução normativa nº 98/03, tem força de lei, ao fundamento do que dispõe a própria CLT nos art. 154 e seguintes, sujeitando as empresas ao cumprimento de outras disposições previstas em regulamentos e/ou normas de segurança e saúde. Por fim, destaca-se que de forma supletiva, no caso de recusa do empregador em cumprir com sua obrigação principal, negando-se a emitir a CAT, esta pode também poder ser preenchida pelo próprio acidentado, por seus dependentes, pela entidade sindical competente, pelo médico que o assistiu ou por qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto no caput do art. 22, parágrafo 2º, da lei nº 8.213/91.

Leitor pergunta



Trabalho com pessoas que possuem deficiências em Goiânia (GO) e gostaria de saber qual a nomenclatura que devo utilizar, uma vez que a legislação retrata "portador de deficiência".

Karina Mesquita
karinapur@hotmail.com

Os termos usados pela legislação nem sempre são os mais apropriados, ou acabam caindo em desuso, já que a nomenclatura nesta área está sempre se atualizando. Os termos "portador de deficiência" ou "portador de necessidades especiais", entre outros, não são mais bem vistos e devem ser evitados. Atualmente, prefere-se apenas "pessoa com deficiência" ou "deficiente". Aconselhamos ficar sempre atenta aos termos utilizados por organizações como Apae, AACD, ADD, Laramara, entre outras.

Agenda 2007

Julho

Dias 6 e 7 - Workshop Elaboração de Projetos Sociais

Local: Rio de Janeiro/RJ • smmcosta@uol.com.br • (21) 8796-2878

Dia 20 - Curso Básico de Elaboração de Projetos Sociais

Realização: Fundação Semear • Local: Novo Hamburgo/RS • www.fundacaosemear.org.br • morgana@fundacaosemear.org.br • (51) 2108-2108

Dia 20 - Gestão Eficaz de Projetos Sociais de Empresas e Organizações

Realização: Diálogo Social • Local: São Paulo/SP • www.dialogosocial.com.br • dialogo@dialogosocial.com.br • (11)6281-9643

Dias 24 a 27 - Oficina de Elaboração de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos

Realização: Diálogo Social • Local: São Paulo/SP • www.dialogosocial.com.br • dialogo@dialogosocial.com.br • (11)6281-9643

Dias 31/7 a 3/8 - Oficina de Elaboração de Projetos e sua Captação de Recursos

Local: Florianópolis/SC • rfalcao.sc@gmail.com • (48) 3204-6920

Agosto

Dias 5 a 7 - 6º Encontro Nacional de Estudantes de Administração Pública (Eneap)

Realização: Eneap • Local: Florianópolis/SC • www.eneapfloripa.com.br • ldamasio@gmail.com

Dia 10 - Curso: Balanço Social

Local: São Paulo/SP • www.senacont.com • senacont@senacont.com • (11)3262-3988

Dias 15 a 18 - Encontro Brasileiro de Responsabilidade Social

Local: Florianópolis/SC • www.geracaoresponsavel.org.br • contato@geracaoresponsavel.org.br • (48) 3344-3037

Para ver a agenda completa ou cadastrar o seu evento, acesse: www.revistafilantropia.com.br

8º Congresso Brasileiro de Direito e Contabilidade do Terceiro Setor

26 de Outubro de 2007
Hotel Maksoud Plaza - São Paulo

Inscrições abertas

Maiores informações

Tel 11 5102-4654

Fax 11 5106-4656

congressos@economica.com.br

www.economica.com.br



ECONÔMICA
Desenvolvimento Empresarial

Novo endereço:

Rua André Ampere, 153, 5º andar
CEP 04562-080 Brooklin Novo/SP

Vitrine social

Vitrine social

Associação Desportiva para Deficientes (ADD)

Promove o desenvolvimento de cerca de 2,8 mil deficientes por meio do esporte, da educação e de cursos de capacitação. Também apóia atletas nas modalidades basquete em cadeiras de rodas, natação infantil, atletismo, ciclismo tandem, escalada e surf.
CNPJ: 01.207.939/0001-94

i Avenida Jandira, 1.111
São Paulo/SP
www.add.org.br
marketing@add.org.br
(11) 5052-9944



Porta-copo

Em MDF, técnica de *decoupage*.
Conjunto com seis peças.

R\$ 18

Mochila

R\$ 23



Cadarço

Campanha "Me amarro nessa idéia", que visa arrecadar fundos para a instituição.

R\$ 10

Bandeja

Em MDF, técnica de *decoupage* e acabamento com vidro líquido

R\$ 25



Associação Alfabetização Solidária (AlfaSol)

Atua pela redução dos índices de analfabetismo no Brasil e para desencadear a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA). É a primeira organização não-governamental brasileira dessa natureza a ser admitida como filiada à Unesco.
CNPJ: 02.871.771/0001-80

i Rua Pamplona, 1.005
São Paulo/SP
www.alfabetizacao.org.br
alfabetizacao@alfabetizacao.org.br
(11) 3372-4300
Campanha Adote um Aluno: 0800-700017



Camiseta

Cor branca.
Tamanhos M / G.

R\$ 21



R\$ 168



Livro 10 anos de Aliança



Livro 10 anos de Aliança
Edição Luxo

R\$ 21

Associação Tekoha Bio (Tekoha)

Promove a geração de renda por meio da comercialização de produtos artesanais, dentro de um novo sistema comercial, em que valores humanos e econômico estejam em perfeita harmonia.
CNPJ: 08.638.227/0001-79

i Rua General Eldes de Souza Guedes, 28
São Paulo/SP
www.tekoha.org
(11) 3502-8057



Mandala

Em palha de tucumã.
Produzida pela comunidade de Urucurá.

R\$ 115,07



R\$ 75,07

Bolsa

Em palha de bananeira.
Produzida pela comunidade de Salgueiro.



Sousplat

Em sisal e formato de estrela.
Produzido pela comunidade de Araci e Valente.

R\$ 80,07
(2 unidades)

Conjunto de brincos e pulseiras

Em capim dourado.
Produzido pela comunidade de Mumbuca.

R\$ 25,07



WWF-Brasil

Dedica-se à harmonização da atividade humana com a conservação da biodiversidade e promove o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações. Integra a Rede WWF, com atuação em mais de 100 países.
CNPJ: 26.990.192/0001-14

i SHIS EQ QL 6/8, cj. E
Brasília/DF
www.wwf.org.br
wwf@wwf.org.br
(61) 3364-7400
(11) 3073-0177

Urso panda

Em pelúcia.
Vem com a camiseta e o broche do WWF-Brasil.

Disponível somente nas lojas Happy Town
10% das vendas são destinados para a entidade.

www.happytown.com.br
Market Place: (11) 5182-5121
Pátio Higienópolis: (11) 3823-2319
Anália Franco: (11) 6643-4403
Jardim Sul: (11) 3742-8637
Iguatemi Campinas: (19) 3255-1615



R\$ 59



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 3305-6500 / FAX +55 11 3305-6505

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bienal • instituto HP • Fundação Diaconia

www.asplan.com.br

comercial.sp@asplan.com.br

O caminho das pedras



Apostar em um futuro melhor é mais que um ideal. Desde 1975 que a Audicoplan acredita nos valores de nossos clientes e parceiros, apostando em soluções eficientes de gestão para o terceiro setor. Estratégias que transformam ideais em idéias e idéias em ações.

Melhorando o desenvolvimento organizacional de nossos clientes, cuidando da aproximação com os outros setores, firmando parcerias, aperfeiçoando processos e reduzindo custos.

Para atingir seus objetivos com segurança é necessário ter um planejamento estratégico sólido e eficaz, que atue em compasso com os novos caminhos do mundo.

Apontar novas direções faz parte do nosso caminhar, é a nossa contribuição para um mundo melhor.

Visite o site
www.audicoplan.com.br
e saiba mais sobre os serviços
que a Audicoplan oferece ao
Terceiro Setor.

Rua Ezequiel Freire, 55, 8º andar
Santana | São Paulo | CEP 02034-000
Tel.: 11 6959-9831



audicoplan